



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE PORTO NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**PERLA CRUZ DO NASCIMENTO VENTURINI**

**O ESPAÇO URBANO E A QUALIDADE DE VIDA:  
A CIDADE DE PORTO NACIONAL - TOCANTINS**

**PORTO NACIONAL - TO  
2019**

PERLA CRUZ DO NASCIMENTO VENTURINI

**O ESPAÇO URBANO E A QUALIDADE DE VIDA:  
A CIDADE DE PORTO NACIONAL - TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
Stricto Sensu em Geografia da Universidade Federal do  
Tocantins, Campus Porto Nacional, para obtenção do Título  
de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira  
Linha de Pesquisa: Estudos Geo-Territoriais

**PORTO NACIONAL - TO  
2019**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

V469e Venturini, Perla Cruz do Nascimento .  
O ESPAÇO URBANO E A QUALIDADE DE VIDA: A CIDADE DE  
PORTO NACIONAL - TOCANTINS. / Perla Cruz do Nascimento  
Venturini. – Porto Nacional, TO, 2019.  
160 f.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do  
Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-  
Graduação (Mestrado) em Geografia, 2019.  
Orientador: Adão Francisco de Oliveira  
1. Qualidade de vida. 2. Índice de Bem Estar Urbano. 3. Espaço  
Urbano. 4. Indicadores. I. Título

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde  
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica  
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

PERLA CRUZ DO NASCIMENTO VENTURINI

**O ESPAÇO URBANO E A QUALIDADE DE VIDA: A CIDADE DE  
PORTO NACIONAL – TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 18/03/2019

Banca Examinadora:



---

Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira (Orientador), UFT



---

Profa. Dra. Marciléia Oliveira Bispo, UFT



---

Profa. Dra. Juliana Ricarte Ferraro, UFT

Porto Nacional – TO  
2019

*Dedico este trabalho a minha família. Aos meus pais, pelo amor e honestidade que sempre me transpareceram; aos meus filhos e esposo pelo amor, apoio e paciência nas minhas horas ausentes para elaboração desta pesquisa.*

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, pela saúde e oportunidade a mim oferecida.

Aos meus pais, por terem me proporcionado ensinamentos baseados nos princípios morais e éticos e ensinar-me a buscar meus ideais na vida.

Ao meu esposo, pelo apoio em minhas decisões, estando sempre ao meu lado.

Aos meus filhos, pelo carinho e amor proporcionados, que preciso para seguir adiante.

Ao meu orientador, Professor Dr. Adão Francisco de Oliveira, pelo apoio e orientação; e a sua credibilidade referente ao meu trabalho.

Ao professor Dr. Marcelo Ribeiro, pela recepção no Instituto de pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUR/UFRJ, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Tocantins, que sempre me receberam com total incentivo, fazendo com que o meu sonho de cursar um mestrado se concretizasse.

A todos colegas de mestrado pelo companheirismo, em especial, a Lucélia Maria Gonzaga Bernardes Ferrari pelas conversas nos momentos de angústias, e ao Witer Fonseca Naves pelo apoio durante minha ida ao IPPUR/UFRJ.

Aos moradores de Porto Nacional, pela participação em minha pesquisa, a atenção e a confiança ao responderem meu questionário.

## RESUMO

VENTURINI, P.N.C. **O Espaço Urbano e a Qualidade de Vida: A cidade de Porto Nacional- Tocantins**. 2019. 160p. Dissertação de Mestrado – Campus Porto Nacional, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional.

Nas últimas décadas do século XX, a urbanização mundial cresceu de maneira acelerada. A população, em meados da década de 1970, era em maior parte, rural; atualmente, sofre com a migração intensa, para a área citadina, ocasionando mais da metade dos moradores presentes no espaço urbano. Mediante esse crescimento urbano, há uma crescente preocupação com o bem-estar populacional. Nesta pesquisa realizamos uma análise da qualidade de vidas por meio dos recursos adquiridos de forma coletiva, oferecidos pelo Poder Público Municipal, podendo, assim, satisfazer as necessidades básicas para a vida dos habitantes. Contribuindo, dessa maneira, para a melhoria do bem-estar pessoal e, conseqüentemente, das condições de vidas no meio urbano. Temos como principal objetivo analisar a qualidade de vida da população de Porto Nacional – Tocantins, mediante o Índice de Bem Estar Urbano - IBEU e como estes serviços influenciam na qualidade de vida dos moradores. A qualidade de vida de uma determinada população pode ser mensurada, por meio de diferentes tipos de indicadores. O que irá definir qual indicador a ser utilizado será a definição do conceito de qualidade de vida. Neste trabalho, a qualidade de vida urbana é entendida como o grau de satisfação das necessidades básicas para a vida humana, por meio do acesso aos serviços públicos recebidos, no que possa proporcionar qualidade de vida aos habitantes do espaço geográfico estudado. Para mensurar a qualidade de vida da população local, utilizamos a abordagem metodológica quantitativa, ou seja, uma análise dos dados secundários, oriundos da pesquisa do IBEU. Em seguida, utilizamos a abordagem quali-quantitativa, por intermédio da obtenção de dados primários. Consideraremos, como dados primários, aqueles dados coletados mediante a um questionário aplicado na população de Porto Nacional - Tocantins, em que avaliamos a percepção da sociedade local. Esclarece-se que não foi pretensão realizar um cálculo amostral estatístico de acordo com o número de habitantes, mas sim, obter a percepção dos moradores do município de Porto Nacional - TO sobre os serviços públicos oferecidos e suas influências na qualidade de vida de cada indivíduo.

**Palavras-chave:** Espaço Urbano. População. Qualidade de vida. IBEU.

## ABSTRACT

VENTURINI, P.N.C. **The Urban Space and the Quality of Life: The city of Porto Nacional - Tocantins.** 2019. 160p. Master's Dissertation - Porto Nacional Campus, Federal University of Tocantins, Porto Nacional.

In the last decades of the twentieth century, world urbanization grew rapidly. The population in the mid-1970s, which was mostly rural, underwent intense migration to the urban area. Today, more than half of the residents live in urban areas. Through this urban growth, there is a growing concern about population well-being. Therefore, we will carry out an analysis of the quality of lives through the resources acquired collectively, offered by the municipal public power, thus being able to satisfy the basic needs for the life of the inhabitants, thus contributing to the improvement of personal well-being and, consequently, of the conditions of life in the urban environment. We have as main objective to analyze the quality of life of the population of Porto Nacional - Tocantins, power through the IBEU - Urban Welfare Index and how these services influence the quality of life of the residents. The quality of life of a given population can be measured through different types of indicators. What will define what indicator to be used will be the definition of the concept of quality of life. In this work, the urban quality of life is understood as the degree of satisfaction of the basic necessities for human life, through the access to the public services received, in what can provide quality of life to the inhabitants of the geographic space studied. In order to measure the quality of life of the local population, we will use the methodological approach analyzed through the quantitative method, that is, an analysis of the secondary data, resulting from the Well Being Urban Index - IBEU survey. Then, we will use the approach the qualitative-quantitative method, through obtaining primary data. We will consider, as primary data, those data collected through a questionnaire applied in the population of Porto Nacional - Tocantins, where we will evaluate the perception of the local society. We do not intend to carry out a statistical calculation according to the number of inhabitants, but rather to obtain the perception of the residents of the municipality of Porto Nacional - TO about the public services offered and their influence on the quality of life of each individual.

**Keywords:** Space Urban, population, quality of life, IBEU.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b>	Dimensões do Índice de Bem Estar Urbano – IBEU.....	<b>65</b>
<b>Figura 02</b>	Classificação dos Valores em nível do IBEU – Municipal.....	<b>68</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01</b>	Localização do Município de Porto Nacional - TO.....	<b>44</b>
<b>Mapa 02</b>	Sede Municipal de Porto Nacional – TO.....	<b>86</b>
<b>Mapa 03</b>	Área Urbana de Porto Nacional – TO.....	<b>88</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b>	Evolução do Crescimento Econômico no Município de Porto Nacional – TO.....	<b>47</b>
------------------	--	-----------

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b>	Distribuição da população no município de Porto Nacional, Tocantins, nos períodos de 1991 a 2010.....	<b>45</b>
<b>Gráfico 02</b>	Evolução do PIB (Produto Interno Bruto) em Porto Nacional...	<b>48</b>
<b>Gráfico 03</b>	Índice de Bem-Estar Urbano de Porto Nacional - TO, segundo suas dimensões.....	<b>84</b>
<b>Gráfico 04</b>	Sexo dos entrevistados.....	<b>89</b>
<b>Gráfico 05</b>	Etnia ou raça.....	<b>89</b>
<b>Gráfico 06</b>	Nível de escolaridade.....	<b>90</b>
<b>Gráfico 07</b>	Situação do emprego.....	<b>90</b>
<b>Gráfico 08</b>	Nível de renda mensal.....	<b>91</b>
<b>Gráfico 09</b>	Avaliação das condições urbanas do bairro.....	<b>91</b>
<b>Gráfico 10</b>	Análise das condições urbanas do bairro em relação ao bem estar dos moradores.....	<b>92</b>
<b>Gráfico 11</b>	Avaliação das condições urbanas do município.....	<b>92</b>
<b>Gráfico 12</b>	Análise das condições urbanas do município em relação ao bem estar dos moradores.....	<b>92</b>
<b>Gráfico 13</b>	Principal problema urbano de Porto Nacional.....	<b>93</b>
<b>Gráfico 14</b>	Melhor atributo urbano existente em Porto Nacional.....	<b>93</b>
<b>Gráfico 15</b>	Mobilidade Urbana.....	<b>94</b>
<b>Gráfico 16</b>	Meios de locomoção utilizados.....	<b>94</b>
<b>Gráfico 17</b>	Condições Urbanas do trajeto de deslocamento realizado.....	<b>95</b>
<b>Gráfico 18</b>	Arborização das ruas e avenidas.....	<b>95</b>

<b>Gráfico 19</b>	Presenças de praças, jardins ou áreas verdes nos bairros.....	<b>96</b>
<b>Gráfico 20</b>	Presenças de praças, jardins ou áreas verdes no município....	<b>96</b>
<b>Gráfico 21</b>	Frequência do serviço de coleta do lixo nas ruas e avenidas.....	<b>96</b>
<b>Gráfico 22</b>	Presença de lixo acumulado nas ruas e avenidas.....	<b>97</b>
<b>Gráfico 23</b>	Avaliação da coleta do lixo no município.....	<b>97</b>
<b>Gráfico 24</b>	Origem da água nas residências.....	<b>98</b>
<b>Gráfico 25</b>	Avaliação da qualidade da água na opinião dos moradores.....	<b>98</b>
<b>Gráfico 26</b>	Presença de rede de esgoto.....	<b>99</b>
<b>Gráfico 27</b>	Avaliação da coleta da rede de esgoto.....	<b>99</b>
<b>Gráfico 28</b>	Presença de esgoto a céu aberto nas ruas e avenidas.....	<b>100</b>
<b>Gráfico 29</b>	Existência de esgoto a céu aberto nas ruas e avenidas.....	<b>100</b>
<b>Gráfico 30</b>	Número de pessoas por domicílio.....	<b>101</b>
<b>Gráfico 31</b>	Números de cômodos por domicílio.....	<b>101</b>
<b>Gráfico 32</b>	Números de banheiros por domicílio.....	<b>101</b>
<b>Gráfico 33</b>	Revestimento que compõe a parede das residências.....	<b>102</b>
<b>Gráfico 34</b>	Condições habitacionais dos moradores.....	<b>102</b>
<b>Gráfico 35</b>	Condições habitacionais dos bairros.....	<b>103</b>
<b>Gráfico 36</b>	Qualidade da iluminação pública das ruas e avenidas.....	<b>103</b>
<b>Gráfico 37</b>	Condições da pavimentação das ruas e avenidas.....	<b>104</b>

<b>Gráfico 38</b>	Presença de pavimentação nos bairros.....	<b>104</b>
<b>Gráfico 39</b>	Condições de circulação sobre as calçadas.....	<b>105</b>
<b>Gráfico 40</b>	Presença de meio-fio nas ruas e avenidas.....	<b>105</b>
<b>Gráfico 41</b>	Presença de bueiro nas ruas e avenidas.....	<b>105</b>
<b>Gráfico 42</b>	Presença de logradouro nas ruas e avenidas.....	<b>106</b>
<b>Gráfico 43</b>	Presença de rampa para cadeirantes nos bairros.....	<b>106</b>
<b>Gráfico 44</b>	Presença de quadras e/ou ginásios de esportes nos bairros...	<b>107</b>
<b>Gráfico 45</b>	Estado de conservação das quadras e/ou ginásios de esportes dos bairros.....	<b>107</b>
<b>Gráfico 46</b>	Estado de conservação das quadras e/ou ginásios de esportes do município.....	<b>107</b>
<b>Gráfico 47</b>	Presença de programas esportivos no município.....	<b>108</b>
<b>Gráfico 48</b>	Existência de práticas esportivas voltadas para pessoas idosas.....	<b>108</b>
<b>Gráfico 49</b>	Presença de atividade física na vida dos moradores.....	<b>109</b>
<b>Gráfico 50</b>	Frequência de atividade física praticada pelos moradores.....	<b>109</b>
<b>Gráfico 51</b>	Frequência de atividades físicas relacionadas ao lazer.....	<b>110</b>
<b>Gráfico 52</b>	Presença de área de lazer no município.....	<b>110</b>
<b>Gráfico 53</b>	Estado de conservação da área de lazer.....	<b>111</b>
<b>Gráfico 54</b>	Existência de política pública de incentivo ao uso do espaço de lazer.....	<b>111</b>
<b>Gráfico 55</b>	Presença de área de lazer nos bairros.....	<b>111</b>
<b>Gráfico 56</b>	Presença de atendimento a saúde.....	<b>112</b>

<b>Gráfico 57</b>	Existência de planejamento familiar nos Postos de Saúde.....	<b>113</b>
<b>Gráfico 58</b>	Qualidade do atendimento do planejamento familiar nos Postos de Saúde.....	<b>113</b>
<b>Gráfico 59</b>	Presença de serviços de controle de doenças epidemiológicas.....	<b>114</b>
<b>Gráfico 60</b>	Qualidade do serviço de controle de doenças epidemiológicas.....	<b>114</b>
<b>Gráfico 61</b>	Presença de serviço odontológico no município.....	<b>115</b>
<b>Gráfico 62</b>	Qualidade dos serviços odontológicos oferecidos à população.	<b>115</b>
<b>Gráfico 63</b>	Dificuldade em acessar a Educação Municipal.....	<b>116</b>
<b>Gráfico 64</b>	Análise da qualidade do ensino à Educação Municipal.....	<b>116</b>
<b>Gráfico 65</b>	Presença dos CMEIs.....	<b>117</b>
<b>Gráfico 66</b>	Qualidade dos serviços oferecidos pelos CMEI.....	<b>117</b>
<b>Gráfico 67</b>	Presença de serviço de Assistência Social.....	<b>117</b>
<b>Gráfico 68</b>	Avaliação da qualidade dos serviços de Assistência Social.....	<b>118</b>
<b>Gráfico 69</b>	Existência de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco.....	<b>118</b>
<b>Gráfico 70</b>	Qualidade do atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco.....	<b>119</b>
<b>Gráfico 71</b>	Presença de atendimento a pessoas especiais.....	<b>119</b>
<b>Gráfico 72</b>	Presença de atendimento a pessoas carentes.....	<b>120</b>
<b>Gráfico 73</b>	Qualidade do atendimento a pessoas carentes.....	<b>120</b>
<b>Gráfico 74</b>	Presença do serviço de cursos profissionalizantes.....	<b>120</b>
<b>Gráfico 75</b>	Avaliação da qualidade dos cursos profissionalizantes.....	<b>121</b>

<b>Gráfico 76</b>	Presença de Postos Policiais .....	<b>122</b>
<b>Gráfico 77</b>	Avaliação da qualidade da atuação da Guarda Metropolitana..	<b>122</b>
<b>Gráfico 78</b>	Análise da qualidade de vida dos moradores de Porto Nacional em relação aos Serviços Públicos Municipais.....	<b>123</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BES</b>	Bem Estar Subjetivo
<b>CME</b>	Centro Municipal de Educação Infantil
<b>CNSA</b>	Conferência Nacional de Saúde Ambiental
<b>CRAS</b>	Centro de Referência à Assistência Social
<b>FJP</b>	Fundação João Pinheiro
<b>IAS</b>	Índice de Assistência Social
<b>IBAMA</b>	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
<b>IBEU</b>	Índice de Bem Estar Urbano
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICV</b>	Índices de Condição de Vida Urbana
<b>IDE</b>	Índice de Desenvolvimento Econômico
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IDS</b>	Índice de Desenvolvimento Social
<b>IMDE</b>	Indicador Municipal de Desenvolvimento Educacional
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>IPPUC</b>	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

<b>IPRS</b>	Índice Paulista de Responsabilidade Social
<b>IPVS</b>	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
<b>IQM</b>	Índice de Qualidade Municipal
<b>IQVU</b>	Índice de Qualidade de Vida Urbana
<b>ISMA</b>	Índice Social Municipal Ampliado
<b>ISSQU</b>	Índice Sintético de Satisfação de Qualidade de Vida Urbana
<b>ITPAC</b>	Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos
<b>IVJ</b>	Índice de Vulnerabilidade Juvenil
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiental
<b>MUNIC</b>	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNQA</b>	Plano Nacional de Qualidade do Ar
<b>PNSB</b>	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
<b>PNUD</b>	Política Nacional de Desenvolvimento Humano
<b>SEADE</b>	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>2 O BEM-ESTAR NAS CIDADES</b> .....	<b>29</b>
2.1 Conceitos sobre qualidade de vida .....	<b>29</b>
2.2 As cidades contemporâneas e o mal estar urbano.....	<b>32</b>
2.3 Problemas ambientais urbanos e a construção de políticas de qualidade de vida .....	<b>36</b>
2.4 O desenvolvimento atual de Porto Nacional e as suas possibilidades para a qualidade de vida.....	<b>42</b>
2.4.1 Breve histórico da região de Porto Nacional-Tocantins .....	<b>42</b>
2.4.2 Fatores socioeconômicos .....	<b>45</b>
<b>3 SISTEMAS DE INDICADORES E A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA NO BRASIL</b> .....	<b>48</b>
3.1 Para entender os Sistemas de Indicadores.....	<b>48</b>
3.2 Indicadores de qualidade de vida no Brasil.....	<b>51</b>
3.3 Problemas relativos aos indicadores de qualidade de vida .....	<b>58</b>
<b>4 ÍNDICE DE BEM ESTAR URBANO (IBEU) E A SUA APLICAÇÃO À CIDADE DE PORTO NACIONAL</b> .....	<b>60</b>
4.1 Metodologia aplicada .....	<b>60</b>
4.2 Fundamentos teórico-metodológicos para a construção do IBEU .....	<b>64</b>
4.3 Sobre a base de dados.....	<b>66</b>
4.4 Os indicadores das dimensões do IBEU .....	<b>68</b>
4.4.1 Mobilidade urbana (D1).....	<b>68</b>
4.4.2 Condições ambientais urbanas (D2) .....	<b>69</b>
4.4.3 Condições habitacionais urbanas (D3).....	<b>70</b>
4.4.4 Atendimento de serviços coletivos urbanos (D4).....	<b>71</b>
4.4.5 Infraestrutura urbana (D5).....	<b>71</b>
4.5 O que o IBEU revela sobre a qualidade de vida nas cidades brasileiras .....	<b>73</b>
<b>5 O QUE O IBEU NÃO REVELA SOBRE A QUALIDADE DE VIDA</b> .....	<b>79</b>
5.1 Limitações do IBEU com Relação ao Conjunto dos Indicadores de Qualidade de Vida .....	<b>79</b>

5.2 Os valores do IBEU para o Município de Porto Nacional .....	<b>82</b>
5.3 Efetividades das Políticas de Qualidade de Vida em Porto Nacional: o que pensam seus habitantes?.....	<b>84</b>
5.4 Atuação do Poder Público Municipal: O que falam os governantes .....	<b>1254</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>137</b>
<b>8 APÊNDICE .....</b>	<b>143</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, a urbanização mundial cresceu de maneira acelerada. A população na década de 1970, era maior parte rural; atualmente, sofre migração intensa, para a área citadina, ocasionando mais da metade dos moradores presentes no espaço urbano.

Devido essa intensa migração elevaram os problemas urbanos, tais como: a precariedade e, muitas vezes, a escassez dos serviços básicos de saneamento, a coleta e o armazenamento inadequado do lixo, condições carentes de moradia ligadas diretamente à pobreza e o subdesenvolvimento, associados à poluição da água, da terra e do ar.

Oriundo do processo de industrialização, a problemática urbana ocasionou um processo dialético e conflitante, resultando numa enorme disparidade em classes, que por sua vez, gerou uma desigualdade social marcante em nossa sociedade.

Segundo Lefebvre (2001a), as desigualdades sociais estão presentes em nosso meio, fazendo parte do nosso cotidiano há alguns séculos. As divergências sociais, causadas pela grande distância entre as diferentes classes sociais, servem de realidade empírica para as pesquisas e os estudos da desigualdade social. Ainda, conforme o autor, a cidade é um meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida dos homens.

Portanto, a cidade tornou-se dependente das relações sociais diretas, construídas e reconstruídas pela sociedade, resultando em um lugar de produção. Com isso, só é possível compreender a cidade e o urbano quando analisamos as instituições resultantes das relações de classe (LEFEBVRE, 1991a).

A disposição social das pessoas na cidade reflete as condições de classe, de maneira que os lugares se ordenam, representando, em forma e conteúdo, a condição social econômica dos grupos no qual eles pertencem.

Ocupando quantidades desiguais do espaço urbano, é possível que as pessoas reproduzam lugares coletivos, com a finalidade do uso e das relações

sociais que estabelecem, juntamente dos recursos econômicos que dispõem e das condições naturais do espaço.

Carlos (2007) expõe que a sociedade é composta por uma tríade de planos econômicos, políticos e sociais. O urbano direciona-se as novas formas e funções, que, ao associarem-se as estruturas antigas do lugar, impõem um novo modelo de vida, originando os ditos processos de modernização. A autora ressaltou que a expansão da sociedade acompanha o surgimento de novos modelos de relações, os quais estão inclusos no lugar em que está inserida, ocasionando, com isso, o empobrecimento das relações sociais, ao serem substituídas pelas relações entre mercadorias.

Bourdieu (2007) relata que o lugar pode ser definido como uma porção do espaço físico, em que algo ou alguma coisa pode estar presente. Com isso, o autor afirma que:

A estrutura do espaço social se manifesta assim, nos contextos mais diversos sob a forma de oposições espaciais, os espaços habitados (ou apropriados) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. O espaço social se retraduz no espaço físico, sempre de maneira meio confusa: O poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens e dos serviços, privados ou públicos (BOURDIEU, 2007, p.160).

Assim, o espaço físico está associado ao social, havendo diversos fatores socioespaciais que impossibilitam o rompimento desses espaços. A ocupação não planejada nas áreas ocupadas, associada à necessidade de aquisição de bens e serviços, faz-se presente na vida cotidiana de cada indivíduo, fortalecendo essa ligação.

Egler (2008) pontua que, a partir do ano de 2000, com a intensificação do crescimento urbano, ocorreu o surgimento de novas cidades tanto em densidade demográfica quanto em desenvolvimento econômico, seguido de um adensamento populacional nas áreas existentes já consolidadas.

Segundo Souza (2002), com a aceleração da urbanização, houve, após a Segunda Guerra Mundial, a implementação da planificação urbano-regional no

Brasil, ocasionando a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU. A intenção era gerar a desconcentração populacional das regiões metropolitanas e reduzir os problemas destes grandes aglomerados urbanos brasileiros (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 4-5).

De acordo com Davidovich (1991), o cenário urbano brasileiro segue uma tendência demográfica universal irreversível de concentração de população nas cidades, levando à formação de diferentes estruturas no quadro urbano nacional. Isto ocorre, principalmente, em função do desenvolvimento da economia urbano-industrial e de um planejamento altamente centralizado, o que vai ao encontro do que autora classifica como Brasil metropolitano e urbano não metropolitano. Segundo a autora:

Um Brasil urbano não metropolitano pode ser reconhecido na interiorização da urbanização, que tem particular manifestação em novas frentes de valorização urbana, referenciadas, principalmente, a novas necessidades criadas pela agricultura moderna, pela mineração e por certo tipo de indústria. Trata-se de agrupamentos de cidades, antes isoladas, que se articulam em torno de determinadas atividades [...] (DAVIDOVICH, 1991, p. 127).

Esses espaços urbanos são aqueles que se desenvolvem em maiores escalas, interligando-se a outros espaços, ocasionando uma maior escala à economia local e regional. Além de servir de sede para a distribuição de bens e serviços na região onde estão localizados.

Os grupos de cidades pertencem ao Brasil urbano não metropolitano. Representados pelas cidades médias, desempenhando novos papéis urbanos, não isolados das demais redes urbanas (SILVEIRA, 2002, p.15). Segundo o autor, as cidades médias atuam no mundo globalizado como:

Centros urbanos que possuem a função de exercer um comando técnico da agricultura científica, da criação de gado e da produção energética da sua região, e de não ser sede de comando político das principais decisões das atividades econômicas desenvolvidas no território brasileiro. E que as cidades médias são nós de uma divisão do trabalho à escala mundial, e o estudo de suas especializações pode ser uma pista para entender a atual organização do espaço (SILVEIRA, 2002, p.15).

Devido à crescente expansão e à importância das cidades não metropolitanas nos centros urbanos do território brasileiro, há dúvidas, por parte dos pesquisadores, em conceituar ou definir o que seja uma cidade média. Logo, não existe uma definição estabelecida, variando muito de acordo com o pesquisador, o país, o período histórico e o espaço estudado.

Alguns autores associam o conceito de cidade média aos dados relacionados ao censo demográfico. No período de 1940, por exemplo, uma cidade considerada média era aquela que possuía uma população de 20 mil habitantes. Já na década de 1970, este conceito foi definido a uma área com 100 mil moradores.

No que concerne o conceito referente ao censo demográfico, Amorim Filho e Rigotti (2002) destacam que, nos países da América do Norte, Ásia e em alguns países latino americanos, como México, Argentina e, até mesmo, Brasil; o patamar superior que define uma cidade média se situa em 500 mil habitantes, enquanto, no padrão europeu, este limite oscila entre 50 mil e 300 mil habitantes.

Além do tamanho demográfico, Amorim Filho e Serra (2001) elencam cinco particularidades que as cidades médias possuem em seus centros urbanos:

- I. Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- II. Tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;
- III. Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- IV. Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização como o espaço rural microrregional que o envolve; e
- V. Diferenciação do espaço intra-urbano, como centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido como o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 09).

Podemos perceber, portanto, a grande importância do papel das cidades

médias para o desenvolvimento econômico da região em que estão inseridas, sendo consideradas, pois, centros políticos e/ou econômicos regionais.

Mediante esse crescimento urbano, há uma crescente preocupação sobre o bem-estar populacional. Pesquisas sobre a qualidade de vida e os fatores que influenciam no cotidiano do indivíduo vêm sendo questionadas e debatidas com uma maior frequência.

O desenvolvimento urbano acelerado, sem controle, e, muitas vezes, não planejado gera grandes problemas para o meio ambiente e o bem-estar físico, emocional, biológico e social dos seres humanos. Isso, conseqüentemente, proporciona o aumento de doenças e mortalidades relacionadas diretamente ao ambiente urbano.

Conforme afirma Lee (2008), esses estudos podem ser usados para diagnosticar estratégias políticas e, para elaborar futuras políticas de planejamento. Sendo assim, diversos pesquisadores buscam analisar e compreender os problemas socioambientais urbanos, que, em consequência, acabam por conceber caminhos de soluções possíveis para o desenvolvimento de políticas públicas, consolidando, assim, linhas de pesquisas voltadas ao estudo da qualidade de vida populacional urbana.

Instituições de pesquisas e entidades políticas buscam, gradativamente, criar soluções, conceitos e criações de novos indicadores e metodologias que visam mensurar e analisar a qualidade de vida da população urbana. Isto é um coeficiente de preocupação e um fator desafiante dos governantes municipais locais, pois, no nível municipal de gestão pública, são aplicados os projetos e ações, para a melhoria da qualidade de vida, no que tange os problemas basicamente locais. Neste sentido, objetiva-se, com os resultados desta pesquisa, que o Poder Público Municipal contribua, sobretudo, no sentido de melhorar o planejamento e a resolução dos problemas que a população está enfrentando.

Realizou-se por meio desta pesquisa uma análise da qualidade de vida da população de Porto Nacional em Tocantins, mediante aos recursos adquiridos de forma coletiva, oferecidos pelo Poder Público Municipal. Podendo, satisfazer as

necessidades básicas para a vida dos habitantes, contribuindo, dessa maneira, para a melhoria do bem-estar pessoal e, conseqüentemente, das condições de vida no espaço urbano que se encontram inseridos.

No término desta pesquisa, buscaremos respostas e soluções para os seguintes questionamentos:

- ✓ Qual o grau de bem-estar da população de Porto Nacional - TO, nas dimensões analisadas mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimentos de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana?
- ✓ Quais os serviços coletivos oferecidos pelo Poder Público Municipal analisados chegam a maior escala até a população?
- ✓ Esses serviços coletivos chegam à população com uma porcentagem de qualidade considerados elevados, de forma que influencie no bem-estar e na qualidade de vida da população local?
- ✓ Quais serviços analisados precisam de uma maior atenção do poder público?

Temos como principal objetivo analisar a qualidade de vida da população de Porto Nacional – Tocantins, em relação aos serviços públicos oferecidos pelo poder público, por meio do Índice de Bem Estar Urbano - IBEU, e como estes serviços influenciam na qualidade de vida dos moradores.

Com isso, apresentamos alguns objetivos específicos

- ✓ Contextualizar o Índice de Bem Estar Urbano - IBEU nas cinco dimensões aplicadas à cidade de Porto Nacional - Tocantins: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimentos de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana.
- ✓ Qualificar o Índice de Bem Estar Urbano - IBEU da população de Porto Nacional – Tocantins.
- ✓ Diagnosticar junto à população, o nível de satisfação dos serviços oferecidos pelo poder público e, como estes interferem na vida da

população de Porto Nacional – Tocantins.

- ✓ Analisar a rede urbana do município de Porto Nacional – Tocantins, as dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimentos de serviços coletivos urbanos, infraestrutura urbana e como estes serviços influenciam na qualidade da população.

A presente Dissertação divide-se em quatro capítulos: no primeiro capítulo, descrevemos os principais conceitos e noções de bem-estar e qualidade de vida, estabelecidos na visão de diferentes autores, seguidos dos principais problemas urbanos contemporâneos que afligem o espaço urbano - grandes desafios para os governantes e preocupações para nós seres humanos. Registramos, ainda neste capítulo, o relato dos principais problemas socioambientais que afligem a população urbana, assim como, algumas possíveis soluções, para redução destes problemas e a melhoria da qualidade de vida. E o finalizamos com algumas informações do município de Porto Nacional - Tocantins, local em que se destina a pesquisa.

No segundo capítulo, apresentamos um breve histórico da evolução do uso dos indicadores, abordando a sua importância e a utilização no processo de mensuração e diagnóstico de informações, obtidas por meio dos diferentes índices existentes. Apresentamos alguns indicadores sociais brasileiros, construídos com o intuito de avaliar diversos fatores sociais, além da avaliação da qualidade de vida urbana e as áreas onde cada um possui maior atuação. Por fim, apontamos os possíveis problemas relacionados à elaboração e à aplicação dos indicadores aqui relacionados, que estão sendo utilizados para mensuração de qualidade de vida da população brasileira.

No terceiro capítulo, abordamos o processo metodológico, fatores quantitativos e qualitativos, assim como, todo o desenvolvimento da pesquisa. Destacamos, ainda, os principais pontos na elaboração do Índice de Bem Estar Urbano - IBEU, os requisitos de cada dimensão aplicada e seus resultados para as cidades brasileiras.

No quarto e último capítulos, apontamos as áreas não contempladas pelo Índice de Bem Estar Urbano - IBEU, suas limitações em relação à análise da qualidade de vida da população e os valores do IBEU calculados para a cidade de Porto Nacional - Tocantins. Apresentamos, também, os resultados desta pesquisa, no que diz respeito à opinião da população de Porto nacional, em relação aos serviços coletivos oferecidos pelo Poder Público Municipal. Além de informações por partes dos governantes, referentes às áreas não analisadas pelo IBEU, como saúde, educação, esporte, lazer, assistência social e segurança.

A pesquisa sobre a qualidade de vida urbana, justifica-se pelo crescente número populacional no meio urbano nas últimas décadas, seguidos de grandes problemas urbanos socioambientais, que devem ser reconhecidos, avaliados e confrontados no espaço em que estão inseridos. Neste viés, esta pesquisa servirá de referencial elementar para demais pesquisadores, além de um diagnóstico para identificarmos as áreas de atuação do poder público que estão em déficit com a população, tendo em vista a disposição de informações que facilitarão ao poder público nas elaborações de diferentes ações estratégicas, que, por sua vez, atuarão diretamente na qualidade de vida da população local.

## 2 O BEM ESTAR NAS CIDADES

### 2.1 Conceitos sobre qualidade de vida

Diferentes definições sobre o que constitui o bem estar têm sido discutidas desde os antigos filósofos gregos. Aristóteles, em sua doutrina ética, propõe que o bem estar resulta da *eudaimonia*, ou seja, provém das condições que dizem respeito aos eventos de vida e que influenciam em nossa inserção no mundo.

O termo bem estar faz referência ao conjunto de bens e serviços (educação, saúde, habitação, saneamento básico) que são necessários para viver bem. Já o principal objetivo da chamada economia de bem estar consiste em proporcionar os serviços e os meios imprescindíveis a todos os setores da sociedade, em nome de uma vida digna.

Diener (1984) relata que a inclusão sobre o estudo do bem estar, no campo da investigação científica, ocorreu apenas a partir da década de 1960, impulsionada por grandes transformações sociais - fim da Segunda Guerra Mundial; e com o desenvolvimento de diferentes indicadores, associados à qualidade de vida. A autora apresenta um marco sobre o termo Bem Estar Subjetivo - BES, definido como sendo um conjunto de fenômenos que possuem respostas emocionais, domínio de satisfação e julgamentos globais de satisfação de vida. Para mensurar o BES, é utilizado, como indicador, as frequências dos níveis de afeto e não intensidade.

As áreas de pesquisas sobre o BES vêm de uma linha de investigação durante o Iluminismo, desde o século XVIII, que defende que o propósito da existência da humanidade é a vida em si mesma, em vez do trabalho voltado ao Rei ou a Deus. A sociedade, pela primeira vez, é vista como um meio de proporcionar aos cidadãos a satisfação das suas necessidades e obter uma boa vida.

Veenhoven (1996) nos mostra que, a partir do século XIX, a sociedade providenciou uma melhor felicidade, voltada à maioria da população, obtendo a

visão de proporcionar a si mesma uma satisfação de aquisição de fatores, considerados bons para sua vida. Esta certeza surgiu mediante aos princípios do utilitarismo.

A qualidade de vida envolve o nível de condições básicas e suplementares do ser humano. Estas condições envolvem o bem estar físico, mental, psicológico e emocional, os relacionamentos sociais, como a família e os amigos. Bem como a saúde, a educação e outros parâmetros que afetam a vida humana.

Guimarães (2005) ressalta que, nas décadas de 1950, 1960 e meados de 1970, já havia inúmeros formulários e tabelas sendo utilizadas para a mensuração da qualidade de vida na América Latina. Nesta perspectiva, nota-se a presença de diferentes definições para qualidade de vida.

De acordo com Coimbra (1985), para alguns, a qualidade de vida é o conjunto de diversos fatores, derivados da interação entre a sociedade e o ambiente, atingindo a vida no que concerne às suas necessidades biológicas e psíquicas. Entretanto, ao se determinar a qualidade de vida de uma determinada sociedade, esta deve ser analisada de maneira coletiva, pois, os diferentes aspectos individuais, geralmente, refletem de maneira coletiva, gerando, com isso, indicadores para uma avaliação.

Segundo Santos e Martins (2002), a qualidade de vida está relacionada à corrente economicista, que, por sua vez, analisa o crescimento econômico das sociedades, por meio da evolução do seu Produto Interno Bruto (PIB). Esta medida corresponde ao montante de bens e serviços gerados. Ou seja, um indicador de riqueza produzido e distribuído traduz, de forma global, o crescimento verificado. Mas, não contempla aspectos fundamentais, os quais permitem analisar o desenvolvimento de uma sociedade.

Herculano (2000) propõe uma análise/mensuração sobre a qualidade de vida de uma população, sendo proposta de duas formas:

A primeira maneira é avaliando os recursos oferecidos, ou seja, a capacidade efetiva de um grupo social de realizar suas necessidades. Sendo assim, podemos utilizar dados coletados, como quantidade de domicílios que possuem rede de abastecimento de água e do

esgotamento sanitário, estabelecimentos de saúde e quantidade de médicos, grau de instrução e escolaridade da população local, pela dimensão per capita de áreas verdes e espaços abertos urbanos disponíveis para amenizar a paisagem cinza do concreto e asfalto urbanos. A segunda forma de analisar a qualidade de vida é verificar as necessidades, por intermédio dos graus de satisfação e dos objetivos almejados. Podemos, assim, tentar mensurar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança, ou seja, pelos estágios de consciência a respeito dos graus de prazer ou felicidade experimentados (SCANLON, IN NUSBAUM e SEN, 1995). Devemos sempre lembrar que em todos eles sempre haverá uma diferença no conceito de qualidade de vida, devido à individualidade de cada um, em relação ao social, crença e cultura. Pois haverá sempre diferença do que temos ao que queremos (HERCULANO, 2000, p. 05).

Neste sentido, abordamos, nesta pesquisa, a qualidade de vida conforme a primeira proposta apontada por Herculano (2000). O foco desta investigação esteve centrado em observar como os serviços oferecidos pelo poder público chegam à população e como estes serviços podem melhorar as condições de vida do cidadão, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida de cada indivíduo.

Nahas (2006) explica que a qualidade de vida, no Brasil, vem sendo elaborada mediante a uma linha de conceito de bem estar social, qualidade ambiental, exclusão social, vulnerabilidade social, desenvolvimento sustentável e desigualdades sociais ligadas à pobreza.

Ainda para Nahas (2002), o conceito de qualidade de vida muda significativamente ao acrescentar o termo “urbano”, pois além de direcionar o acesso para o espaço geográfico, disponibiliza à população diferentes serviços, não anulando as condições ambientais que lhe são oferecidos. A autora ainda relata que, nas cidades, podemos observar uma grande dicotomia. De um lado, a presença de uma parte da população – minoria - com a concentração da riqueza são aqueles que convivem com o lado prazeroso e bom da cidade. Do outro lado, uma parcela significativa com um elevado nível de pobreza. Em razão disso, temos uma grande dificuldade para se analisar a qualidade de vida urbana.

Bourdieu (2007) considera aqueles que, por fatores sociais, são excluídos da sociedade sugestivamente como “os excluídos do interior”, pois, sem o amparo proporcionado pelos capitais, que conferem legitimidade e amparam às aspirações

sociais, o indivíduo está sujeito a enfrentar toda e qualquer coação desinente aos processos de seleção social.

Em diversas situações, alguns autores consideram que a qualidade de vida está vinculada às políticas públicas, ligadas diretamente às camadas de baixa renda e classes sociais inferiores. No entanto, outros consideram que a qualidade de vida está inter-relacionada aos fatores ambientais que a sociedade está inserida. Portanto, os fatores a serem mensurados dependem muito da escolha dos indicadores que compõem o conceito de qualidade de vida.

## **2.2 As cidades contemporâneas e o mal estar urbano**

No contexto atual, as cidades contemporâneas são vistas e estudadas em um espaço, em que se encontra diversas práticas sociais. Todavia, o cotidiano nos oferece diferentes contextos, no que se refere a cidades contemporâneas, promovendo assim, a apropriação do espaço para o desenvolvimento da vida urbana. Percebemos na contemporaneidade presentes no século XXI uma presença marcante do sistema capitalista, no qual apropria das cidades e as utiliza como seu principal espaço de reprodução.

Carlos (2017) relata que a cidade, como espaço urbano, vem sofrendo intensas transformações, direcionando a população a buscarem a presença de bens e serviços, provenientes de políticas públicas e sociais urbanas, ligadas diretamente às cidades.

O processo de reprodução do espaço nas cidades apresenta uma tendência de destruição dos referenciais urbanos. A busca pelo novo e moderno transforma a cidade em novas formas urbanas, ocorrendo o surgimento de novas construções, umas sobre as outras, gerando novas paisagens. Com isso, as destruições dos referenciais urbanos se desfalecem com as marcas de um passado histórico das cidades, gerando um empobrecimento das relações de vizinhanças e o surgimento de novas relações entre os homens, seguidos da destruição das relações familiares.

Carlos (2007) ainda diz que:

A cidade é entendida como construção humana, produto histórico social, contexto no qual a ela aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação de cidades com a natureza. O homem se apropria do mundo através da ocupação de um espaço, no tempo determinado pela sua reprodução na sociedade. Neste contexto, a reprodução contínua da cidade ocorre fundamentando-se na reprodução ininterrupta da vida. Assim a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social, produzindo um espaço ao longo do processo histórico.

Essa intensa ocupação do ser humano no espaço urbano vem ocorrendo de maneira intensa e, na maioria das vezes, não planejada. Isso é fruto do desenvolvimento de várias gerações ao longo do tempo.

Para Lefebvre (1991a), a cidade ganha sentido no cotidiano da vida por intermédio da troca de relações e da ocupação do espaço. A apropriação do ser humano ocorre, a partir do momento em que a cidade se molda a determinadas transformações impostas pelos seus habitantes.

A cidade constitui-se de identidades e tais marcas identitárias formarão os elementos para a sustentação da memória do espaço urbano, fazendo com que o espaço passe a ser construído a partir de intencionalidades, não podendo ser visto como um objeto científico, separado da ideologia.

Lefebvre (2008) sublinha que, mesmo sabendo que cada um tem consigo suas particularidades e histórias, entendemos que o espaço está em constante socialização com o mundo, podendo ser influenciado por diversos fatores sociais, estando em contínua mudança e transformação.

Santos (1999) afirma que o espaço é a síntese provisória entre o conteúdo espacial e as formas sociais e, como materialidade simples, a única maneira de causar mudanças é participando da história da vida. Segundo autor, é a sociedade, ou seja, o próprio indivíduo que movimenta o espaço, dando-lhes conteúdos.

Sob este prisma, o espaço modifica-se em cidade, por meio de um determinado tempo, associado ao trabalho humano atuante. Santos (1999) aponta que a cidade é uma sucessão de tempos de trabalho, de maneira que a história vai se transformando e determinando a configuração espacial pelas obras

humanas, chegando ao ponto de anular a natureza intocada e gerando uma natureza humanizada.

Nos últimos séculos, as cidades vêm sofrendo um crescimento acelerado, gerando um desenvolvimento acrescido de diversos conflitos, ocasionados pelas imposições de novos modelos comportamentais e culturais, forçados pelo excesso de mercadorias existentes em escalas mundiais, levando as novas condições de existências. Condições essas que se encontram presentes de forma desigual na vida da sociedade.

Para amenizar a pobreza, diferentes teorias de desenvolvimentos têm sido propostas em escalas locais e mundiais, porém, pouco se vê colhendo resultados positivos.

Conforme Lima (2000), com o surgimento das metrópoles, consideradas os grandes centros urbanos, os migrantes oriundos da migração da zona rural e das cidades menores obtiveram grandes dificuldades de se fixarem a este novo espaço. A falta de acesso ao emprego, à moradia, à saúde e à educação os levou a uma segregação excludente, fazendo com que estes habitassem em locais periféricos, sem as devidas atenções e estruturas básicas por parte do Estado.

Lefebvre (2004) assume a dificuldade de compreender o fenômeno urbano na contemporaneidade. Para ele, a expansão da sociedade pelo mundo é apenas a reprodução da sociedade industrial, fazendo com que as cidades avancem sobre os campos, deixando-os cada vez mais dependentes do seu ritmo de funcionamento. Com isso, a urbanização, que era apenas vista nas cidades, hoje, abrange também o campo, tornando-o também urbanizado.

Sofremos uma crise mundial nas cidades em razão das predominâncias do processo de industrialização, levado pela urbanização total das cidades. O campo é invadido pelo urbano, o que condiciona o aumento das desigualdades sociais, a proliferação das favelas e o descontrole dos problemas ambientais, oriundos do crescimento quantitativo das cidades.

Lefebvre (2004) considerou tudo isso como um ponto crítico, formado pela distinção de três níveis: a) Processo global de industrialização e urbanização; b)

Sociedade Urbana e Plano específico da cidade; e c) Modalidades do cotidiano no urbano, anulando assim à distinção cidade e campo.

Os subúrbios e as favelas são ocasionados pelo crescimento da cidade e são tidos como ilhas urbanas, geradas por segregações sociais e econômicas. Estes são oriundos da ausência de interesses políticos e econômicos. A sociedade urbana é desvalorizada, degradada e destruída, ocasionando cada vez um aumento da exclusão da sociedade, que conseqüentemente, leva os indivíduos a se privarem de uma vida urbana. As cidades são transformadas em subúrbios e, depois, os subúrbios devoram o núcleo urbano (LEFEBVRE, 1991).

Dessa maneira, o urbano desenvolve-se apenas quantitativamente. As transformações ideológicas do que possa ser o urbano não se desenvolvem qualitativamente e, se quer, de maneira igualitária. Para o autor acima, a cidade se torna um local de conflitos, tensões e um lugar de confrontações.

Sendo assim, na cidade, nada se cria. Ela aproxima e atrai tudo o que vem da natureza, dos produtos e suas criações, tornando uma relação de troca, levando, com isso, as diversas situações urbanas que enfrentamos hoje (LEFEBVRE, 1991).

Oliveira (2002) comenta-se que a sociedade busca o direito de reproduzir a vida no espaço urbano com dignidade. No entanto, é fundamental que eles tenham acesso a uma parte da cidade, que possui equipamentos urbanos, que sejam indispensáveis a integração social de produção e de reprodução. Para o autor, a disposição espacial das pessoas na cidade às condições de classe ocorre de maneira que o grupo que ocupa esses espaços ordena-se de acordo às situações socioeconômicas, favorecendo uma cadeia de situações que geram diferentes conflitos sociais, como a ocupação social desigual, expressão de marginalidade, confinamento, destituição de infraestruturas e serviços públicos.

Lefebvre (2004) refere-se à cidade como um lugar de produção e concentração de conflitos sociais, possuindo uma rede de circulação e de consumo entre o desejo e as necessidades humanas e entre o centro de informações e as decisões, sendo considerado um sistema único e específico.

Isso torna as relações interpessoais cada vez mais difíceis e enfraquecidas em nossa sociedade atual, em que estão sendo substituídas por relações profissionais. Vivemos em uma sociedade que se estabelece padrões comportamentais baseados na mídia, por meio de redes de comunicação que impõem padrões e, ao mesmo tempo, que aproxima os homens e lugares, também, os tornam isolados.

As diferentes inovações tecnológicas vêm mudando o sentido do tempo e a maneira em que as pessoas se utilizam dele, juntamente com a forma que utilizam o espaço. Dessa maneira, ocorre a imposição de novos padrões por parte da sociedade, gerando conflitos e tensões. Ao mesmo tempo, encontramos novas formas espaciais e novos usos interferindo no modo de vida de cada pessoa (CARLOS 2007).

Assim, desigualdade urbana poderia ser caracterizada por inúmeras abordagens, em diferentes aspectos; no entanto, acreditamos que o que importa é enfatizar os problemas de maior impacto social, como, a habitação, a educação, a infraestrutura, o saneamento básico, ambos ligados às condições ambientais e de saúde.

### **2.3 Problemas ambientais urbanos e a construção de políticas de qualidade de vida**

A problemática ambiental é tema de grandes discussões em escala mundial, especificamente, os problemas ambientais urbanos. Não sabemos se esses problemas são de ordem ética, política ou econômica, ou se são frutos de relações causadas entre sociedade e natureza.

Desde o processo de industrialização, em 1950, muitos encontros entre diferentes países, ocorreram para debaterem possíveis soluções para os problemas ambientais e urbanos. O primeiro encontro foi à realização da conferência de Estocolmo, em 1972, onde ocorreram vários debates sobre a degradação ambiental e seus riscos para o planeta.

No Rio de Janeiro, em 1992, ocorreu a ECO 92, ressaltando a importância de cada país conscientizar a sociedade sobre o desenvolvimento das práticas de preservação e sustentabilidade ambiental no meio em que estamos inseridos, além de associar tais problemas ao crescimento desordenado e não planejado dos centros urbanos.

Carlos (1994) cita que o discurso ecológico naturaliza os fenômenos sociais, afastando a questão central dita pelo desenvolvimento da sociedade. A autora ainda afirma que, durante o processo evolutivo da civilização do ser humano, o homem já cultivava uma relação com a natureza, modificando-a, gerando, com isso, danos irreparáveis à natureza.

No decurso do tempo, as relações de vida capitalista degradaram impiedosamente a natureza, deteriorando as condições de vida. Lefebvre (1991a) afirma que as relações de aliança do ser humano com a natureza não se concretizam, os conflitos só se agravam, ao invés de se resolverem.

O mundo encontra-se inserido em uma crise ambiental. As cidades consideradas de terceiro mundo buscam inserir em suas políticas públicas projetos sustentáveis, de maneira a amenizar os problemas ambientais da nossa atualidade, pois, sabemos que há uma grande distância entre a degradação ambiental e a sua capacidade de resolução.

Grande parte dessa degradação ambiental transcorre da expansão das cidades, ocasionada pelo crescimento descontrolado da população, seguido de uma ausência de controle de natalidade, em que a maioria da população, sem planejamento e de baixa renda, buscam suas moradias em regiões periféricas da cidade, construindo seu habitat em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário e, muitas vezes, localizadas em áreas de riscos.

Maricato (1996) reforça que esses lugares são áreas bem frágeis do ponto de vista ambiental e social, além de serem lugares precários, como beiras de córregos, terrenos com riscos de enchentes, encostas e morros. Espaços que possuem a instabilidade dos serviços públicos, como, a ausência da infraestrutura

e saneamento básico, o que acarreta em condições de vida subumanas, levando essa população local à vulnerabilidade.

Um problema que vem sendo apresentado de imprescindível resolução é a falta de recursos hídricos, considerada como um dos principais problemas ambientais. Denominado pela Organização de Saúde como estresse Hídrico, a escassez da água, muitas vezes, é ocasionada pela elevada concentração demográfica, associada à carência de infraestrutura urbana, ocasionando a contaminação dos lençóis freáticos e um autoconsumo do uso da água nessas regiões. Essa situação é ainda mais caótica nos países africanos, em que menos da metade dos domicílios não estão ligados à rede de esgoto.

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) nos mostra que a qualidade da água está comprometida mundialmente, devido à expansão demográfica, atividades agrícolas e industriais, à falta de preservação ambiental e às mudanças climáticas.

No Brasil, ao se tratar de um país em desenvolvimento, a extensão de água encanada cresceu ao longo das décadas. No ano de 2008, 99,4% da população urbana do país possuía o serviço de abastecimento de água em suas residências. O maior avanço, nos últimos 19 anos, ocorreu na região Norte, com um aumento do índice de 86,9% para 98,4% dos municípios com a presença do abastecimento de água. A região Sudeste é a única que apresenta sua totalidade de municípios que integram o abastecimento de distribuição de água (IBGE, 2008).

Sobre a coleta e tratamento de esgoto, os dados são ainda mais preocupantes. Em 2008, apenas 55,2% do total da população urbana brasileira recebia esses serviços. Na região sudeste, mais da metade da população (95,1%) recebia esse serviço, seguida da região Nordeste com 45,7%, região Sul com 39,7%; em quarta colocação, a região Centro-Oeste, com 28,3%; e, por último, a região Norte, com apenas 13,4% dos seus municípios com serviços de esgotamento sanitários. Nesse mesmo período, apenas 28,5% dos municípios

brasileiros realizaram o tratamento de seus esgotos, impactando diretamente nos recursos hídricos.

Ao realizarmos uma equiparação entre as regiões, percebemos mais uma desigualdade entre a região Sudeste e a região Norte. Na região Sudeste, 48,4% dos seus municípios realiza o tratamento dos esgotos, ao passo que, na região Norte, somente 7,6% executa esse serviço. Essas desigualdades entre regiões extremas podem ser justificadas devido a um elevado índice de autodepuração dos rios localizados na região Norte (IBGE, 2008).

Mediante estes dados, constatamos que a maior parte da população, ao receber em seus domicílios a coleta do esgoto, não recebe nenhum tipo de tratamento destes, estando exposta a céu aberto ou armazenamento de lixo em lugares impróprios. Esses fatores ocasionam a contaminação dos recursos hídricos, tornando-os prejudiciais para o consumo humano, ocasionando altos índices de doenças e mortalidade infantil.

Hogan (1995) chama a atenção para a gravidade e o surgimento de doenças causadas pela ausência de abastecimento e coleta adequada do esgoto, cuja maior gravidade é em regiões mais pobres, presente, principalmente, nas periferias das grandes cidades.

Monte-Mór (1994) aponta a ausência de saneamento básico em países em desenvolvimento como sendo um dos principais problemas enfrentados pelo núcleo urbano e este fator promove sérios problemas ambientais e à saúde da população. O autor supra classifica os países desenvolvidos como sendo aqueles que superaram os problemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos.

No ano de 2010, realizou-se em Brasília, a 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental (CNSA), envolvendo os Ministérios da Saúde, das Cidades e do Meio Ambiente. O evento teve como meta, os problemas ambientais relacionados à saúde. O Saneamento Básico foi o principal tema em discussão. Na oportunidade, o Governo Federal lançou dois compromissos: o compromisso pelo meio ambiente, a saúde e o saneamento básico; além do compromisso da

qualidade do ar e a saúde ambiental. Durante este evento, criou-se o Plano Nacional de Qualidade do Ar (PNQA), com o intuito de contribuir com a redução dos poluentes atmosféricos, como forma de melhorar a qualidade do ar, da saúde e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos cidadãos.

Em relação aos resíduos sólidos, constatamos uma precariedade na coleta e armazenamento adequado desses resíduos, estando estes associados à contaminação dos recursos hídricos, tanto superficial quanto subterrâneo. Além de agravar o assoreamento dos rios e os problemas de enchentes no espaço urbano. Mas, como minimizar um problema de cunho ambiental que só cresce a cada dia?

Devido o grande consumo de produtos industrializados em nosso cotidiano, a produção de resíduos sólidos vem crescendo cada vez mais. Faz parte do dever do poder público a coleta, a limpeza pública e a destinação final de qualquer resíduo sólido produzido no espaço urbano.

De acordo com os dados do Censo Demográfico, em 2000, 76,4% dos domicílios urbanos brasileiros possuíam serviços de coleta de lixo, sendo que os demais armazenavam os resíduos em terrenos baldios, em cursos de água ou realizando a queima dos mesmos. Dentre os lixos coletados, 47,1% foram destinados a aterros sanitários, 22,3% a aterros controlados e 30,5% eram acondicionados ao lixão.

Segundo Chaffun (1997), a utilização dos lixões para o acondicionamento de resíduos sólidos urbanos gera riscos ao ambiente e problemas à saúde, por esses resíduos não receberem nenhum tratamento, eles produzem e liberam gases tóxicos, levando ao aumento da poluição do ar, da água e do solo (mediante ao chorume), aumentam a proliferação de vetores (ratos, moscas, baratas e mosquitos, etc.) e doenças e, conseqüentemente, submetem a população que se encontra nas proximidades aos graves problemas de saúde.

A escassez das áreas verdes, nos ambientes urbanos, torna-se um problema ambiental com bastante agravante. Devido à presença da pavimentação, o solo se torna impermeável, reduzindo a evaporação e o

escoamento superficial das águas, deste modo, elevando diretamente a temperatura e favorecendo o aumento das enchentes nas cidades.

Monteiro (2003) nos fala que o clima urbano é resultado das mudanças nos fluxos de energia e matéria (exemplo, água, calor e ar), ocasionadas na atmosfera das cidades. Essas transformações geram alguns resultados indesejáveis, que podem atingir a população urbana, como é o caso dos impactos pluviais, a poluição do ar e o surgimento de ilhas de calor.

Lombardo (1985) explicita que as “ilhas de calor” são áreas onde as temperaturas da superfície são mais elevadas do que as circunvizinhas, podendo ser encontradas nas zonas mais urbanizadas. Essas ilhas de calor, em lugares de clima tropical, como no Brasil, favorecem o desconforto térmico, gerando vários problemas de saúde, como, o aumento de doenças diarréicas e doenças transmitidas por vetores, a dengue e a malária, bem como, o aumento do consumo de energia elétrica.

Fernandez (2004) sustenta que, alguns problemas socioambientais presentes nos centros urbanos podem ser originados por inúmeras causas, sendo elas naturais ou antropológicas; tais como, a utilização inadequada do solo e a ausência de áreas verdes. Estes devem ser considerados como sendo ocasionados pela ineficiência dos serviços públicos, juntamente com a má distribuição de estruturas, atendimentos comunitários e a baixa qualidade técnica das construções.

Os problemas, aqui, relacionados influenciam, de forma direta e indireta, na qualidade de vida da sociedade. Algumas medidas assumidas pelo poder público e sociedade seriam alternativas de possíveis soluções para resolver alguns problemas ambientais e sociais urbanos. Como alternativas, citamos a estagnação do crescimento populacional, por meio do controle de natalidade, políticas de reciclagem e a educação ambiental presente nas escolas, associada a uma consciência educacional de conservação ambiental do espaço vivido.

Moreira (2007) conscientiza-nos que devemos viver em meio à natureza, mas sem degradá-la, mantendo a conservação ambiental; sendo este, atualmente,

o grande desafio da humanidade. Devemos manter uma relação harmoniosa entre homem, terra e natureza, consciente de que tais recursos naturais devem ser preservados para manter as gerações futuras. Devem-se explorar, de maneira racional e sustentável, os recursos naturais, ou seja, utilizar esses recursos conscientemente e de forma responsável, sem destruí-los, para que se tornem disponíveis no futuro. Para isso, devemos conhecer os limites dos recursos que utilizamos, a fim de que possamos saber como e até quando podemos usufruí-los. Esse é um grande desafio que temos que colocar em prática.

O aumento da presença das áreas verdes seria uma possível solução como forma de amenizar as temperaturas e reduzir as ilhas de calor. Estes espaços promovem o bem estar na população, favorecendo o bom-humor, reduzindo o nível de estresse e potencializando os benefícios de atividades físicas.

Outra forma de amenizar a alta sensação térmica nas cidades seria aderindo atitudes sustentáveis, a saber, por meio da utilização de telhados e paredes verdes, gerando um ambiente com temperaturas mais amenas.

Portanto, a cidade deve ser um espaço em que possamos garantir nosso futuro e, de maneira sustentável, devemos ter responsabilidade em nossas ações, para que possamos viver em um ambiente prazeroso e um grau de bem-estar elevado.

## **2.4 O desenvolvimento atual de Porto Nacional e as suas possibilidades para a qualidade de vida**

### **2.4.1 Breve histórico da região de Porto Nacional -Tocantins**

O município de Porto Nacional foi criado em 13 de julho de 1861, por determinação da resolução provincial nº 333, assinada por José Martins Alencastro, Presidente da Província de Goiás. Fundado no início do século XIX, Porto Nacional sempre esteve diretamente ligado histórica e culturalmente ao rio

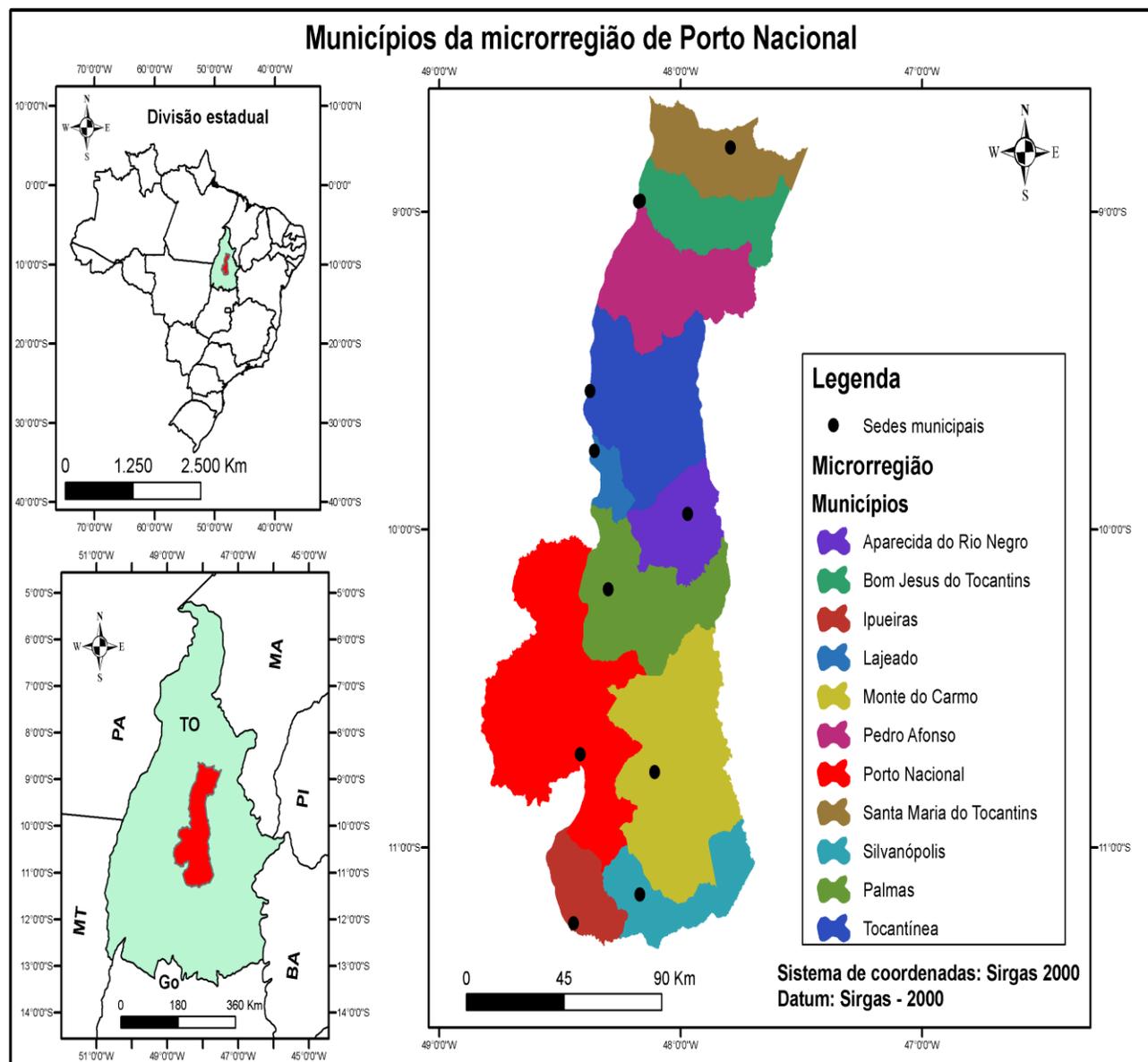
Tocantins. É considerado o mais importante pólo cultural, político, econômico e social do então Norte Goiano, hoje, Estado do Tocantins. Contém uma área de 4.449,918 km<sup>2</sup> e possui, além da sede, o distrito de Pinheirópolis e Luzimangues. (IBGE,2018).

Dentre os 139 municípios pertencentes ao Estado do Tocantins, a cidade de Porto Nacional é considerada, segundo dados populacionais do IBGE, a quarta maior cidade do estado, ficando atrás apenas de Palmas, Araguaína e Gurupi.

De acordo o último censo, no ano de 2010, a população de Porto Nacional era composta 49.146 habitantes. No ano de 2018, sua população estimada foi de 52.700, com uma densidade demográfica de 11.04 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2018). Sua principal via de acesso à cidade é a rodovia TO - 050, que corta o município no sentido norte-sul, ligando à capital Palmas e a rodovia TO - 255, que corta o município no sentido Leste-Oeste.

A microrregião de Porto Nacional é composta por 11 municípios (Porto Nacional, Palmas, Pedro Afonso, Monte do Carmo, Tocantínia, Silvanópolis, Aparecida do Rio Negro, Lajeado, Ipueiras, Santa Maria do Tocantins e Bom Jesus do Tocantins), como mostra o mapa 01.

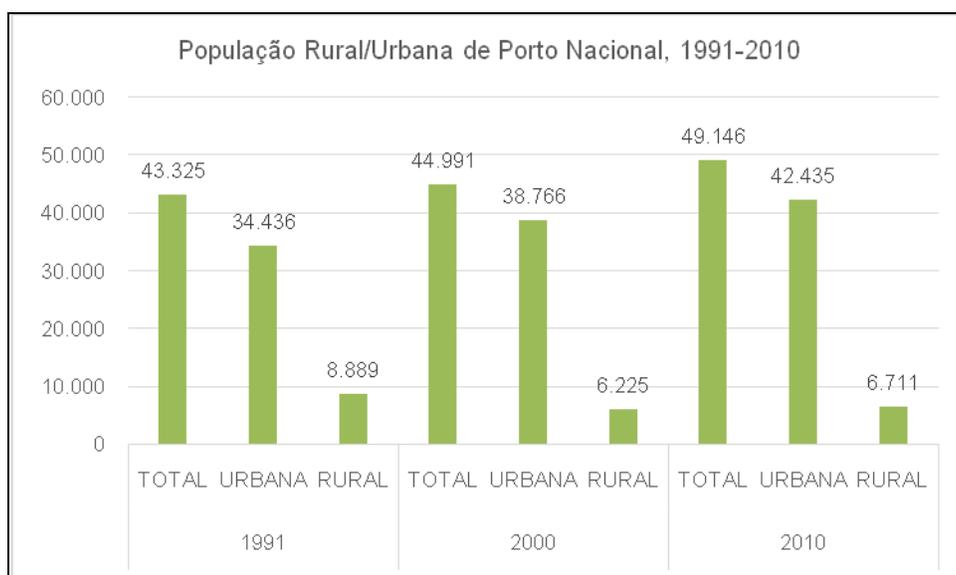
Mapa 01 - Localização do Município de Porto Nacional - TO



Fonte: SERPLAN 2018.

O município de Porto Nacional concentra cerca de 24,0% da população tocantinense, correspondendo a 1,7% da área total do Estado, com uma densidade demográfica de 11,8 hab/Km<sup>2</sup>. Logo, contém uma população razoável, se comparada com as demais cidades do centro do Brasil. Essa população concentra-se na área urbana, conforme mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 01:** Distribuição da população no município de Porto Nacional - TO, nos períodos de 1991 a 2010.



Fonte: Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010.

#### 2.4.2 Fatores socioeconômicos de Porto Nacional-Tocantins

Por meio das políticas de desenvolvimento da região do Estado do Tocantins, a população do município de Porto Nacional cresceu consideravelmente. Houve uma estagnação no crescimento no censo de 1991 e 1996, período em que foi implantada Palmas, a capital do Estado. Porém, no decorrer de alguns anos, houve uma grande evasão rural, tornando um município com população urbana. Outro fator relevante que colaborou para a continuação do crescimento populacional de Porto Nacional, foi a instalação da faculdade Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC), oferecendo cursos de grande prestígio e notoriedade, como, o Curso de Medicina, que consequentemente, aumentou o número de estudantes residindo na cidade, movimentando o comércio local.

No setor agroindustrial, houve um aumento salutar dos investimentos, desencadeando a vinda de pessoas para o município. O caso da implantação do projeto de Irrigação São João, localizado no Município de Porto Nacional, distante

25 km de Palmas - Tocantins, tendo início suas atividades no ano de 2001. O projeto São João, compreende uma implantação e infraestrutura de irrigação, ocupando uma área de 3.654 hectares para cultivo de frutas.

Houve, também, a instalação da Granol, uma empresa brasileira especializada na produção e comercialização de grãos, óleos vegetais, farelos e biodiesel para o mercado interno e externo.

Souza (2015, p. 159) destaca a expansão urbana como:

A conjuntura formada pelo avanço da fronteira agrícola brasileira, pelo consequente processo de urbanização do território e pelas recentes políticas públicas federais voltadas ao setor habitacional, tem feito com que as principais cidades do Estado do Tocantins apresentem uma expansão urbana por vezes exagerada. A cidade de Porto Nacional, por sua vez, constitui um notório exemplo desse fenômeno. Tal expansão urbana tem sido baseada em um caráter mercantil excessivo, levando a um parcelamento do solo, por intermédio de loteamentos, que nitidamente ultrapassa a demanda local por novas moradias. A deliberada aquisição de terrenos urbanizados assume a forma de prática especulativa, conduzindo à formação de vazios urbanos (SOUZA, 2015, p. 159).

Desde o início do século XX, o município de Porto Nacional se destacou como um grande centro religioso, educacional e cultural, sendo conhecido como a capital da cultura do Estado do Tocantins.

Novas perspectivas se colocam como alternativas para a cidade. A valorização de seu patrimônio, o turismo (Centro histórico, Lago da Usina do Lajeado, Catedral Nossa Senhora das Mercês, Avenida Beira Rio, Nova Praia Porto Real, Colégio Sagrado Coração de Jesus), o comércio, as atividades agropecuárias e o agronegócio constituem, hoje, a nova realidade da região. No entanto, merece destaque o setor de prestação de serviços, o setor agropecuário e o setor industrial que estão entre as mais importantes atividades econômicas da cidade.

Uma grande parte do dinheiro que circula na cidade é movimentada pelo setor terciário, que envolve o comércio e a prestação de serviços. No ano de 2014, tivemos uma receita movimentada em R\$ 751.337.000,00 no setor primário, ou seja, na agropecuária R\$ 88.712,000.00 e no setor secundário, a indústria R\$

212.272.000,00 (milhões), e o setor terciário, serviços R\$ 450.353.000,00 (IBGE,2015). Como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 01** - Evolução do crescimento econômico no município de Porto Nacional – TO

<b>ANO</b>	<b>PIB AGROPECUÁRIA</b>	<b>(%)</b>	<b>PIB INDÚSTRI A</b>	<b>(%)</b>	<b>PIB SERVIÇO S</b>	<b>(%)</b>
<b>2002</b>	13.176,00	7,3	45.688,00	25,4	77.733,00	43,2
<b>2003</b>	22.874,00	11,6	36.333,00	18,5	85.746,00	43,7
<b>2004</b>	25.976,00	12,2	40.742,00	19,2	87.654,00	41,3
<b>2005</b>	23.778,00	10,5	46.153,00	20,4	90.867,00	40,1
<b>2006</b>	21.475,00	7,1	80.912,00	26,9	117.659,00	39,1
<b>2007</b>	19.756,00	6,6	62.684,00	20,8	124.023,00	41,1
<b>2008</b>	29.627,00	8,4	65.073,00	18,5	146.865,00	41,7
<b>2009</b>	35.685,00	9,0	71.177,00	17,9	164.079,00	41,4
<b>2010</b>	35.286,00	7,4	101.349,00	21,2	189.930,00	39,7
<b>2011</b>	101.521,00	16,1	137.380,00	21,8	216.607,00	34,3
<b>2012</b>	111.683,00	14,4	179.414,00	23,2	289.143,00	37,4
<b>2013</b>	65.872,00	8,0	175.832,00	21,4	348.149,00	42,4
<b>2014</b>	88.712,00	8,9	212.272,00	21,4	450.353,00	45,4

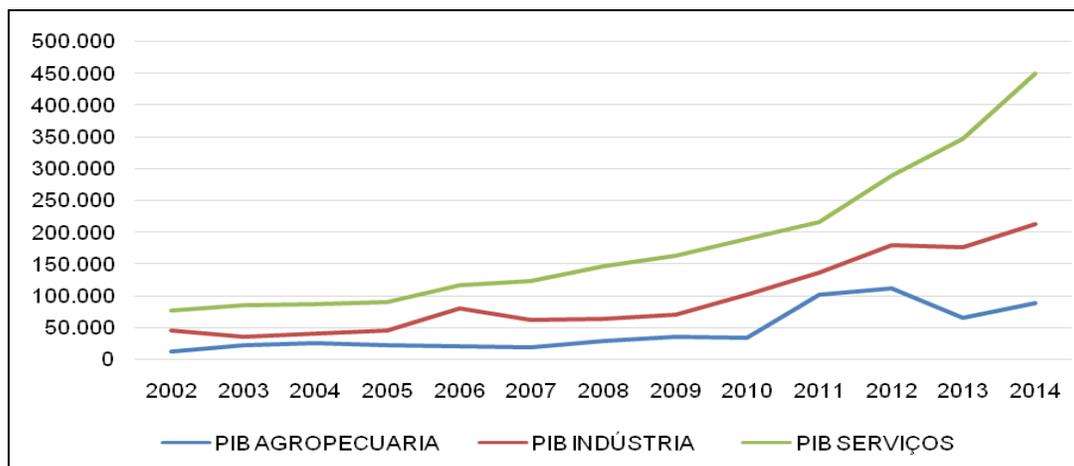
Fonte: IBGE/2015

A região de Porto Nacional é considerada polo de desenvolvimento do Estado do Tocantins. Têm-se diferentes potencialidades que favorecem a economia do município, como, a abundância em recursos hídricos para o favorecimento das áreas de geração de energia, agricultura, piscicultura, transporte fluvial e o turismo. Além disso, possui uma grande área de terras planas e com boas características físico-químicas do solo, aptas ao cultivo de plantas anuais, como, a soja, que vem crescendo consideravelmente seu cultivo no município.

O município possui uma localização estratégica e de fácil acesso à logística de produção. Apresenta um clima bem definido e estável, favorecendo o crescimento agrícola local, gerando, assim, R\$ 66.723.000,00 do Produto Interno Bruto no município, sendo que grande parte das indústrias está ligada a essa atividade. (IBGE,2015).

O gráfico 02, a seguir, mostra a evolução do PIB municipal entre os anos de 2002 a 2014, relacionados aos principais setores econômicos, no município de Porto Nacional - TO.

**Gráfico 02** – Evolução do PIB de Porto Nacional entre os três setores



Fonte: IBGE/2015

A cidade de Porto Nacional é, predominantemente, residencial, possuindo estabelecimentos comerciais e de serviços. O Município conta com quase 50 loteamentos, sendo 19 elaborados pela Prefeitura, dos quais somente 08 são registrados. Os demais foram elaborados por particulares. Não estão computados, aqui, os loteamentos mais recentes no Distrito de Luzimangues. No Cadastro Municipal, constam 25.113 lotes, excluídos os existentes no Distrito de Luzimangues, que passam de 8.000. Os loteamentos mais novos caracterizam-se pela baixa ocupação, quase exclusivamente residenciais e contendo grandes vazios urbanos. ( Prefeitura Municipal de Porto Nacional, 2014).

### 3 SISTEMAS DE INDICADORES E A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA NO BRASIL

#### 3.1 Para entender os Sistemas de Indicadores

Os Sistemas de Indicadores são utilizados com bastante frequência em

diferentes áreas de estudo, por serem considerados instrumentos de medição. Eles nos alertam, muitas vezes, de forma antecipada, a possíveis tendências comportamentais da sociedade. A sua utilização nos proporciona tomadas de decisões e atitudes, para a redução de riscos e algumas situações consideradas frágeis.

Kaplan e Norton (1997) enfatizam que medir é importante, pois o que não é medido não é possível ser gerenciado. A utilização de indicadores nos possibilita conhecer o que desejamos modificar, pois, mediante a uma análise de resultados, podemos escolher os beneficiários e estabelecer metas, elevando as chances de acertos nas tomadas de decisões.

O termo indicador origina-se do latim *indicare*, que significa estimar, apontar, descobrir. Ele pode nos informar sobre o desenvolvimento de uma determinada meta, ou pode ser compreendido como um recurso que torna mais claro determinado fenômeno ainda não percebido (HAMMOND, 1995).

Para Gallopín (1996), os indicadores para um nível mais complexo devem ser entendidos como um conjunto de variáveis, sendo que as variáveis não representam uma propriedade e característica de um sistema. O autor não considera a variável como um atributo real, porém, ele argumenta quanto mais a variável se aproxima da realidade, maior é sua relevância para uma tomada de decisão. Sendo assim, o indicador deve ser considerado importante tanto para quem toma as decisões quanto para o público que as recebe.

Nahas (2001) menciona que o indicador é um dado, uma informação que retrata uma descrição. Assim, um indicador precisa ter abrangência de expressão e deve informar além daquilo que expressa diretamente. Podendo, assim, citar equações numéricas simples ou mesmo índices, porque estes dados nos fornecem informações importantes para o planejamento e o gerenciamento dos processos; e monitora as condições urbanas, podendo contribuir no processo de tomada de decisão. Tudo depende do objetivo no qual os indicadores estão sendo aplicados e analisados.

Portanto, o sistema de indicadores é um conjunto de informações que

relata várias situações. Ao optarmos pelo sistema de indicadores, devemos seguir alguns critérios durante a sua aplicabilidade. Os indicadores utilizados devem transparecer confiabilidade das informações, por essa razão, devem ser utilizadas fontes confiáveis ou coletadas de maneira adequada. Devendo ser práticas, claras e de fácil compreensão, além de haver facilidade em sua coleta. Os indicadores também devem ser capazes de atender as necessidades de diferentes classes sociais ou localidades, não devendo ser nem muito amplo e nem muito específico.

Na década de 1950, já havia pesquisas sobre os indicadores econômicos. Na década de 1960, houve uma migração dos indicadores econômicos para os indicadores sociais (RODRIGUES 2010). Nos anos 70, tinha-se a predominância dos indicadores sociais, surgindo às primeiras comparações entre as cidades com base nos indicadores (WONG 2006).

Wong (2006) nos fala que, a partir desse período, houve uma descredibilidade com a utilização desses indicadores socio-econômicos. Algumas possíveis causas foram à limitação desses indicadores, associada a uma metodologia inadequada e a ausência de conhecimento por parte daqueles que realizaram os estudos. Ainda, segundo o autor, somente na década de 1990, os indicadores voltam a estar em destaque.

Atualmente, o uso de indicadores vem acompanhado de uma visão mais ampla, em que, além de fatores sociais, associam-se questões ambientais, ligados à sustentabilidade e à qualidade de vida. Estes podem ser utilizados como eixo norteador nos planejamentos urbanos, como forma de elevar a qualidade de vida da sociedade. Além de gerar informações que descrevem caracteres urbanos, no qual, permitem mensurar e acompanhar a evolução de diferentes fatores sociais, favorecendo a compreensão do desenvolvimento cidadão.

Os indicadores podem ser compostos de informações de origem primária, que é quando provém de dados administrativos ou são coletados diretamente com os informantes; e de origem secundária, quando os dados são disponibilizados por outra instituição. Há diferentes fontes públicas que são confiáveis, nas quais, podemos obter dados de origens secundárias. Sendo o caso do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), além dos Ministérios, dos Institutos e das Secretarias, tanto estaduais quanto municipais.

O IBGE procura atender a demanda de informações municipais periódicas, devido realizarem periodicamente diferentes pesquisas, dentre elas, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC). A MUNIC abrange, anualmente, um conjunto de informações dos 5.570 municípios brasileiros e nos oferece alguns dados sobre a estrutura administrativa, como a existência de legislação e os instrumentos de planejamento municipal, o Plano Diretor Municipal, o nível de participação e do controle social, a presença e participação dos conselhos municipais, a disponibilidade dos recursos para o desenvolvimento da justiça e segurança, presença do comércio, da cultura, do lazer, áreas esportivas, entre outras. Portanto, a MUNIC nos relata o grau de desenvolvimento institucional das atividades de planejamento e gestão municipal por todo país.

Podemos, também, classificar os indicadores como analíticos e sintéticos. No Brasil, existem algumas sugestões de indicadores sintéticos, contendo variáveis e uma composição metodológica elaborada por centros de pesquisas, órgãos públicos, diferentes pesquisadores e universidades. Esses tipos de indicadores sintéticos são bastante utilizados para revelar diferentes áreas urbanas, como a saúde, a educação, a habitação e entre outros.

### **3.2 Indicadores de qualidade de vida no Brasil**

A qualidade de vida de uma determinada população pode ser mensurada por intermédio de diferentes tipos de indicadores. O que irá definir o indicador a ser utilizado será a definição do conceito de qualidade de vida. Para Coob (1995), a qualidade de vida não pode ser compreendida como sendo um conjunto de bens, serviços e confortos, mas, a presença de um conjunto de circunstâncias favoráveis que estes os propiciam.

Entender o sentido de qualidade de vida é algo bem relativo e subjetivo. Há sempre uma grande dúvida em o que mensurar, já que, há algumas

divergências por parte de alguns pesquisadores sobre o que compõe uma análise de qualidade de vida.

São dois os fatores que vêm sendo apresentados para uma análise/mensuração da qualidade de vida urbana: o primeiro é analisando e aferindo os recursos disponibilizados a diferentes classes sociais para satisfação de suas necessidades de vida; a segunda linha em que podemos avaliar a qualidade de vida é ponderando as necessidades do indivíduo, por meio de índices de satisfação, considerando, no entanto, as diferenças individuais, sociais e culturais que cada um possui.

Utilizamos para a construção dessa pesquisa a primeira linha de estudo acima citada, abordando as diferentes classes sociais, com o intuito de mensurar como está a satisfação de cada indivíduo em relação aos recursos disponibilizados pelo poder público à população de Porto Nacional - TO.

Coob (1995) nos afirma que precisamos criar indicadores que nos propiciem um futuro desejável e seguro, pois eles sintetizam, simplificam e quantificam, facilitando a tomada de decisões. Para o autor, os indicadores alternativos são considerados, por ele, frágeis, por não serem expressos em termos monetários, como é o caso do PIB.

Ao aplicarmos determinados indicadores em sociedade, estamos lidando com fatores analíticos, que foi desenvolvido dentro de um contexto histórico, econômico, político e cultural. Que algumas vezes, podem ser específicos para determinadas regiões. Podendo haver algumas probabilidades desses indicadores serem distorcidos com algumas questões mais burocráticas e, além de distorcer, pode-se camuflar a realidade que deveria ser apresentada (CARLEY, 1985).

Os indicadores ou índices devem ser elaborados e aplicados de acordo com a realidade de cada região, para que possa representar o mais próximo a realidade e as particularidades locais. Assim, será possível conduzir as políticas públicas em benefício de toda sociedade. Para que isso ocorra, é necessária a participação da sociedade na elaboração dos índices que compõe os Indicadores de Qualidade de Vida Urbana (IQVU).

Vitte (2009) ressalta que, ao falarmos sobre qualidade de vida, não podemos excluir a qualidade do ambiente em que a população está inserida, pois a vida é inseparável do ambiente e ambos estão ligados por inúmeros fluxos.

Nesse mesmo sentido, Nahas (2005) afirma que o conceito de qualidade de vida está relacionado à equidade em distribuição de bens de serviços a sociedade, “bens de cidadania” e o conceito de qualidade ambiental ligado à sustentabilidade. Portanto, ao tratarmos de qualidade de vida urbana, devemos sempre considerar fatores sociais, econômicos e ambientais.

Os indicadores considerados sintéticos ou sociais, no Brasil, são aqueles que possuem uma síntese de informações que abrangem inúmeros aspectos da vida humana, nos quais, se encontram presentes dentro de um único índice. Existem inúmeros indicadores sintéticos para mensurarem a qualidade de vida urbana. Destacamos, em um quadro abaixo, alguns dos principais indicadores sintéticos que são considerados dimensões sociais, econômicos e ambientais.

**Quadro 1:** Indicadores sintéticos existentes no Brasil

INSTITUIÇÃO FUNDADORA	ÍNDICE APRESENTADO
Fundação SEADE/SP	IPRS: Índice Paulista de Responsabilidade Social IVJ: Índice de Vulnerabilidade Juvenil IPVS: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
Fundação CIDE/RJ	IQM: Índice de Qualidade Municipal
Fundação João Pinheiro/MG	IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal ICV: Índice de Condições de Vida Municipal
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – NEP Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG – CEDEPLAR Núcleo de Estudos de População – NEPO	IMDE: Indicador Municipal de Desenvolvimento Educacional

Fundação Economia e Estatística/RS	ISMA: Índice Social Municipal Ampliado
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/PUC Minas/MG	IQVU: Índice de Qualidade de Vida Urbana IVS: Índice de Vulnerabilidade Social IAS: Índice de Assistência Social
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA)	IDS: Índice de Desenvolvimento Social IDE: Índice de Desenvolvimento Econômico
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba / PR	ISSQU: Índice Sintético de Satisfação de Qualidade de Vida
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional-IPPUR	IBEU- Índice de Bem Estar Urbano

Fonte: Autora 2019.

Rodrigues (2010) nos fala de duas iniciativas que alavancaram os estudos sobre indicadores sintéticos e sociais no Brasil, na década de 1990. Ambas as iniciativas foram coordenadas pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e com o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Em 2001, a Fundação Seade desenvolveu, para o estado de São Paulo, o Indicador Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), no qual, acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Para esta concepção de desenvolvimento, foi criado, no ano de 1990, pelo indiano Amartya Sen e mediante o trabalho de um grupo de especialistas, conduzidos pelo cientista Mahbub Ul Haq<sup>1</sup>, o Índice de Desenvolvimento Humano.

Parte-se do princípio de que o desenvolvimento é um processo, no qual a ampliação das possibilidades de escolhas do indivíduo é, a um só tempo, um meio e um fim. Assim, não podemos resumir tudo a uma questão de aumento de renda, mas também, à ampliação de conhecimentos e à melhoria na expectativa de vida.

<sup>1</sup> Mahbub ul Haq foi um influente e renomado economista paquistanês, pioneiro da Teoria do desenvolvimento humano e criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Com isso, o IDH vem sendo adotado como uma das principais referências crescentes, utilizado no mundo tanto pela sociedade civil, quanto pela sociedade política.

A partir da criação do IDH, diferentes iniciativas vêm buscando a formulação de índices capazes de obter do Estado a evolução do desenvolvimento em diferentes escalas do território nacional. No Brasil, surgiu o IDHM, no que se refere à escala municipal, elaborado pelo consórcio formado pelo IPEA, Fundação João Pinheiro, IBGE e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O IDHM é um indicador semelhante ao IDH, possuindo as mesmas dimensões.

As principais diferenças, além da escala de aplicação, são as variáveis escolhidas, principalmente, no que diz respeito à renda e à educação. Portanto, para a dimensão educação, o IDHM trabalha com o número médio de anos de estudo, enquanto o IDH trabalha com o nível de matrícula, na junção dos três níveis de ensino. Na dimensão renda, o IDHM utiliza a variável renda familiar per capita média, enquanto o IDH é adotado o PIB per capita médio em dólares, corrigidos por um índice de paridade do poder de compra.

No entanto, o IDHM segue as três dimensões do IDH: longevidade, educação e renda, estando acompanhado de 180 indicadores socioeconômicos que dão suporte a sua análise, ampliando do IDHM e ampliando a compreensão dos fenômenos e das dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal.

A Seade também desenvolveu o Indicador Paulista de Vulnerabilidade Social (IVPS), que localiza espacialmente as áreas que abrigam os segmentos da população do Estado de São Paulo mais vulneráveis à pobreza.

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) foi desenvolvido em 2017, a pedido da UNESCO pela Secretaria Nacional da Juventude, que nos oferece dados sobre a Vulnerabilidade dos Jovens à violência. Este índice foi criado com o objetivo de favorecer estratégias para a prevenção e enfrentamento das altas taxas de violência entre os jovens entre 15 e 29 anos.

A Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE, em 1998, desenvolveu o Índice de Qualidade Municipal (IQM), no qual, oferece à

população fluminense a oportunidade de conhecer, de maneira mais aprofundada, as condições básicas de desenvolvimento municipal, a partir do cruzamento de mais 40 variáveis, que se agrupam em quatro categorias: verde (ambiental), carências, necessidades de habitação e sustentabilidade fiscal.

Outro índice criado pela Fundação João Pinheiro (FJP) é o Índice de Condições de Vida Municipal (ICV), que, além de considerar a saúde, a educação e a renda, também, considera-se a habitação e a infância.

O Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) foi elaborado pela Fundação Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, sendo composto por 14 variáveis. Este índice é dividido em quatro categorias: educação, saúde, renda e condições de domicílio e saneamento. Seu principal objetivo é estabelecer um diferencial das condições de vida, classificando do melhor ao pior os municípios gaúchos.

O Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) foi elaborado pela prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com a UFMG, em 1990. O índice originou-se de 75 indicadores e 10 categorias, como, a educação, a saúde, a habitação, o esporte, a cultura, a segurança e entre outras, contendo 38 indicadores. O IQVU tem como objetivo descrever o espaço urbano, os serviços existentes de acordo com a sua oferta e disponibilidades (NAHAS, 2000).

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) nos traz informações sobre a população de um determinado lugar, com base em informações populacionais, domiciliares, sendo o resultado de dados aritméticos entre as seguintes dimensões: infraestrutura urbana, renda e trabalho, ambiental, cultural e econômica, jurídica e segurança.

O Índice de Assistência Social (IAS) tem como finalidade expressar dados dos grupos populacionais mais vulneráveis. Seu cálculo é baseado em oito indicadores, cujo representam os serviços públicos de assistência social.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI) desenvolveu, no ano de 1996, o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) dos Municípios Baianos. Associando indicadores que envolvem fatores econômicos, sociais e de

infraestrutura.

Em 1987, o Índice de Satisfação de Qualidade de vida (ISSQV) foi desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), com o objetivo de percepção do acesso da população a áreas sociais como: “habitação, saúde, educação e transporte”.

Os bairros em que a população tem melhor acesso aos serviços sociais foram definidos as maiores notas, como critério de hierarquização entre os bairros. O ISSQV, também, gerou uma hierarquia de carência entre os bairros, com o intuito de apontar quais bairros possuem maior necessidade e carência dos serviços sociais.

Ao relacionarmos diferentes indicadores de qualidade de vida, devemos considerar os indicadores de sustentabilidade, que são criados mediante a inúmeros estudos, discussões e sugestões, envolvendo conflitos ambientais e urbanos, ligados diretamente ao desenvolvimento da sociedade. Em concordância a Acselrad (1999), encontramos inúmeros questionamentos relacionados ao conceito de sustentabilidade, assim, podemos considerar um tema que ainda se encontra em processo de evolução.

Portanto, indicadores de sustentabilidade não devem ser formulados em situações isoladas e independentes de outras áreas, por se tratar de estruturas ambientais que se interagem e trocam informações, estando em constante fluxo entre diferentes sistemas.

O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar - UFMG), propõe a construção de Índices de Sustentabilidade Urbana. Baseando-se em definições contida no Fórum Urbano Mundial-Urban World Fórum - 2002, associado aos eixos temáticos propostos por Acselrad (2001, p. 32) onde considera que:

Um município para ser classificado como mais ou menos sustentável deve ser capaz de melhorar a saúde do sistema ambiental, amenizar a degradação antrópica, minimizar a desigualdade social e oferecer aos seus habitantes condições básicas de vida (ACSELRAD,2001,p. 32)

Este índice trata-se de um indicador composto por quatro índices, que se subdivide em indicadores classificados como de estado, pressão e resposta. São eles: a) qualidade do sistema ambiental local; (b) qualidade de vida; (c) redução do impacto, ou pressão antrópica; e (d) capacidade política e institucional. Ao se tratar de qualidade do sistema ambiental, considera-se a saúde do sistema ambiental local, medida mediante à qualidade da água e biota do rio, devido às informações registradas nas mudanças e alterações ocorridas em sua bacia de drenagem.

Outro índice é a qualidade de vida humana, mensurada por meio de indicadores de nutrição, abrigo e saúde, além da qualidade do ambiente, que se dá mediante indicadores de conforto ambiental urbano e qualidade da habitação. Ambos apontados como indicadores de estado.

A redução do impacto antrópico é considerada o terceiro índice, entendido como a medida do estresse interno às cidades adjacentes, decorrente das intervenções antrópicas sobre o sistema ambiental local. Sendo assim, considerado indicador de pressão.

E, por último, o índice capacidade política e institucional, compreendido como a capacidade dos sistemas políticos, institucionais e culturais locais de enfrentar os desafios e as barreiras em direção à sustentabilidade, sendo o indicador de resposta.

### **3.3 Problemas relativos aos indicadores de qualidade de vida**

O uso dos indicadores são maneiras de se obter dados concentrados de modo quantificado, que facilita na compreensão e na comparação simples e objetiva de determinadas informações, facilitando a comunicação sobre os dados apresentados.

Porém, a utilização dos indicadores abre espaço para possíveis questionamentos sobre a elaboração e aplicação de cada um. Ao começar pelo

PIB (Produto Interno Bruto), que possui informações restritas, devido sua metodologia, cujo alguns autores o classificam como um indicador destrutivo.

A avaliação do PIB abrange questões como desmatamento, tráfico de pessoas e empresas de prostituição, sendo áreas consideradas destrutivas para estarem presentes em análises de qualidade de vida. Além de não ser capaz de diferenciar a distribuição de renda interna de cada unidade territorial.

O IDH avalia o índice de Desenvolvimento Humano, porém, não nos permite avaliar o índice de qualidade de vida da população por excluírem fatores ambientais. Veiga (2003) aponta a origem do IDH como sendo sua principal falha. Sua origem se dá pela média aritmética de três índices bem restritos, obtendo dados apenas de renda, escolaridade e longevidade.

Com isso, o indivíduo pode ter uma boa educação, está presente em uma classe econômica, ter acesso aos bens de serviços que lhe são oferecidos, mas, estar vivendo em uma área de degradação ambiental e/ou está inserido em um espaço de poluição, inalando gases poluentes e tendo sua saúde prejudicada.

Carley (1985) nos revela que os indicadores podem ser aplicados no propósito de conceder o favorecimento a algumas ações políticas, podendo ter suas informações deturpadas, prevalecendo à camuflagem da realidade de informações que deveriam ser apresentadas, sendo considerada flexível a sua manipulação. Outro problema apontado pelo autor é a definição do que podemos mensurar para uma análise mais concreta para se definir a qualidade de vida de uma população.

Não possuímos um estudo contínuo da base de dados que compõe tais indicadores, sendo considerado, por parte dos pesquisadores, um fator bastante preocupante. Para aqueles dados que se originam dos Censos Geográficos, existe uma insatisfação pelo fato de serem atualizados a cada 10 (dez) anos. Sendo um intervalo de tempo muito grande para realizar uma comparação quanto às mudanças que ocorreram no espaço urbano das cidades.

Outro fator altamente difícil de aplicar é a facilitação e a compreensão dos indicadores. É necessário que a população, de maneira geral, se sinta esclarecida

em relação aos mesmos, quando estes forem aplicados. A alta complexidade de conclusão das fórmulas aplicadas para se estabelecer os resultados dos índices torna essa compreensão difícil de acontecer.

Ao referirmos aos indicadores citados nesse texto, não obtemos o conhecimento da utilização destes como forma de monitorar a qualidade de vida no espaço urbano. Uma das principais dificuldades seriam a manutenção e atualização desses indicadores. Especialmente, aqueles oriundos de dados da própria administração pública local, no qual, estão sendo trabalhados. Critérios como o processo de coletar, sistematizar, atualizar e disponibilizar os recursos tecnológicos para essa finalidade de estudo e a aplicação dos indicadores, de maneira contínua, são considerados um grande obstáculo por parte dos governantes e pesquisadores que precisam ser vencidos.

## **4 ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO - IBEU E A SUA APLICAÇÃO À CIDADE DE PORTO NACIONAL**

### **4.1 Metodologia aplicada na pesquisa**

Neste trabalho, a qualidade de vida urbana é entendida como o grau de satisfação das necessidades básicas para a vida humana, mediante o acesso aos serviços públicos recebidos, no que possa proporcionar qualidade de vida aos habitantes do espaço geográfico estudado.

LEFÈBVRE (1991a), afirma que o desenvolvimento de uma região não acontece de maneira igualitária e que o crescimento pode beneficiar apenas uma parcela da população, elevando o índice de pobreza e a desigualdade social, em vez de reduzi-las.

Sen (2000) ressalta uma definição considerável: só ocorre desenvolvimento quando os benefícios do crescimento econômico suprem as capacidades dos seres humanos, no que se referem o melhor para suas vidas.

Segundo esse pensamento, são quatro as capacidades humanas

fundamentais: a) ter uma vida longa e saudável; b) ser instruído; c) viver em condições materiais dignas; d) ser capaz de participar da vida da comunidade e poder fazê-lo. Juntamente com essas quatro capacidades, poderíamos acrescentar outra: e) viver sem prejudicar as possibilidades do outro, o que inclui a preocupação com a preservação dos recursos naturais que a sociedade dispõe. A capacidade está ligada diretamente ao bem estar de um indivíduo.

Para mensurar a qualidade de vida da população local, utilizamos duas abordagens metodológicas. A primeira abordagem metodológica analisada será por meio do método quantitativo, ou seja, uma análise dos dados secundários, oriundos da pesquisa do Índice Bem Estar Urbano – IBEU, desenvolvido pelo Observatório de Metrôpoles da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A segunda abordagem metodológica diz respeito ao método quali-quantitativa, por intermédio de obtenção de dados primários. Consideraremos, como dados primários, aqueles dados coletados por meio de um questionário aplicado na população de Porto Nacional - Tocantins, em que avaliamos a percepção da sociedade local.

Esse questionário foi aplicado às pessoas que residiam no município há pelo menos seis meses, maiores de 18 anos, pessoas que não estavam com saúde debilitada e que não possuíam déficit cognitivo.

Ao participarem da pesquisa, os indivíduos poderiam presenciar alguns riscos, como, possíveis constrangimentos, vergonha, inibição ou invasão de privacidade. Para isso não ocorrer, estes receberam antes da aplicação do questionário, o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo). Ressaltando que realizaríamos a pesquisa em um espaço privativo e que todas as informações da pesquisa seriam mantidas em total sigilo, sendo utilizadas como o único objetivo de análise e resultados desta pesquisa.

Ao tratar-se do método quali-quantitativo, realizamos uma pesquisa de opinião, por meio de um questionário elaborado no Google Forms (Apêndice), aplicado junto à população residente no município de Porto Nacional – Tocantins. O questionário elaborado foi aplicado nos períodos de junho a setembro de 2018,

de maneira aleatória nas residências dos moradores de Porto Nacional, em local ou salas das residências, de maneira a garantir a privacidade e sigilo das informações.

O questionário aplicado continha 103 questões estruturadas, enfatizando diferentes serviços oferecidos pelo poder público, presentes em diversas áreas de bens e serviços, ligados ao bem estar urbano. As questões abrangiam informações sobre sexo, idade, raça, escolaridade, situação de emprego, renda familiar mensal, bairro onde residem, diferentes questionamentos presentes nas áreas de mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, assistência social, saneamento básico, infraestrutura urbana, educação, saúde, esporte, segurança e lazer e; por fim, como cada indivíduo avaliou a sua qualidade de vida em relação aos serviços públicos coletivos que chegam até eles.

Portanto, com o objetivo de ter uma maior abrangência das áreas de bens e os serviços que estão ligados diretamente à qualidade de vida da população, elaboramos um questionário que, além de qualificar as dimensões e os indicadores contidos no IBEU - mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimentos de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana -, abrange também outras áreas, citadas acima, que são consideradas importantes para a análise da qualidade de vida humana no espaço urbano.

Utilizamos duas maneiras distintas para obtenção da coleta de informações. A primeira maneira foi a partir da aplicação de questionário via e-mail, enviados para diferentes moradores da cidade de Porto Nacional. Esses endereços de e-mails foram adquiridos em diferentes escolas estaduais localizadas em Porto Nacional, e também, em acervo pessoal. O questionário foi enviado de maneira aleatória, estando contido em anexo ao e-mail; o termo de consentimento livre e esclarecido. Cada indivíduo teve acesso ao questionário por meio de um link, em que puderam responder e retorná-lo via e-mail. Obtivemos uma quantidade pequena de pessoas que responderam nossa pesquisa através

de e-mails. Por tanto optamos em utilizar uma segunda metodologia para coleta de dados desta pesquisa. A segunda maneira de aplicação do questionário foi abordando os moradores de maneira física e pessoal. Aplicamos o questionário mediante visitas aleatórias em residências dos diferentes bairros do município. Presenciamos algumas situações que dificultaram a coleta de dados, como a negação de alguns habitantes em participar da pesquisa, ausência de moradores em suas residências, falta de paciência em responder o questionário por completo, por se tratar de um questionário longo, contendo 103 questões.

Esta coleta de dados teve duração de quatro meses, envolvendo os períodos de junho a setembro de 2018. Entrevistamos um total de 165 moradores de Porto Nacional de diferentes sexos, classes sociais, níveis de escolaridade, raças e faixa etárias, presentes em diferentes bairros,

Ressaltamos que não foi nossa pretensão realizar um cálculo amostral estatístico de acordo o número de habitantes; mas sim, obter a percepção dos moradores do município de Porto Nacional - TO sobre os serviços públicos oferecidos e suas influências na qualidade de vida de cada indivíduo.

Foi de grande valia compreender o funcionamento urbano por intermédio do olhar dos moradores em relação ao seu bem-estar, associados aos serviços públicos existentes no ambiente em que estão inseridos, de forma a compreender melhor as necessidades de cada um.

Sabemos que a opinião da população sobre o conceito de condições de vida é muito importante, aceitável e complementar em qualquer sistema de avaliação, pois, nos oferece informações para melhoria dos serviços oferecidos, além de nos permitir subsidiar áreas difíceis de serem mensuradas em escala quantitativa.

Retornando para a primeira abordagem metodológica citada, apresentaremos o texto a seguir, que decorre da construção metodológica do IBEU. Sendo que determinadas partes pelo caráter técnico e ilustrativo são transcrições da obra referência.

## 4.2 Fundamentos teórico-metodológicos para a construção do IBEU

O IBEU foi organizado por Luiz César de Queiroz Ribeiro e Marcelo Gomes Ribeiro, no ano de 2013, com o intuito de avaliar a dimensão urbana do bem-estar da população promovida pelo mercado e serviços sociais, oferecidos pelo Estado e Poder Público Municipal, permitindo a sociedade conhecer a ótica pela qual a cidade deve ser tratada. Possibilitando, assim, que diferentes classes sociais possam mensurar, comparar e avaliar as múltiplas dimensões da vida urbana. O IBEU foi proposto nas escalas Global e Local.

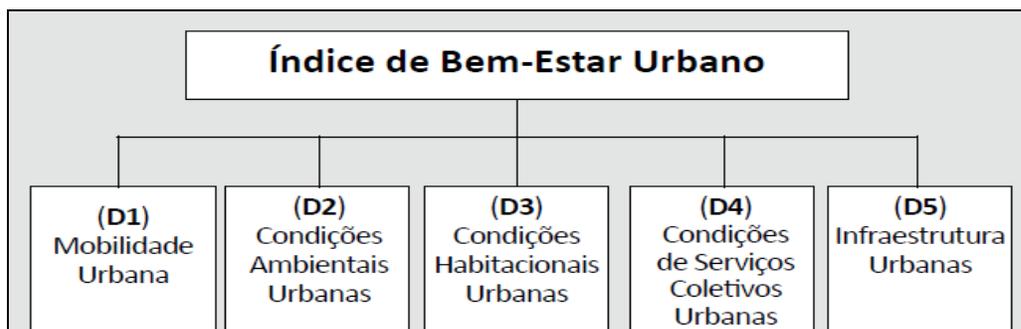
No ano de 2013, de forma comparativa, o IBEU global foi calculado entre as 15 regiões metropolitanas, em três escalas de análise: comparativo entre as regiões metropolitanas; comparativo entre os municípios que as integram; e as áreas de ponderação. No ano de 2016, foi calculado o IBEU para os 5.565 municípios brasileiros. O IBEU Municipal busca avaliar o espaço urbano do bem estar usufruído pelos cidadãos brasileiros, promovido pelo mercado via o consumo mercantil e serviços sociais prestados pelo Estado (RIBEIRO, 2016).

Assim, consideramos os dados do IBEU Municipal para análise desta pesquisa.

Para a construção do Índice de Bem Estar Urbano - IBEU, tanto Global como Municipal, foram utilizadas os mesmos critérios e a mesma abordagem metodológica, ambos concebidos, originalmente, a partir da exploração dos dados do Censo demográfico, pesquisa realizada pelo IBGE.

O IBEU avalia os diferentes aspectos da qualidade e as cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais e habitacionais urbanas, atendimentos de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana, como mostra a figura 02.

**Figura 01** - Dimensões do Índice de Bem Estar Urbano – IBEU



Fonte: Ribeiro e Ribeiro, 2013,p.18.

Cada dimensão é constituída por um grupo de indicadores, construídos a partir da exploração de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). São elas:

**Mobilidade Urbana (D1):** Considerou os indicadores, deslocamento casa-trabalho. Procuramos saber qual o tempo que cada indivíduo gasta de sua casa ao seu trabalho (podendo ser um trabalho formal ou informal) ou o tempo que leva da sua casa a escola/ faculdade.

**Condições Ambientais Urbanas (D2):** é composta por três indicadores. Arborização em torno dos domicílios, esgoto ao céu aberto em torno dos domicílios e lixo acumulado em torno dos domicílios.

**Condições Habitacionais Urbanas (D3):** é composta por quatro indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro e material das paredes dos domicílios.

**Atendimento de serviços coletivos urbanos (D4):** concebida a partir de quatro indicadores: atendimento adequado de água, atendimento adequado de esgoto, atendimento adequado de energia e coleta adequada de lixo.

**A dimensão de infraestrutura urbana (D5):** formada por sete indicadores: Iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros.

Cada uma das dimensões contribui com o mesmo peso para a definição do IBEU, sendo que cada um dos indicadores que compõe cada uma delas,

também, seguia o mesmo procedimento, de modo que os indicadores participavam com pesos diferentes no cômputo final do índice.

Ao aplicarem o Índice de Bem Estar Urbano - IBEU, não trabalharam outras variáveis que possam contribuir com a qualidade de vida da população, devido estas variáveis não estarem disponíveis no censo demográfico, tornando difícil a sua mensuração.

### **4.3 Sobre a base de dados do IBEU**

Para coletar as informações dos domicílios e das pessoas que moram nas residências, durante a realização do censo demográfico, o IBGE utilizou dois questionários. Um dos questionários é considerado básico, que é aplicado em todos os domicílios, mas que apresenta quantidade menor de questões. O outro apresenta um número maior de questões, além de incorporar aquelas existentes no questionário básico.

Porém, o questionário mais amplo é aplicado por amostragem, a partir da amostra que é definida para cada município, conforme o tamanho do município, expresso em número de pessoas, de modo que há dados, os quais são existentes a partir do questionário amostral. Esses dados, decorrentes do questionário amostral, são disponibilizados em bases de dados diferentes dos dados decorrentes do básico. E não apenas a base de dados é diferente como o recorte territorial em que os dados são divulgados, também é distinto, como veremos a seguir.

Além dos dados decorrentes dos questionários básicos e amostrais, durante a realização do censo demográfico, acompanha a coleta de dados uma folha de informações que é preenchida pelo recenseador. Nessa folha de informações, o pesquisador que vai a campo, registra as características do seu entorno, sobretudo, no que se refere os aspectos de infraestrutura, em que os domicílios estão localizados. Esses dados decorrentes das características do entorno dos domicílios são disponibilizados em banco de dados específicos, em

nível de setor censitário, apresentando informações tanto para o número de domicílios nele localizados, quanto para o número de pessoas que moram nesses.

O IBEU foi construído a partir de dados obtidos tanto da base do universo - questionário básico e da base de micro dados - questionário amostral, quanto da base do entorno dos domicílios. Assim, o IBEU é construído a partir da seguinte fórmula:

$$IBEU = \frac{D1 + D2 + D3 + D4 + D5}{5}$$

Onde:

**IBEU:** Índice de Bem-Estar Urbano;

**D1:** Mobilidade Urbana;

**D2:** Condições Ambientais Urbanas;

**D3:** Condições Habitacionais Urbanas;

**D4:** Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos;

**D5:** Infraestrutura Urbana.

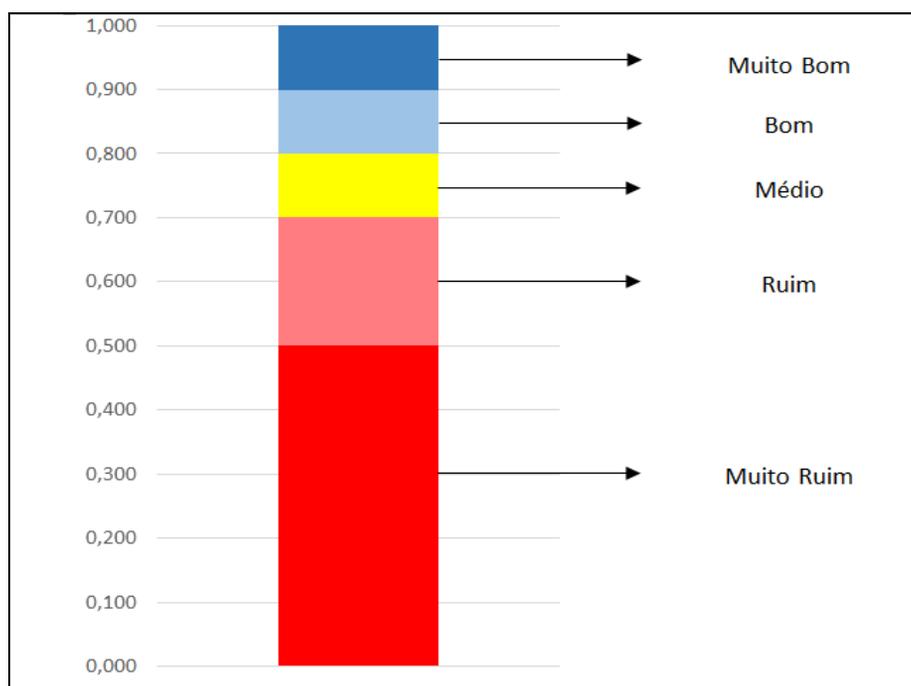
Os valores de cada um dos indicadores foram padronizados e definidos no intervalo entre zero e um. Para todos eles, quanto mais próximo de 1 (um) melhor é sua condição. Do mesmo modo, quanto mais próximo de 0 (zero) pior a sua condição. Para definir os indicadores no intervalo entre zero e um, foi utilizada a seguinte fórmula:

$$Ind = \frac{(\text{valor observado}) - (\text{pior valor})}{(\text{melhor valor}) - (\text{pior valor})}$$

O melhor valor foi definido como o valor máximo obtido a partir da frequência de cada um dos indicadores. O pior valor foi definido como sendo o valor mínimo da frequência que o indicador apresentou.

Os resultados para o IBEU Municipal foram definidos e interpretados da seguinte maneira: de zero a 0,500 correspondem às condições muito ruins; de 0,501 a 0,700 correspondem às condições ruins; de 0,701 a 0,800 correspondem às condições médias; de 0,801 a 0,900 correspondem às condições boas; de 0,901 a 1 correspondem às condições muito boas. Como podem ser vistos na figura a seguir:

**Figura 02** - Classificação dos valores em nível do IBEU - Municipal.



Fonte: Ribeiro e Ribeiro / 2016, p.09.

#### 4.4 Os indicadores das dimensões do IBEU

O IBEU é composto por cinco dimensões e cada uma dessas é composta por diferentes indicadores. A seguir, será apresentada, de maneira detalhada, a descrição dos indicadores de cada uma das dimensões do IBEU.

##### 4.4.1 Mobilidade urbana (D1)

A dimensão de mobilidade urbana compõe um indicador fundamental, sendo considerado de grande importância, pelo fato de possibilitar a população a obter diferentes acessos do município, além de ser um indicador interurbano que possibilita a população, acessar o trabalho e obter uma renda financeira.

Sabemos que o deslocamento é individual, porém, para que as pessoas consigam realizar esse deslocamento, torna-se necessário ter uma infraestrutura urbana, como forma de facilitar a mobilidade da população. A referência apenas a um único indicador, na composição dessa dimensão, origina-se da não existência de outras variáveis que pudessem determinar as condições de mobilidade urbana no censo demográfico.

Portanto, a dimensão mobilidade urbana é concebida a partir do indicador de deslocamento casa-trabalho.

O indicador de deslocamento casa-trabalho ou casa/escola ou casa/faculdade é construído a partir do tempo de deslocamento que as pessoas ocupadas, as quais trabalham fora do domicílio e retornam diariamente para casa; utilizam entre o domicílio de residência e o local de trabalho. É considerado como tempo de deslocamento adequado quando as pessoas gastam até 1 hora por dia nesse trajeto.

#### 4.4.2 Condições ambientais urbanas (D2)

A dimensão de condições ambientais urbanas foi concebida a partir de três indicadores: arborização do entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado no entorno dos domicílios. Mesmo que exista apenas a possibilidade de utilização de três indicadores das condições ambientais urbanas, consideramos que eles refletem, em grande medida, a dimensão ambiental referida à vida urbana.

A arborização está relacionada aos fatores relacionados à saúde da população, por meio do clima (aumento da pluviosidade, amenização da temperatura do ambiente, aumento do nível da evapotranspiração). O indicador de arborização, no entorno dos domicílios, é obtido a partir da proporção de

peças que moram nestes, cujo entorno possui arborização. Esta no entorno dos domicílios é considerada existente, em que os domicílios estão localizados, quanto na face confrontante ou no canteiro central do logradouro.

O indicador de esgoto a céu aberto, no entorno dos domicílios, é construído a partir da proporção de pessoas que moram nestes, cujo entorno não possui esgoto a céu aberto. Foi considerado esgoto a céu aberto tanto na face onde se localizam os domicílios, quanto na sua face confrontante.

O indicador de lixo acumulado, no entorno dos domicílios, é obtido a partir da proporção de pessoas que moram em domicílios, cujo entorno não possui lixo acumulado. Foi considerado lixo acumulado quando existente na face e confrontante em que se localizam os domicílios.

#### 4.4.3 Condições habitacionais urbanas (D3)

As condições habitacionais urbanas dos municípios brasileiros é uma gravidade bastante discutida no que se refere às discussões interurbanas, havendo, hoje, conseqüentemente, diferentes metodologias para analisar o déficit habitacional e a inadequação das moradias existentes. Dentre as diferentes instituições, a Fundação João Pinheiro (FJP) possui um trabalho muito conceituado no Brasil sobre as condições habitacionais, englobando o déficit e a inadequação habitacional dentro do conceito de “necessidades habitacionais”.

A Fundação João Pinheiro refere-se ao déficit habitacional, como as necessidades de construções de novas moradias e a inadequação habitacional, como a ineficiência e a carência das estruturas das moradias existentes. Para a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional é composto por domicílios improvisados, ou seja, aqueles que são habitados, mais que foram criados com outros propósitos; domicílios rústicos, que são aqueles que não foram estruturados com alvenaria; e coabitação familiar e ônus excessivo de aluguel, consideradas as famílias que ganham até três salários mínimos e que dispõem de até 30% de sua renda para pagar aluguel. A inadequação habitacional envolve aqueles municípios com ausência de infraestrutura, com concentração de moradores e aqueles com falta de unidade sanitária.

Para o Índice de Bem Estar Urbano, a dimensão de *condições habitacionais urbanas* foi composta por quatro indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro e material das paredes dos domicílios. Os indicadores dessa dimensão foram estabelecidos a partir da compreensão das condições dos domicílios, assim como de suas características, que podem influenciar direta ou indiretamente o bem-estar urbano.

O indicador aglomerado subnormal condiz à proporção de pessoas da área de ponderação que não moram em aglomerado subnormal. Esse indicador é obtido a partir da identificação dos setores censitários correspondentes aglomerado subnormal, a partir da base de setores censitários de aglomerado subnormal, divulgado pelo IBGE.

O indicador de densidade domiciliar é construído a partir da razão entre número de pessoas no domicílio e número de dormitório. Considerou-se como densidade domiciliar adequada quando havia até 02 pessoas por dormitório. No indicador de densidade domiciliar morador/banheiro, considerou-se como adequado o domicílio que possui até 04 pessoas por banheiro. Assim, o indicador de densidade morador/banheiro corresponde à proporção de pessoas que estão em domicílio de até 04 pessoas por banheiro.

No indicador de material das paredes dos domicílios, considerou-se como adequado o domicílio cujas paredes externas são do tipo de alvenaria com revestimento ou madeira apropriada para construção (aparelhada). Neste caso, o indicador de material das paredes dos domicílios corresponde à proporção de pessoas que estão em domicílios com material das paredes adequado.

#### 4.4.4 Atendimento de serviços coletivos urbanos (D4)

A dimensão de *atendimento de serviços coletivos urbanos* foi definida a partir de quatro indicadores: atendimentos adequados de água, de esgoto, de energia e coleta adequada de lixo. Esses indicadores compõem um conjunto de medidas que tem como objetivo preservar as condições do meio ambiente, com o

intuito de prevenir doenças e, com isso, propagar a qualidade de vida da população.

Os serviços coletivos como atendimento adequado de esgoto, recebimento de água tratada e coleta adequada de lixo estabelecem uma proteção à saúde dos indivíduos que os recebem, proporcionando uma redução nos riscos de doenças transmissíveis, além da redução da poluição do ambiente urbano.

Sabemos que esses indicadores revelam os serviços públicos essenciais, para garantia de bem estar urbano, independente de ser ofertado por empresas públicas ou por empresas privadas por meio de concessão pública.

#### *Atendimento de água*

O atendimento adequado é considerado quando é feito por rede geral de água. O indicador de atendimento de água corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio.

#### *Atendimento de esgoto*

O atendimento adequado é considerado quando é feito por rede geral de esgoto. O indicador de atendimento de esgoto corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio.

#### *Atendimento de energia*

O atendimento adequado é considerado quando há energia elétrica. O indicador de atendimento de energia corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio.

#### *Coleta de lixo*

A coleta adequada de lixo é considerada quando o lixo é coletado diretamente por serviço de limpeza ou quando colocado em caçamba em serviço de limpeza. O indicador de coleta corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio.

#### 4.4.5 Infraestrutura urbana (D5)

A dimensão de infraestrutura urbana foi concebida por sete indicadores: Iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo,

rampa para cadeirantes e logradouros. Esses indicadores expressam as condições de infraestrutura na cidade que podem possibilitar - quando da sua existência - melhor qualidade de vida para pessoas, estando relacionadas com a acessibilidade, saúde e outras dimensões do bem estar urbano.

O indicador de iluminação pública corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílios, cujo entorno possui iluminação pública. A identificação de iluminação pública no entorno dos domicílios corresponde à face ou a face confrontante em que se localizam os domicílios.

O indicador de pavimentação corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio, cujo logradouro possui pavimentação - asfalto, cimento, paralelepípedo etc. Tratando-se do indicador de calçada que corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio, cuja face do logradouro, onde se localiza o domicílio, possui calçada.

Quanto ao indicador de meio-fio/guia corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio, cuja face do logradouro, onde se localiza o domicílio, possui meio-fio/guia.

O indicador de bueiro ou boca de lobo corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílios, cujo entorno possui bueiro ou boca de lobo. A identificação de bueiro ou boca de lobo no entorno dos domicílios corresponde à face confrontante em que se localizam os domicílios.

O indicador de rampa para cadeirantes corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio, cuja face do logradouro, em que se localiza o domicílio, possui rampa para dar acesso às pessoas que utilizam cadeiras de rodas. Enquanto o indicador de logradouros corresponde à proporção de pessoas que moram em domicílio, em que o logradouro possui identificação.

#### **4.5 O que o IBEU revela sobre a qualidade de vida nas cidades brasileiras**

O índice de Bem Estar Urbano Municipal- IBEU foi desenvolvido com base no censo demográfico do ano de 2010. No ano de 2016, o IBEU foi calculado para

todos os municípios brasileiros, em sua totalidade de 5.565 municípios.

Para todos os municípios nos quais o IBEU foi aplicado constata-se que o principal problema urbano dos municípios brasileiros é de infraestrutura - pavimentação, calçamento, iluminação pública etc.-, acompanhada do atendimento de serviços coletivos como: esgoto, coleta de lixo, entre outros. Ao considerarmos os municípios pertencentes às regiões metropolitanas, percebemos que um dos principais problemas visíveis é a mobilidade urbana, problema esse que está ligado diretamente à qualidade de vida da população pertencente a essas regiões metropolitanas.

Realizando uma análise entre as regiões brasileiras, constata-se uma disparidade entre as regiões norte e nordeste, em que os valores do IBEU foram menores. Sendo assim, torna-se evidente a baixa qualidade dos serviços urbanos oferecidos quando comparados com a região Sul e Sudeste, no qual se obteve um melhor resultado para o índice de Bem estar urbano. Não abrangemos uma análise comparativa envolvendo a região centro-oeste, pois a própria é considerada uma área de transição em relação aos serviços urbanos oferecidos nas demais regiões nacionais brasileiras.

Dentre os 100 municípios com melhor desempenho de Bem Estar Urbano, 84 desses localizam-se no Estado de São Paulo. Temos como exemplo, os municípios de: Adamantina, Águas de Lindóia, Americana e Araçatuba. No Estado de Minas Gerais temos 11 municípios: Alfenas, Andradas, Araporã e Antônio Prado de Minas. Quatro (04) municípios pertencem ao Estado do Paraná, são eles: Cafelândia, Campo Mourão, Cianorte e Cornélio Procópio. Balneário de Camboriú é o único município pertencente ao Estado de Santa Catarina. Podemos perceber que todos os municípios com melhor desempenho em Bem Estar Urbano estão localizados nas regiões Sul e Sudeste. Entretanto, nenhum desses municípios está presente nas regiões metropolitanas do Brasil. Desses 100 municípios, 12 possuem número de habitantes entre 100 e 500 mil, 24 municípios possuem habitantes entre 20 e 100 mil, e 64 municípios possuem número de habitantes inferior a 20 mil. Podemos observar que as cidades médias ou cidades

consideradas pequenas oferecem melhores condições de qualidade de vida para seus moradores.

Ao considerar os 100 piores municípios em relação ao Bem Estar Urbano, para se viver, constatou-se que 41 desses municípios encontram-se no Estado do Pará, tendo como exemplo os municípios de: Marituba, Pacajá, Vitória do Xingu e Eldorado do Carajás. Os municípios Presidente Sarney, Bacuri, Central do Maranhão e Pedro do Rosário, fazem parte dos 32 que se encontram no Estado do Maranhão. Outros 10 municípios estão no Estado da Amazonas, são os exemplos de Amaturã, Jutaí, Santo Antônio do Iça, Lábria, entre outros. Quatro (04) municípios fazem parte do Estado do Amapá, são eles: Tartarugalzinho, Pedra Branca do Amapari, Calçoene e Laranjal do Jari. Três (03) municípios estão presentes no Estado do Acre, são os casos de Manoel Urbano, Porto Walter, Porto Acre. Curralinho e Miguel Alves são os dois (02) municípios que fazem parte do Estado do Piauí e há um (01) município presente em cada um dos Estados e municípios citados a seguir: Alagoas, Passo de Camaragibe; Goiás, Nova Roma; Mato Grosso do Sul, Juti; Paraná, Itaperuçu; Pernambuco, Araçoiaba; Rio de Janeiro, Japerí; Rondônia, Nova Mamoré; Roraima, Urimutã; e Tocantins com o município de Campos Lindos.

O município Campos Lindos é considerado o pior município para se viver do Estado do Tocantins, em relação às condições de Bem Estar Urbano. Este município faz parte da microrregião do Jalapão, com uma população estimada no censo de 2010 em 8.139 habitantes - IBGE/cidades - ocupando um ranking nacional do IBEU entre os municípios de nº 5.467, com o valor do índice de bem estar urbano de 0,579.

A maior concentração de municípios considerados com os piores resultados de Índice de Bem Estar Urbano localizam-se nas regiões Norte e Nordeste, apesar de encontrarmos municípios em menor proporção nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Dos 100 municípios considerados piores em Bem Estar Urbano apenas nove concentram-se em regiões metropolitanas. Desses apenas cinco possuem

mais que 100 mil habitantes, 48 municípios possuem entre 20 e 100 mil habitantes e 47 municípios possuem números menores que 20 mil. Com isso, podemos perceber que os municípios com piores condições urbanas para se viver também são aqueles considerados de pequeno e médio portes, isso não exclui as chances de encontrar esses municípios em regiões metropolitanas.

Ao se analisar na totalidade dos 5.565 municípios, seis apresentaram resultados muito ruins de bem estar urbano, entre zero e 0,500; 1.068 municípios apresentaram resultados ruins de bem estar urbano, entre 0,501 e 0,700; 2.298 municípios apresentam condições médias de bem estar urbano - 0,701 a 0,800 -, 1.920 municípios apresentaram condições boas de bem estar urbano com o IBEU variando entre 0,801 a 0,900; e no total, 273 municípios apresentaram resultados muito bons de bem estar urbano com valores de 0,901 a 1,00; sendo que todos os 273 municípios estão localizados na região sudeste do Brasil.

Dos seis municípios, com resultados muito ruins de bem estar urbano, cinco pertencem à região norte e um município à região nordeste.

Quando nos referimos as 27 capitais Brasileiras, incluindo o Distrito Federal - Brasília, percebemos mais uma vez a grande disparidade entre os municípios em relação ao Índice de Bem Estar Urbano. Das 27 capitais apenas doze apresentam condições consideradas boas de bem estar urbano. São elas: 1ª Vitória, 2ª Goiânia, 3ª Curitiba, 4ª Belo Horizonte, 5ª Porto Alegre, 6ª Campo Grande, 7ª Aracaju, 8ª Rio de Janeiro, 9ª Florianópolis, 10ª Brasília, 11ª Palmas e 12ª São Paulo.

Com condições médias de bem estar urbano, constatamos 09 capitais de unidade da federação. São elas: 13ª João Pessoa, 14ª Fortaleza, 15ª Recife, 16ª Salvador, 17ª Cuiabá, 18ª Natal, 19ª Boa Vista, 20ª Teresina, 21ª Maceió e 22ª São Luís.

As capitais de unidade da federação que apresentam condições ruins de bem estar urbano são um total de seis, todas elas se localizam na região Norte do País. São elas: 23ª Rio Branco, 24ª Manaus, 25ª Belém, 26ª Porto Velho e 27ª Macapá.

Quando discorremos sobre a dimensão Mobilidade Urbana (D1), percebemos que 12,1 % dos municípios apresentam resultados bons, do índice de Bem Estar Urbano e 84,7% apresentam resultados muito bons. São eles: Maringá-PR, Florianópolis-SC e Natal-RN. Os municípios com resultados médios, ruins e muito ruins de bem estar Urbano são aqueles concentrados nas grandes regiões metropolitanas, totalizando junto um índice de 3,20%.

São Paulo e Rio de Janeiro são cidades que possuem um índice ruim, ambas as capitais são consideradas as mais populares do Brasil. Portanto, essa dimensão é um problema mais voltado para as principais regiões metropolitanas brasileiras, considerando que os municípios que não estão presentes nas regiões metropolitanas são aqueles que apresentam melhores resultados de mobilidade Urbana.

As condições ambientais urbanas (D2), em geral, são consideradas positivas na maioria dos municípios brasileiros. Em uma totalidade de 5.565 municípios, encontramos 2.182, com Índice de Bem Estar Urbano considerado muito bom, 1.443 municípios com índice considerado bom, 1.055 municípios que apresentam índices de condições ambientais considerados médios. Em condições ruins, temos 788 municípios e em condições muito ruins são apenas 97 municípios.

As condições ambientais não são consideradas um problema para a maioria dos municípios, mesmo se fazendo presentes nos municípios de diferentes regiões brasileiras. Sendo que 65,1% dos municípios possuem o índice de condições ambientais urbanas, consideradas muito bom e bom. O que se observa também, é que esses problemas não se restringem a apenas municípios metropolitanos, mas também estão presentes em municípios considerados médios e pequenos.

As condições habitacionais urbanas (D3) são essenciais para que a população tenha uma boa qualidade de vida. No Brasil, cerca de 30,5%, ou seja, 1.701 municípios possuem um índice habitacional muito bom, 2.926 municípios com o IBEU habitacional classificado bom, correspondendo esses a 52,5% dos

municípios. Sendo assim, possuímos 83% dos municípios, na totalidade de 5.565 com um índice habitacional urbano muito bom e bom. Em condições médias foram encontrados 679 municípios; em condições ruins temos 257 municípios, e 02 municípios em condições muito ruins.

Ao analisar os Serviços Coletivos Urbanos, classificados como a quarta dimensão do IBEU (D4), observamos que mais de 50% dos municípios brasileiros apresentam resultados ruins e muito ruins, aglomerando na totalidade 3.007 dos municípios brasileiros.

Com valores considerados muito bons, há 1.307 municípios. Municípios considerados bons somam 681, e 570 municípios com níveis de bem estar urbano médio.

Ao relacionar o tratamento de água como um serviço coletivo analisado dentro dessa dimensão, cerca de 90% a 95% dos municípios brasileiros possuem esse atendimento. Sobre o atendimento a rede de esgoto, os dados variam entre as regiões. No município de Belém temos, em média, 15% de atendimento aos municípios, já no estado de São Paulo esse valor salta para 92%.

Os números para a coleta de lixo possuem uma discrepância menor, pois Curitiba e Belo Horizonte, pertencentes à região Sul e Sudeste, apresentam em média 95% dos municípios possuindo esse atendimento, comparada a Salvador que apresentou aproximadamente 56% desses serviços em sua região.

Em termos de Infraestrutura urbana (D5), essa é a dimensão com pior resultado no Brasil, retratando que 91,5% dos municípios possuem grande déficit, possuindo um índice ruim e muito ruim de bem estar urbano. Retratando assim a realidade de 5.095 municípios que estão distribuídos em todas as regiões brasileiras. Sendo mais forte esta realidade, na região norte e nordeste. Há 441 municípios com condições médias de bem estar urbano, 28 municípios apresentam condições boas e apenas 01 apresenta condição muito boa, é o caso de Balneário Camboriú, localizado no estado de Santa Catarina.

A infraestrutura apresenta um problema nacional que afeta as demais áreas oferecidas pelo poder público e que precisa ser revista e reestruturada em

caráter de urgência em todo o território nacional.

## **5 O QUE O IBEU NÃO REVELA SOBRE A QUALIDADE DE VIDA**

### **5.1 Limitações do IBEU com Relação ao Conjunto dos Indicadores de Qualidade de Vida**

O Índice de Bem Estar Urbano analisa o bem estar de vida da população no que se refere aos serviços sociais oferecidos pelo mercado, e também, aqueles disponibilizados pelo Estado. Esses serviços estão dispostos de maneira coletiva e são encontrados diretamente nas cidades, mais especificamente nos espaços urbanos.

Como já mencionado no capítulo quatro, o IBEU avalia dados relacionados aos serviços públicos urbanos que são oferecidos à população de maneira coletiva. Serviços relacionados à mobilidade, fatores ambientais - arborização, presença de esgoto, lixo próximo ao domicílio -, condições habitacionais - aglomerado subnormal, densidade domiciliar, material da parede do domicílio -; atendimento de alguns serviços coletivos urbanos - atendimento de água, esgoto, energia elétrica e coleta de lixo -; infraestrutura - iluminação pública, pavimentação, calçada, presença de meio fio, bueiro, rampa para cadeirante e identificação do logradouro.

Porém, Nahas (2005), aponta outros índices ligados à qualidade de vida do indivíduo que não se encontram presentes no IBEU. São áreas relacionadas à Assistência Social; Lazer; Educação; Saúde; Segurança e Esporte. Essas são áreas apontadas pelo Ministério das Cidades em 2005, como sendo essenciais para mensurar qualidade de vida urbana.

Ao referimos à assistência social, a Constituição Federal de 1988 define o novo perfil histórico da assistência social no País, que a qualifica como política de Seguridade Social: De acordo o artigo 194, que diz que:

À seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Muitas vezes, quando nos referimos à assistência social, associamos esses serviços à classe social mais baixa, vinculadas à pobreza. Tendo como objetivo oferecer à população a garantia de uma vida mais digna e mais assistida pelo poder público.

Direcionando para a área do esporte, mais precisamente ao esporte de participação, que consideramos nesta pesquisa, percebemos como este é um grande influenciador na qualidade de vida do ser humano. Sendo considerado por muitos, uma atividade que ocasiona a satisfação física e emocional do indivíduo, seguido do fortalecimento de valores éticos e morais, fatores necessários para uma boa formação psíquica.

Não levamos em conta nesta pesquisa o esporte de alto rendimento utilizado por atletas profissionais.

O Lazer está ligado diretamente à qualidade de vida do indivíduo, sendo visto como momentos de descanso, de distração, ou/e momentos agradáveis. A existência de praças, parques e espaços voltados ao lazer, são informações essenciais para a socialização e bem estar da população, originando uma inserção social dos indivíduos que ali frequentam. Na maioria das vezes está associado ao trabalho, pois é por meio do trabalho que muitas vezes temos o privilégio de gozar as férias e vivenciar momentos de prazer durante o lazer. Sabemos que, para saborear momentos assim, é necessário sempre dispor de fatores financeiros, e tempo, para tal finalidade.

O Ensino da Educação formal é de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida da população. Em geral, a educação deve nos ser oferecida com qualidade, pois é com base nos diferentes conhecimentos que recebemos por meio da educação que adquirimos a conquista da cidadania, tornando-nos conhecedores dos nossos direitos e deveres como cidadãos.

Ao adquirirmos o direito à educação, temos a oportunidade de receber durante nossa vida, cursos profissionalizantes e /ou universitários. Pois é por meio da educação que obtemos diferentes níveis de escolaridade e podemos almejar

uma formação profissional, melhorando as condições de nossas vidas, não só a de maneira individual, mas também para todos que estão diretamente ligados ao nosso convívio.

A saúde é mais uma área de grande importância e que está vinculada a qualidade de vida do indivíduo. Em uma sociedade desigual é grande a diferença de atendimento à saúde. Podemos constatar grandes problemas presentes tanto no subdesenvolvimento quanto no avanço do desenvolvimento urbano. Na primeira situação, podemos constatar a ausência de controle sanitário, seguido de uma enorme proliferação de doenças contagiosas e infecciosas, ligadas à falta de higiene e saneamento básico. Na segunda situação, observados os crescentes índices de pessoas com doenças respiratórias e cancerígenas, devido à poluição do ar, além das exposições que muitos se fazem na presença de agentes químicos. Sem esquecer-se de falar das pessoas com transtornos psicológicos ocasionados pelo desequilíbrio de inúmeros comportamentos sociais atuais.

Em atenção a segurança pública, é dever do Estado, segundo a Constituição Federal de 1988, que nos oferece diferentes serviços voltados a nossa integridade física. A segurança está relacionada à conservação e preservação das pessoas, da ordem e do patrimônio público, regidos pela responsabilidade da Polícia Federal, civil, militar e corpo de bombeiros.

Vivemos em nossa atualidade no século XXI, problemas urbanos vinculados à elevada desigualdade social, a ausência de bens e serviços para a população, a ocupação ilegal do solo urbano, o desemprego, a distribuição irregular da renda, entre outros fatores que geram um aumento da violência e a deterioração da vida humana ocasionando altos índices de insegurança para a população atual.

A atual pesquisa “O Espaço urbano e a qualidade de vida: A cidade de Porto Nacional - Tocantins” contempla todos os índices contidos no IBEU e as demais áreas que não estão contidas no IBEU, mas que são enfatizadas acima, devido a suas relevâncias.

## 5.2 Os valores do IBEU para o Município de Porto Nacional

O Índice de Bem Estar Urbano foi aplicado ao município de Porto Nacional pelo Observatório de Metrôpoles da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2010. Para isso, foram utilizados os dados do censo demográfico do IBGE/2010, por intermédio da pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNUD, aplicada para 42.070 moradores de Porto Nacional.

O Índice de Bem Estar Urbano do município de Porto Nacional apresenta valores acima da média, exibindo um índice de 0,794, sendo considerado um nível intermediário no IBEU. Comparando os valores do IBEU, com os demais municípios tocantinenses, Porto Nacional é considerado o segundo melhor município para se viver no Estado do Tocantins. Ficando atrás apenas da capital Palmas, considerada como a cidade com melhor qualidade de vida do estado do Tocantins, em relação ao índice de Bem Estar Urbano, apresentando o valor do IBEU de 0,813.

Lembrando que este índice varia entre zero e um. Quanto mais próximo de um, melhor é o Bem estar urbano e quanto mais próximo de zero pior é o bem estar urbano municipal.

Das cinco dimensões trabalhadas no IBEU diagnosticamos a dimensão **Mobilidade Urbana** a que apresenta maior índice dentre as dimensões citadas à cima. Com valor do índice de 0,963, a mobilidade urbana de Porto Nacional é considerada excelente.

Ressaltamos que esta dimensão está relacionada ao tempo de até uma hora por dia, que o morador gasta no deslocamento do trajeto de sua casa ao trabalho.

A segunda dimensão trabalhada pelo IBEU é **Condições Ambientais Urbanas**, expondo um índice para Porto Nacional de 0,949, sendo um valor considerado ótimo. As Condições Ambientais Urbanas analisam informações como: esgoto, arborização e lixo, contidos em torno dos domicílios. Todos esses dados são considerados relevantes, para diagnosticar as condições ambientais

urbanas.

A terceira dimensão é **Condições Habitacionais Urbanas**, expondo um valor de índice de 0,832, classificado como bom em nível do IBEU Municipal. Essa dimensão analisa dados relacionados aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro e material das paredes dos domicílios. Essas informações refletem a estruturação urbana, bem como as condições e formas de acesso às moradias.

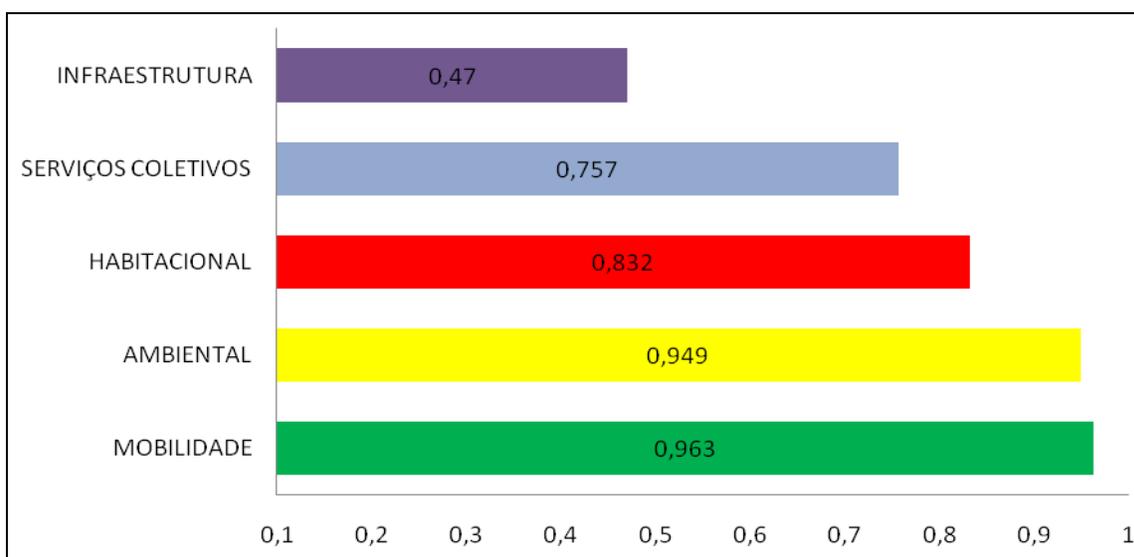
**Atendimentos de Serviços Coletivos Urbanos** compõem a quarta dimensão. Sendo composto pelos indicadores de atendimento adequados de água, atendimento adequado de esgoto, atendimento adequado de energia e coleta adequada de lixo. Portanto, esses serviços coletivos citados acima, são considerados essenciais para se obter uma qualidade de vida urbana. Retratando-nos um índice de 0,757, alcançando um nível mediano para o IBEU Municipal.

A quinta e última dimensão é **Infraestrutura Urbana**, revela-nos um índice municipal de 0,470, sendo considerados ruins os serviços relacionados, tais como: iluminação pública; pavimentação; calçada; meio fio/guia; bueiro ou boca de lobo; rampa para cadeirantes e logradouros.

Os dados do IBEU municipal de Porto Nacional, acima citado nos afirmam que a qualidade de vida se materializa de forma bastante divergente e conflitante no espaço urbano. São áreas de serviços públicos oferecidos e uma grande parcela da população as considera necessárias para manter-se uma vida digna. Mas, que infelizmente o acesso torna-se limitado e muitas vezes excludente, devido à burocracia de acesso ou em muitas vezes por ausência de oferta a essa população.

O gráfico, a seguir, nos revela os valores das cinco dimensões do IBEU de Porto Nacional- Tocantins no ano de 2010.

**Gráfico 03** - Índice de Bem-Estar Urbano de Porto Nacional - TO, segundo suas dimensões.



Fonte: IBEU 2016, organizado pela autora 2019.

### 5.3 Efetividades das Políticas de Qualidade de Vida em Porto Nacional: O que Pensam seus Habitantes?

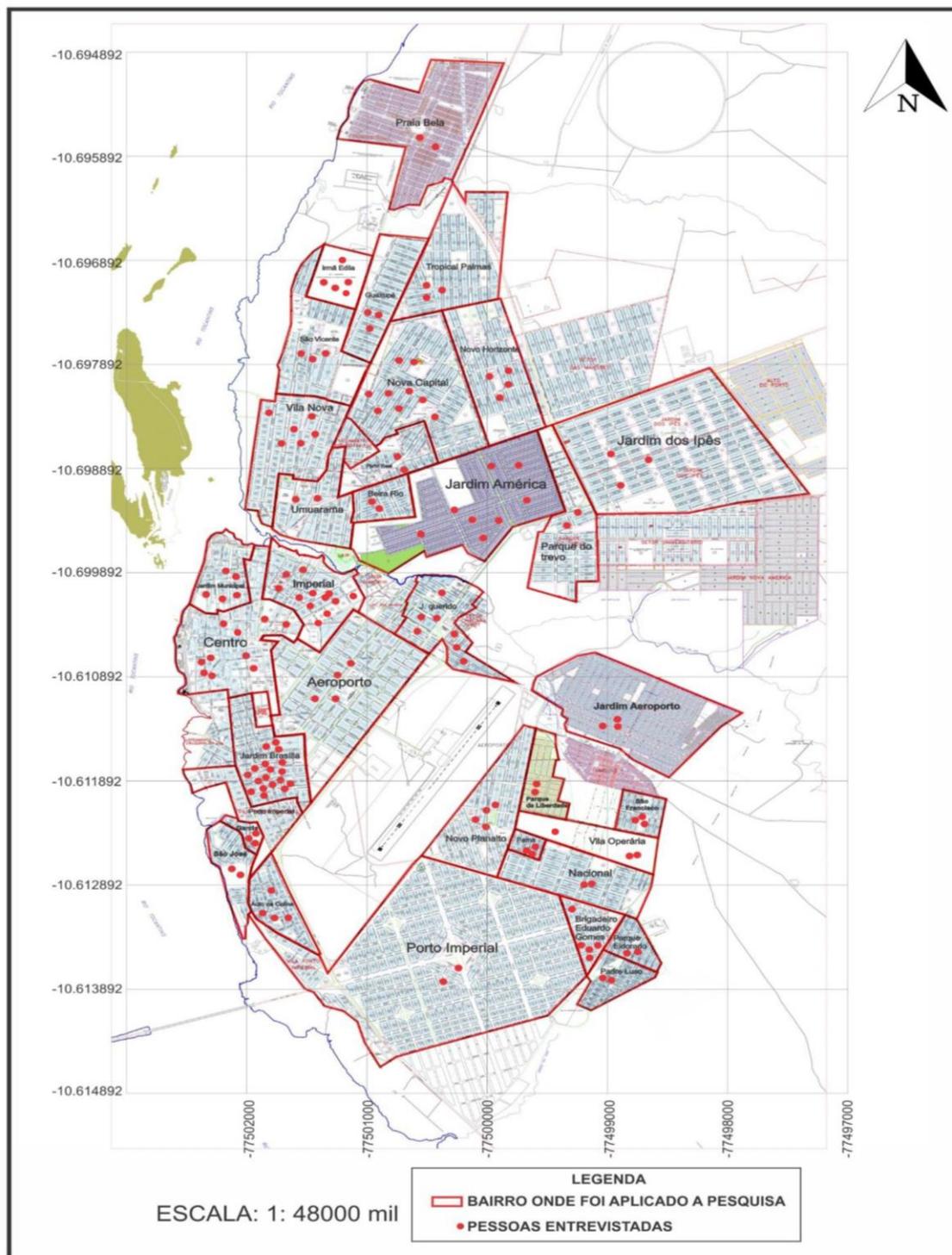
Dos meses de junho a setembro 2018, visitamos 34 bairros dos 45 existentes no município, além do distrito de Luzimangues e Pinheirópolis todos pertencentes à área urbana de Porto Nacional. Entrevistamos no município de Porto Nacional um total de 165 moradores, buscando a opinião da população com a finalidade de conhecer melhor as necessidades básicas ligadas à qualidade de vida dos moradores. Os entrevistados pertenciam a diferentes idades. Oscilando uma faixa etária entre 20 a 68 anos.

Ressaltamos mais uma vez que não temos como objetivo nesta pesquisa coletar informações amostrais, mas sim, buscar a percepção dos moradores de Porto Nacional, agregando maiores informações nas áreas ligadas à qualidade de vida de um indivíduo - Áreas como mobilidade Urbana; Condições ambientais urbanas; Condições Habitacionais Urbanas; Assistência Social;

Saneamento Básico; Infraestrutura Urbana; Educação; Saúde; Esporte; Segurança e Lazer - oferecidas pelo Poder Público Municipal aos moradores locais.

O mapa a seguir, nos apresenta a localização e o nome dos bairros pertencentes à Sede Municipal de Porto Nacional. Local onde a pesquisa foi desenvolvida, assim como a quantidade de moradores entrevistados por bairro. Os pontos vermelhos foram acrescentados ao mapa de maneira aleatória, representando a quantidade de pessoas entrevistadas em cada bairro. (Mapa 02).

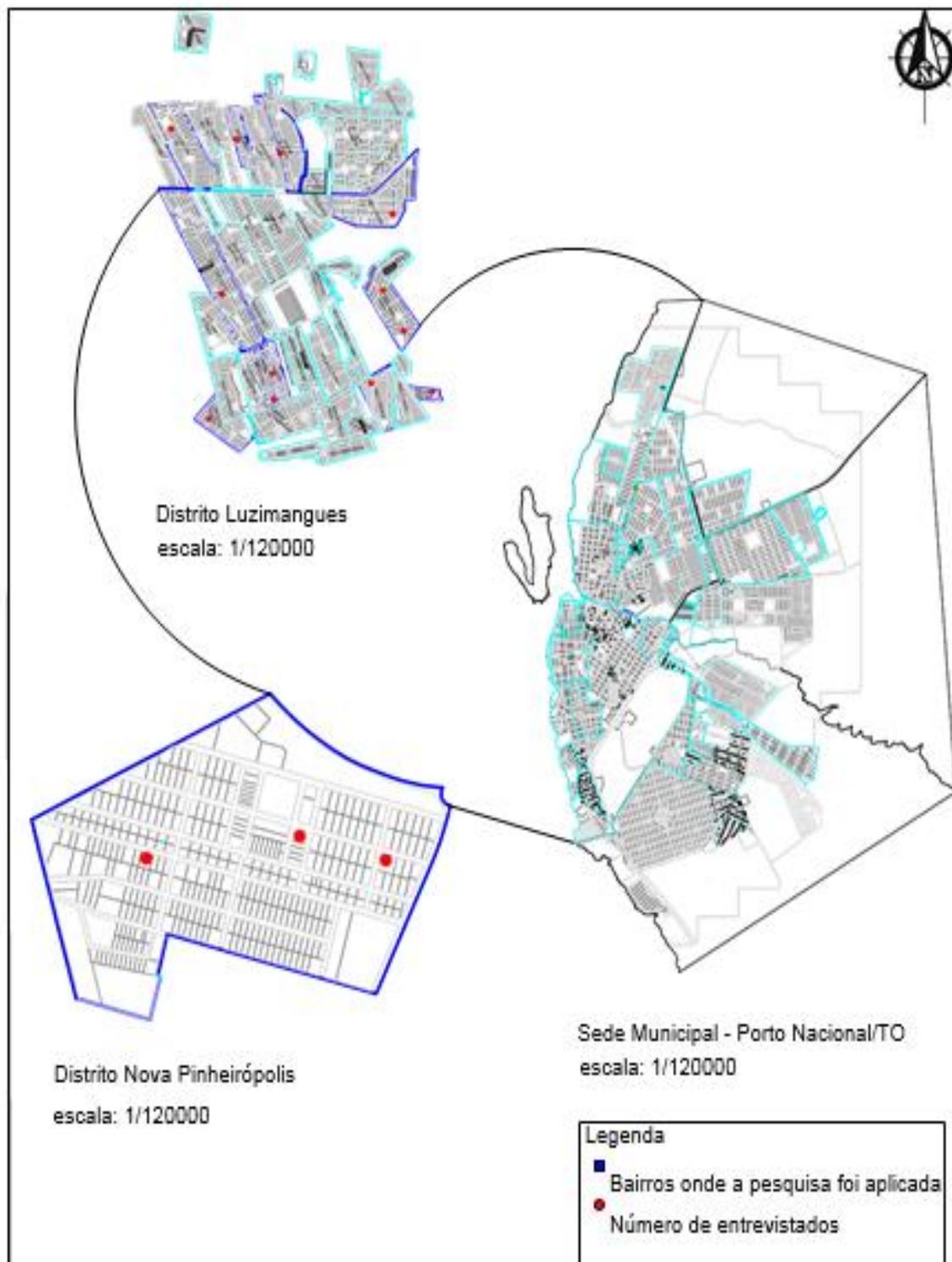
**Mapa 02:** Sede Municipal de Porto Nacional – TO



Fonte: Geomais.com.br, adaptado pela autora 2019.

Pertencente à área urbana de Porto Nacional, temos o distrito de Luzimangues situado a 81 km da Sede Municipal de Porto Nacional e o Distrito de Pinheirópolis, distante 15 km da sede. O mapa a seguir, nos mostra a localização de ambos os distritos, assim como o número de entrevistados nesses distritos. Mais uma vez, os pontos vermelhos foram acrescentados ao mapa de maneira aleatória, representando a quantidade de pessoas entrevistadas em cada bairro (Mapa 03).

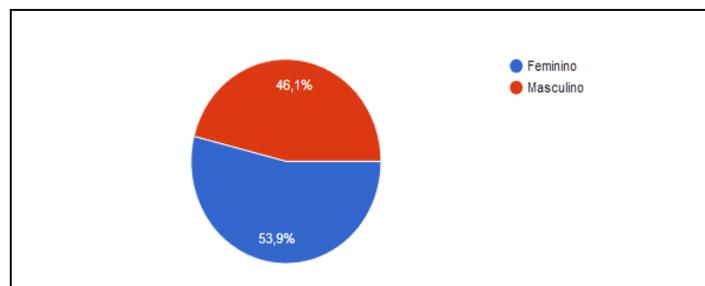
**Mapa 03** - Área urbana de Porto Nacional – TO



Fonte: Geomais.com, adaptado pela autora 2019.

Dos 165 moradores entrevistados, 46,1% foram do sexo masculino correspondendo a 76 homens e 53,9% foram do sexo feminino, equivalente a 89 mulheres (Gráfico 04).

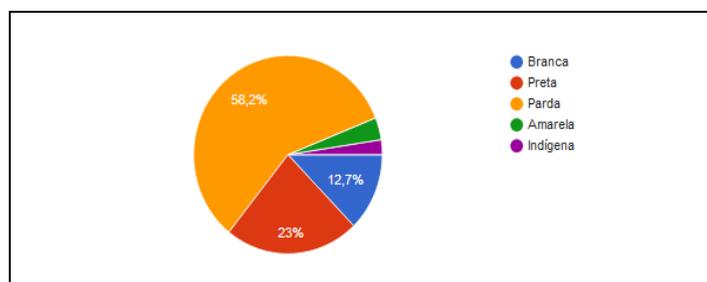
**Gráfico 04** - Sexo dos entrevistados



Fonte: Autora (2019).

Questionados de qual a etnia que se consideravam, 58% consideraram-se pardos, 23% disseram ser pretos, 13% brancos e apenas 4% amarelos, além de 2% indígenas (Gráfico 05).

**Gráfico 05** - Etnia ou raça

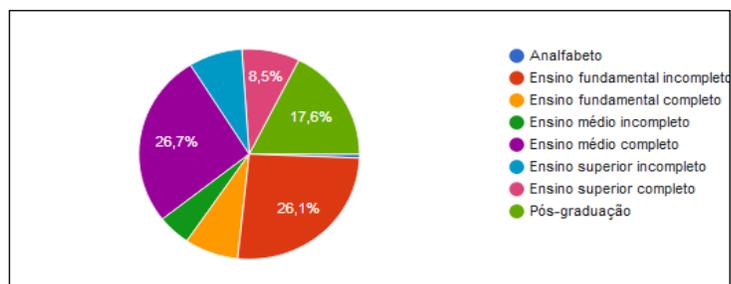


Fonte: Autora (2019).

Considerando o nível de escolaridade a maioria dos participantes da pesquisa possui nível médio completo, equivalente a 44 moradores, ou seja, 26,7% dos entrevistados, seguidos de 43 pessoas com nível fundamental incompleto, correspondendo 26,1%; 29 pessoas com pós-graduação *Lato sensu*,

correspondendo a 17,6%; 14 pessoas 8,5% possuíam curso superior completo; 13 pessoas 7,9% com nível superior incompleto; 13 pessoas 7,9% com ensino fundamental completo; 08 pessoas com nível médio incompleto 4,7%; e apenas uma senhora era analfabeta, correspondendo a 0,6% dos entrevistados (Gráfico 06).

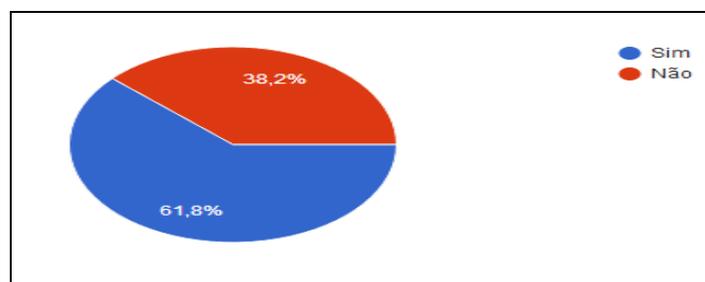
**Gráfico 06** - Nível de escolaridade



Fonte: Autora (2019).

Numa totalidade, 62% dos entrevistados estavam empregados ou consideravam-se autônomos com renda fixa; 38% encontravam-se desempregados e sobrevivem de alguma atividade não estável que realizavam chamadas por eles de bico ou dependiam financeiramente da renda de outras pessoas, conforme (Gráfico 07).

**Gráfico 07** - Situação do emprego

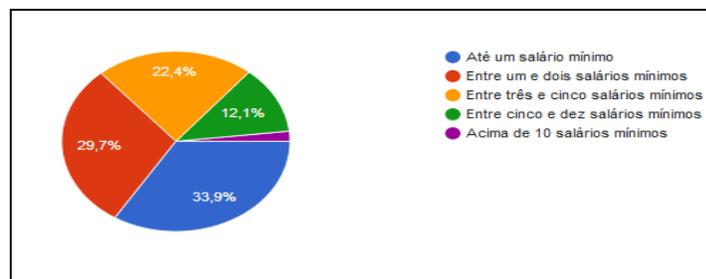


Fonte: Autora (2019).

Em relação à renda familiar, a maior parte dos entrevistados, ou seja,

33,9% recebem até um salário mínimo; 29,7% recebem entre um e dois salários; 22,4% recebem entre três e cinco salários; 12,1% ganham entre cinco e dez salários e 1,8 % ganham acima de dez salários mínimos (Gráfico 08).

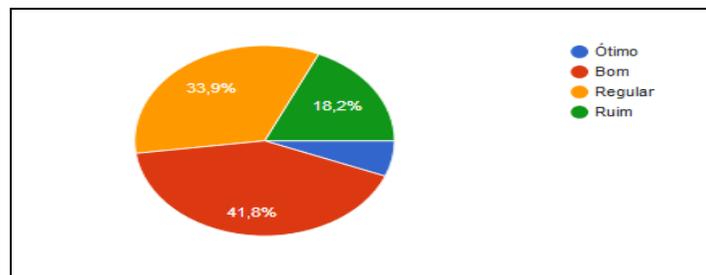
**Gráfico 08** - Nível de renda mensal



Fonte: Autora (2019).

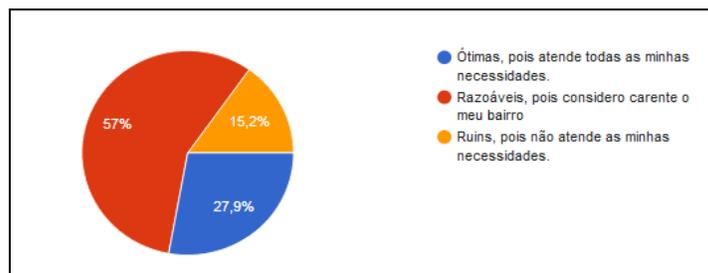
Questionamos cada morador como eles avaliam as condições urbanas do seu bairro; 41,8% consideram seu bairro bom; 33,9% o consideram razoável; 18,2% considera ruim e apenas 6,1 % classificam seu bairro como ótimo. Em relação ao bem estar do bairro, onde habitam 57% da população entrevistada considera seu bairro razoável, sendo um local carente para se viver (Gráfico 09 e 10).

**Gráfico 09** - Avaliação das condições urbanas do bairro



Fonte: Autora (2019).

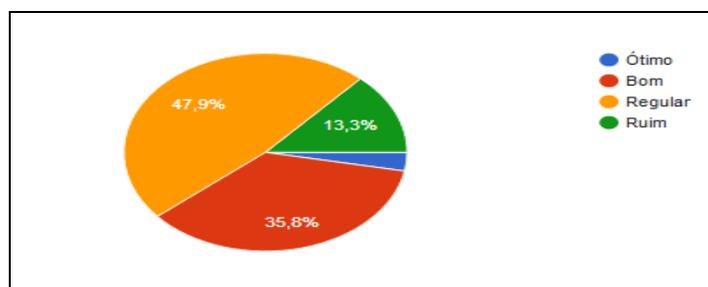
**Gráfico 10** - Análise das condições urbanas do bairro em relação ao bem estar dos moradores



Fonte: Autora (2019).

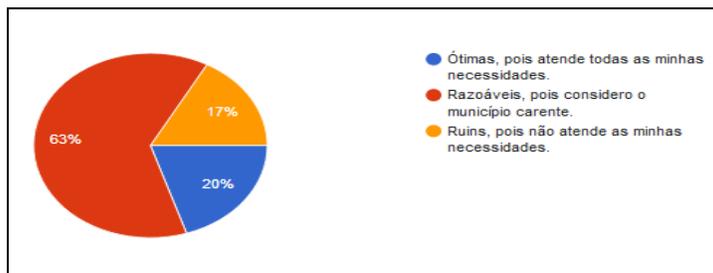
Analisando as condições urbanas de Porto Nacional de maneira geral, 47,9% consideram ser um município regular; sendo que 63% garantem que as condições as quais o município oferece têm influenciado de maneira razoável no bem estar de suas vidas, considerando ser um município carente e 3% o classifica como ótimo, atendendo todas as suas necessidades (Gráfico 11 e 12).

**Gráfico 11** - Avaliação das condições urbanas do município



Fonte: Autora (2019).

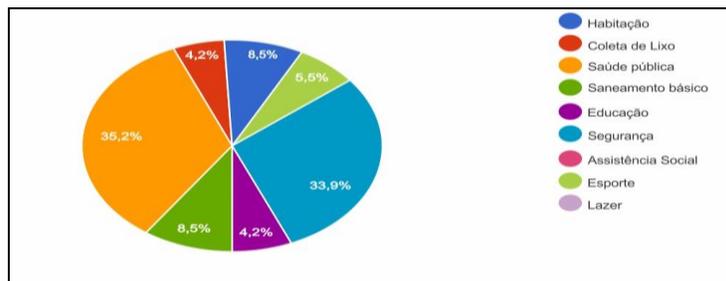
**Gráfico 12** - Análise das condições urbanas do município em relação ao bem estar dos moradores



Fonte: Autora (2019).

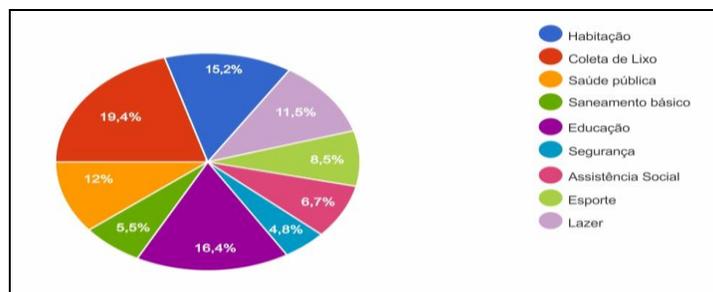
O maior problema urbano existente no município foi à área da saúde apontada por 35,2% dos entrevistados, seguida da área da segurança com 33,9%, habitação e saneamento básico computaram 8,5%. A área de lazer apresentou 5,5%, a coleta do lixo e educação foram áreas citadas por 4,2% dos entrevistados. (Gráfico 13).

**Gráfico 13** - Principal problema urbano de Porto Nacional



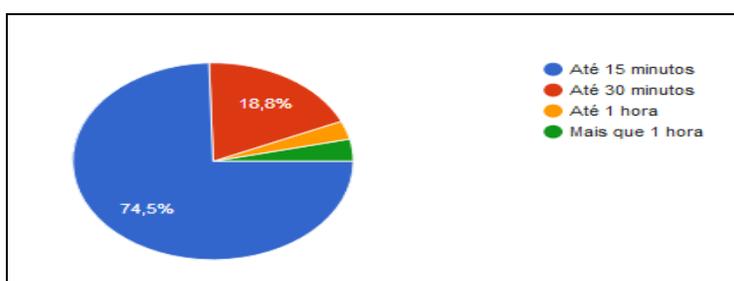
Fonte: Autora (2019).

Ao questionar qual área do município apresenta melhor atuação, 19,4% disseram que a coleta de lixo é o que tem de melhor no município, seguida da educação com 16,4% e habitação com 15,2% (Gráfico 14).

**Gráfico 14** - Melhor atributo urbano existente em Porto Nacional

Fonte: Autora (2019).

Ressaltamos no capítulo anterior que mobilidade urbana é uma área de melhor Índice de Bem Estar Urbano. Constatamos assim, que 74,5% dos entrevistados, disseram que gastam até 15 minutos da sua casa ao trabalho, ou a escola/universidade (Gráfico 15).

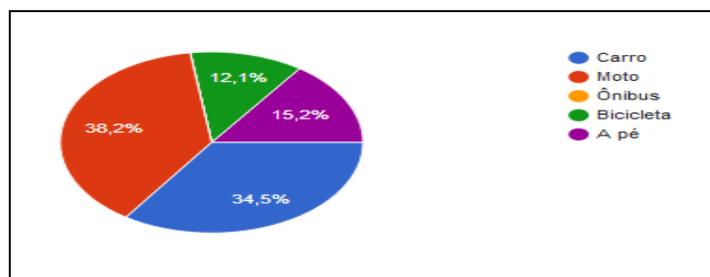
**Gráfico 15** - Mobilidade Urbana

Fonte: Autora (2019).

Na sua grande maioria o automóvel é o meio de transporte mais utilizado, apresentando 34,5%, seguidos de motos com 38,2%, bem como 15,2% dos moradores realizam esse trajeto a pé seguidos de 12,1% que tem a bicicleta como único meio de transporte. Ônibus não foram citados pelos entrevistados como meio de transporte utilizado, visto que o município não oferece este serviço.

(Gráfico 16).

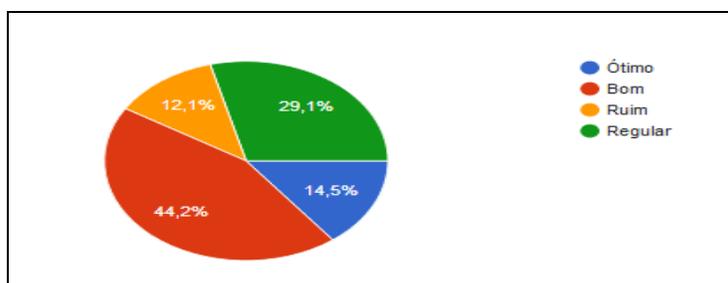
**Gráfico 16** - Meios de locomoção utilizados



Fonte: Autora (2019).

Perguntamos como consideram as condições urbanas desse trajeto que realizam diariamente, 44,2% considera um trajeto bom, 29,1% consideram regular, 14,5 o consideram de ótima qualidade e somente 12,1% disseram considerar o trajeto ruim, composto de uma má pavimentação (Gráfico 17).

**Gráfico 17** - Condições Urbanas do trajeto de deslocamento realizado



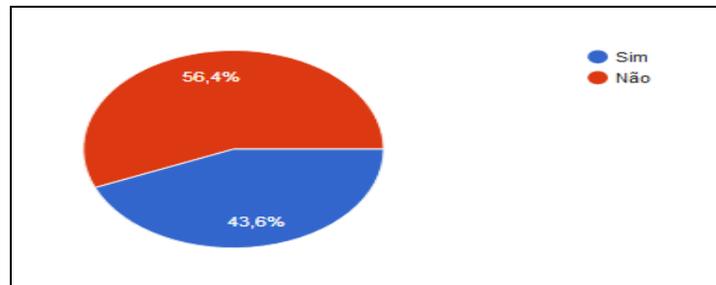
Fonte: Autora (2019).

Os entrevistados enfatizaram que o município não oferece serviço de transporte público coletivo e não possui ciclovias, visto que andar de bicicleta é uma atividade que tem encontrado cada vez mais adeptos no município

Em relação às condições ambientais, demandamos se havia arborização na rua das residências dos entrevistados; 56,4% responderam que não e que as

poucas árvores existentes na rua, de maneira bastante aleatória, não eram capazes de propiciar um clima mais agradável no local no qual estão inseridas (Gráfico 18).

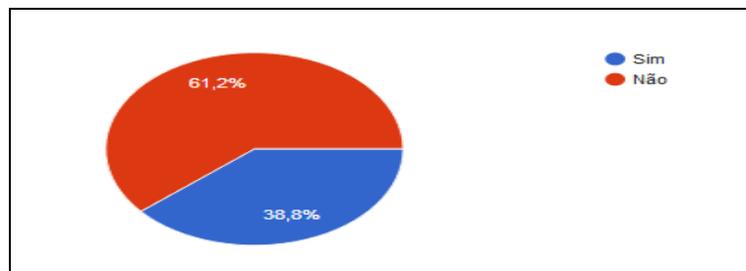
**Gráfico 18** - Arborização das ruas e avenidas



Fonte: Autora (2019).

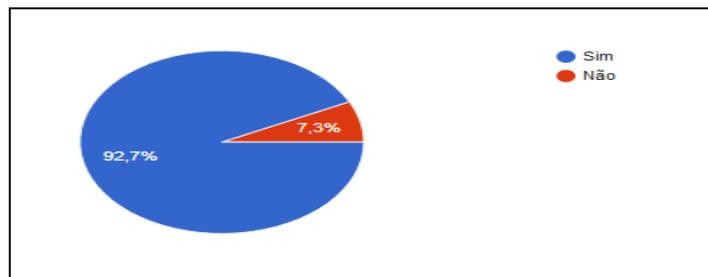
Em relação à existência de praças, jardins ou áreas verdes presentes nos bairros 61,2% desconhecem suas existências. Porém, 92,7% frisaram que de maneira geral há praças, jardins ou áreas verdes no município (Gráficos 19 e 20).

**Gráfico 19** - Presenças de praças, jardins ou áreas verdes nos bairros



Fonte: Autora (2019).

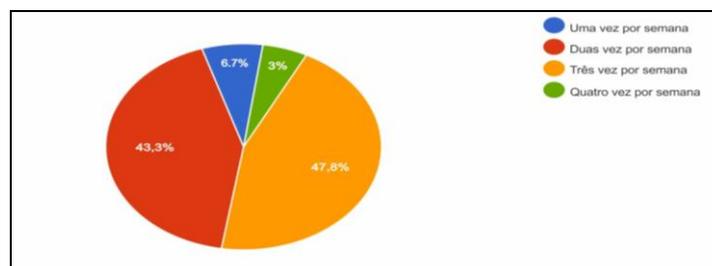
**Gráfico 20** - Presenças de praças, jardins ou áreas verdes no município



Fonte: Autora (2019).

Direcionando para os serviços de varrição ou roçagem na rua dos moradores, 60,6% afirmaram receber esse serviço, assim como 96,4% dos entrevistados recebem o serviço de coleta de lixo, o qual é recolhido de duas a três vezes por semana (Gráficos 21).

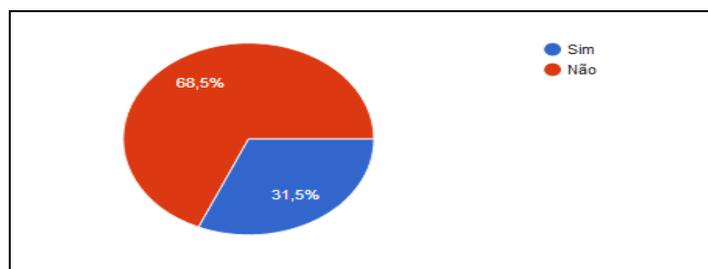
**Gráfico 21** - Frequência do serviço de coleta do lixo nas rua e avenidas



Fonte: Autora (2019).

Visitamos bairros nos quais os moradores asseguram que o lixo é coletado todos os dias, como é o caso do Centro da cidade. Entretanto, os moradores do bairro Irmã Edila alegam não receber esse serviço de coleta de lixo com frequência em seu bairro, tendo que muitas vezes de maneira individual direcionar o lixo doméstico de suas residências para ser coletado nos bairros mais próximos.

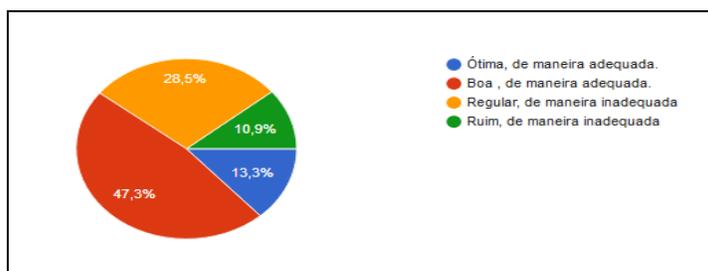
Dos entrevistados que recebem o serviço de coleta de lixo; 68,5% expressaram não ser comum o lixo ficar acumulado nas ruas em que moram (Gráfico 22).

**Gráfico 22** - Presença de lixo acumulado nas ruas e avenidas

Fonte: Autora (2019).

Desses, 47,3% consideram que a coleta de lixo é realizada de maneira adequada; 28,5% consideram regular essa coleta de lixo; 13,3% a classificam como ótima; e 10,9% dos moradores alegam que o lixo é recolhido de maneira inadequada. (Gráfico 23).

Os moradores justificam que os responsáveis pela coleta do lixo permitem que parte deste se espalhe pela rua, sendo derramado em seu próprio local de armazenamento, devido ao rompimento da embalagem ou muitas vezes por serem coletados de maneira brusca.

**Gráfico 23** - Avaliação da coleta do lixo no município

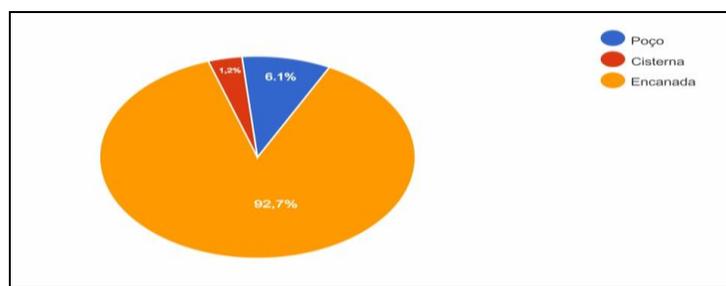
Fonte: Autora (2019).

Analisando a área de saneamento básico constatamos que 92,7% recebem água encanada em casa e apenas 6,1% relatam que a água que os abastecem provém de poços e 1,2% utilizam água de cisternas construídas de maneira particular. (Gráfico 24).

Mais da metade dos moradores entrevistados, consideram boa a qualidade da água que recebem em suas residências, totalizando 55,2%. Porém

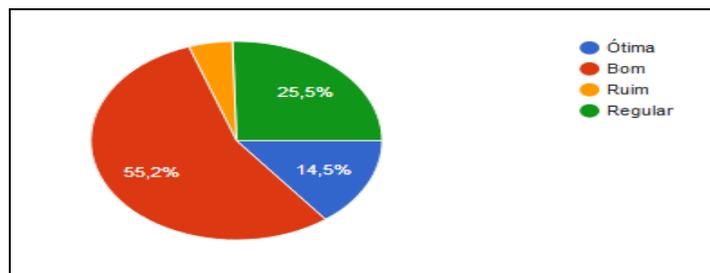
4,8% a considera ruim, declarando que chega a suas residências uma água com um nível de cloro elevado para o consumo, perceptível a olho nu pelo tom esbranquiçado que possui (Gráfico 25).

**Gráfico 24** - Origem da água das residências



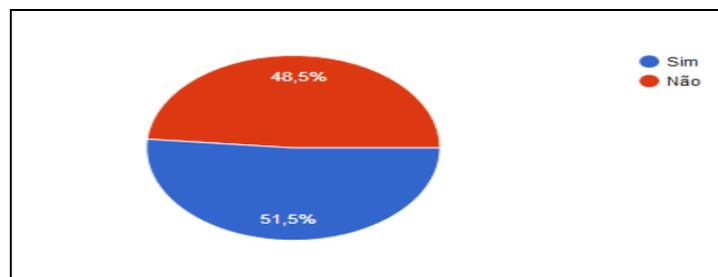
Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 25** - Avaliação da qualidade da água na opinião dos moradores

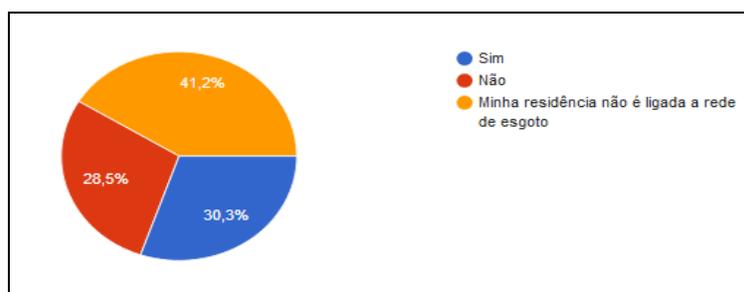


Fonte: Autora (2019).

Diagnosticamos que dos 165 entrevistados, somente 51,5% possuem a rede de esgoto ligada as suas casas, desses 30,3% disseram que seria necessário melhorar a coleta do esgoto, pois após a implantação da rede de esgoto passou a ser comum a presença de mau cheiro na encanação de suas residências (Gráficos 26 e 27).

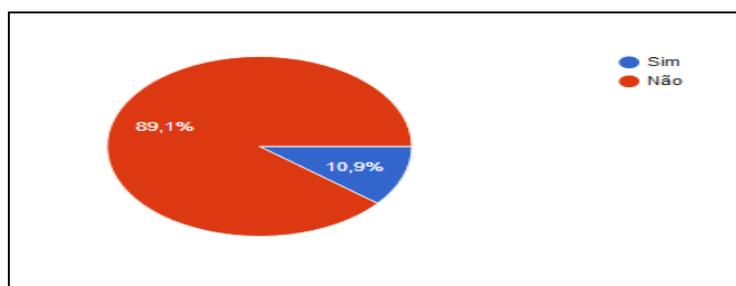
**Gráfico 26-** Presença de rede de esgoto

Fonte: Autora (2019).

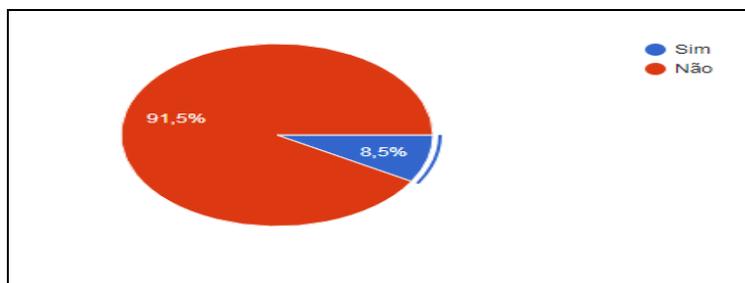
**Gráfico 27 -** Avaliação da coleta da rede de esgoto

Fonte: Autora (2019).

Investigamos também se o esgoto corre a céu aberto nas ruas em que residem. Somente 18 moradores nos afirmaram que sim, correspondendo a 10,9% dos moradores pesquisados. Sendo que destes 8,5% afirmam ser comum o esgoto correr a céu aberto nas ruas em que residem (Gráficos 28 e 29).

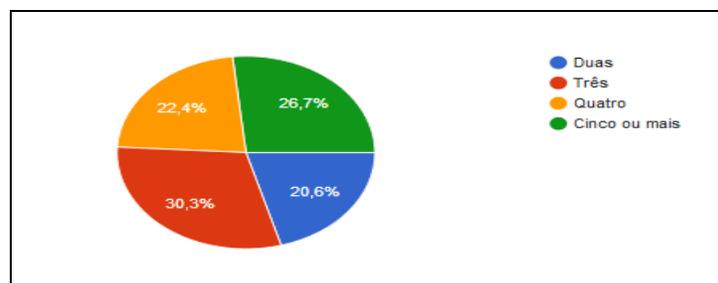
**Gráfico 28 -** Presença de esgoto a céu aberto nas ruas e avenidas

Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 29** - Existência de esgoto a céu aberto nas ruas e avenidas

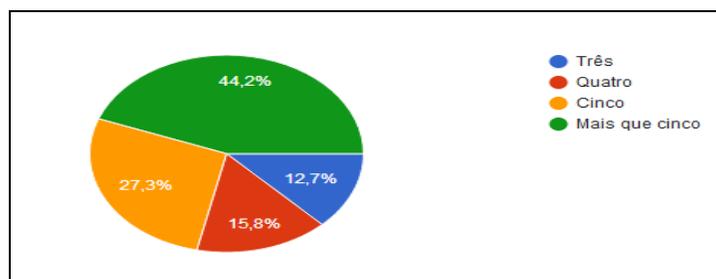
Fonte: Autora (2019).

Ao direcionarmos para as condições habitacionais urbanas, questionamos quantas pessoas residem em seu domicílio, considerando o próprio entrevistado. Obtivemos resultados bem próximos uns dos outros em relação ao número de moradores por domicílios. Posto que 20,6% dos domicílios residem apenas dois moradores; 30,3% dos domicílios possuem três moradores; 22,4% habitam quatro moradores; e 26,7% dos domicílios possuem cinco ou mais moradores (Gráfico 30).

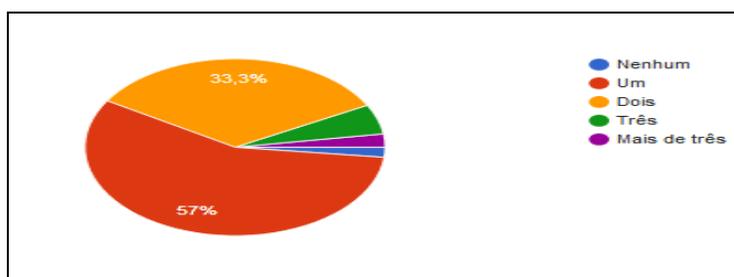
**Gráfico 30** - Número de pessoas por domicílio

Fonte: Autora (2019).

Grande parte desses domicílios, ou seja, 44,2% possuem seis ou acima de seis cômodos, os demais variam entre quatro e cinco cômodos e apenas 12,7% dos entrevistados residem em casas contendo três cômodos. Das residências analisadas, 57% contêm apenas um banheiro interno e 2% não possuem banheiro interno em sua residência (Gráficos 31 e 32).

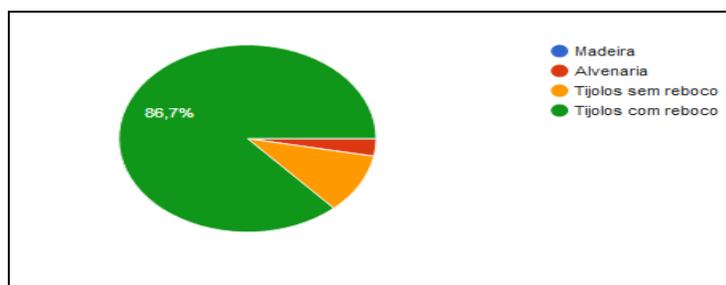
**Gráfico 31** - Números de cômodos por domicílios

Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 32** - Número de banheiros por domicílio

Fonte: Autora (2019).

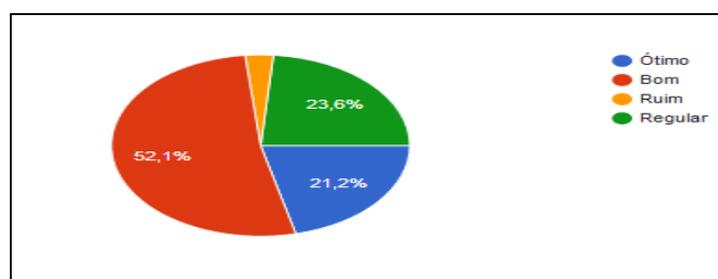
Tijolos com reboco formam as casas de 143 moradores, correspondendo a 86,7%, 10,3 % dos moradores não conseguiram rebocar as paredes de suas casas e alvenaria compõe o material de cinco casas dos entrevistados o que corresponde a 3% (Gráfico 33).

**Gráfico 33** - Revestimento que compõe a parede das residências

Fonte: Autora (2019).

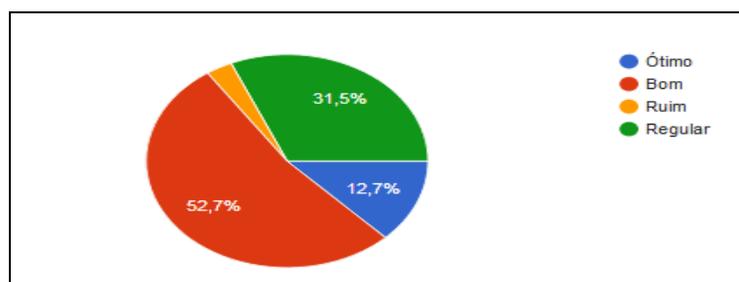
Em um total 52,1 % classificam como boa as condições de sua moradia, sentindo-se gratos por possuírem um local para viver, seguidos de 23,6% que a consideram ótima; 23,6% acham regular e somente 3% acreditam ser ruim a moradia em que residem. Perguntamos o que acham das condições habitacionais dos bairros nos quais estão localizadas; 52,7% julgam ser bom e somente 3 % o consideram ruim (Gráfico 34 e 35).

**Gráfico 34** - Condições habitacionais dos moradores



Fonte: Autora (2019).

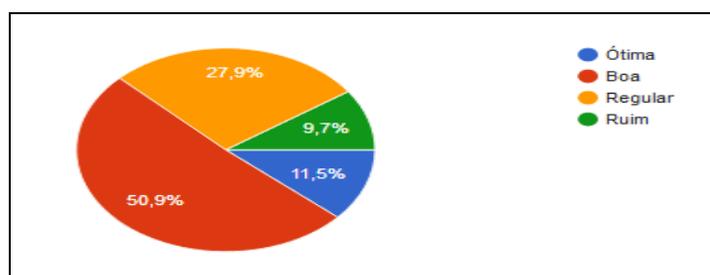
**Gráfico 35** - Condições habitacionais dos bairros



Fonte: Autora (2019).

Ao abrangermos a área de infraestrutura do município, encontramos 100% das moradias visitadas ligadas à rede de energia elétrica.

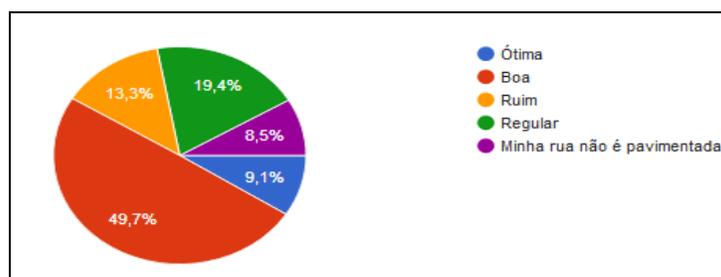
Destas moradias visitadas, 95,8% possuem iluminação pública em sua rua; sendo que 50,9% dos moradores classificam boa essa iluminação, ao contrário de 9,7% que a consideram ruim (Gráfico 36).

**Gráfico 36** - Qualidade da iluminação pública das ruas e avenidas

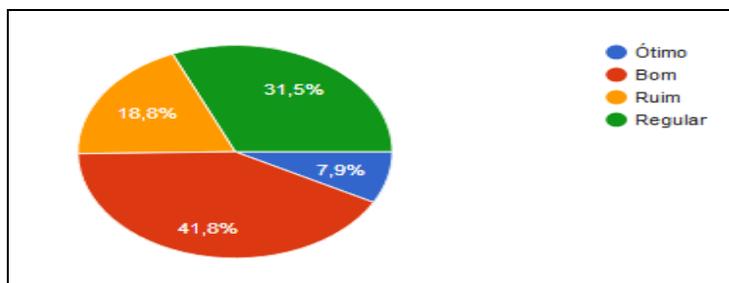
Fonte: Autora (2019).

Das residências analisadas que possuem iluminação pública em sua rua, 63% dos moradores afirmaram que a iluminação da rua proporciona segurança para quem passa à noite e 37% das casas possuem uma rua mal iluminada, não proporcionando segurança para quem transita por ela no período noturno.

No que se refere à pavimentação urbana 91% dos entrevistados possuem a rua em que moram pavimentadas, desses 50% dos moradores dos bairros classificam como bom a qualidade desse asfalto. Interrogamos se o bairro em que moram encontra-se todo asfaltado; 68% disseram que sim; e 42% consideram esse asfalto com boa qualidade; 31% classificam esse asfalto como regular; 19% avaliam ruim; e apenas 8% o consideram de ótima qualidade (Gráficos 37, 38).

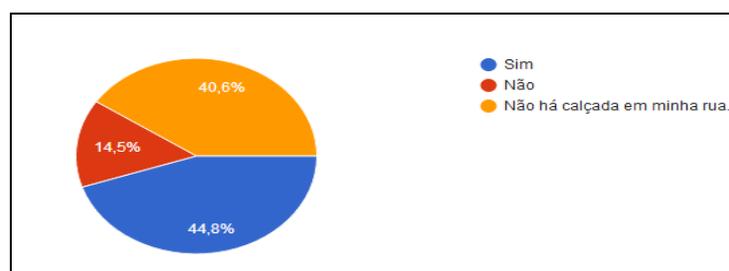
**Gráfico 37** - Condições da pavimentação das ruas e avenidas

Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 38** - Condições da pavimentação dos bairros

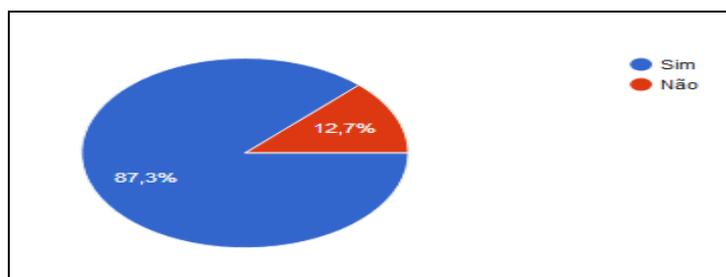
Fonte: Autora (2019).

Ao avaliarmos a presença de calçada nas ruas asfaltadas, 49% dos entrevistados relataram não possuir calçadas na rua onde moram. Dos 51 % dos moradores que possuem calçadas em sua rua, apenas 45% dizem poder transitar sobre elas, apesar de considerarem essas calçadas limpas e em bom estado de conservação (Gráfico 39).

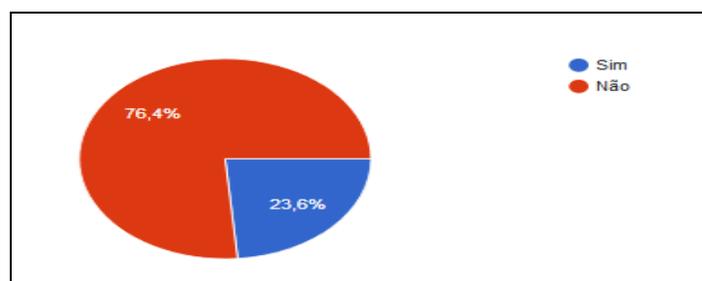
**Gráfico 39** - Condições de circulação sobre as calçadas

Fonte: Autora (2019).

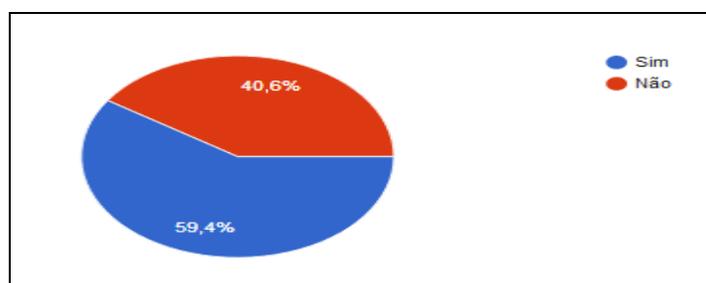
O meio fio se faz presente em 87% das ruas dos entrevistados, e o logradouro em 60% das residências. Porém 76% das ruas que visitamos não possuem bueiro, sendo que os moradores de alguns bairros alegam enfrentar dificuldades do escoamento da água no período chuvoso. (Gráficos 40, 41 e 42).

**Gráfico 40** - Presença de meio-fio nas ruas e avenidas

Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 41** - Presença de bueiro nas ruas e avenidas

Fonte: Autora (2019)

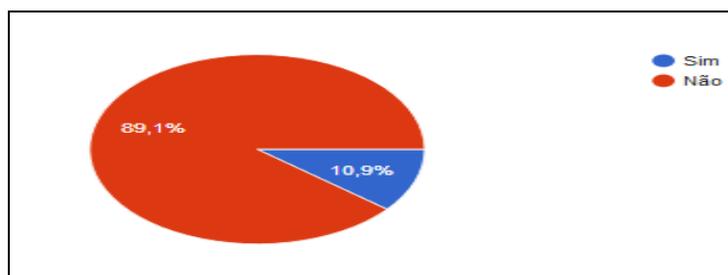
**Gráfico 42** - Presença de logradouro nas ruas e avenidas

Fonte: Autora (2019).

Percebemos também a ausência da acessibilidade para os deficientes

físicos os quais precisam locomover-se por meio de cadeira de rodas, visto que 89% dos habitantes disseram que seu bairro não possui rampa para cadeirantes, sendo encontradas apenas em alguns locais da região central da cidade (Gráfico 43).

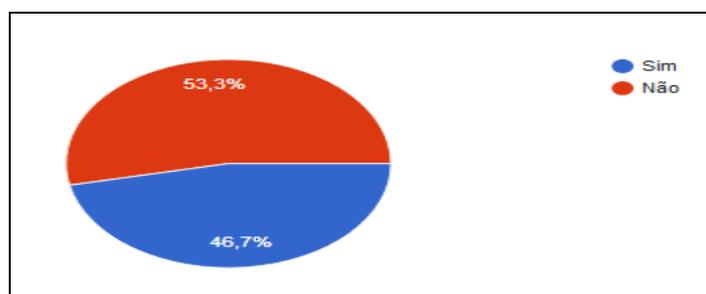
**Gráfico 43** - Presença de rampa para cadeirantes nos bairros



Fonte: Autora (2019).

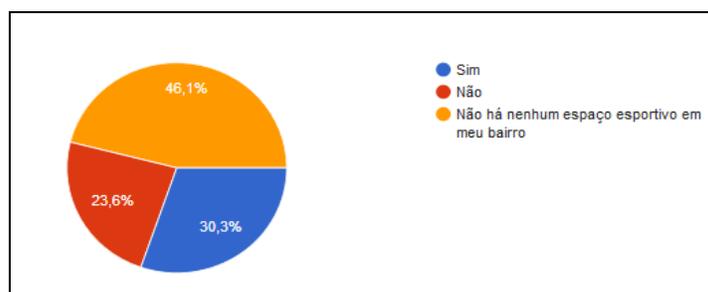
Considerando a área Esportiva, percebemos que as atividades se fazem presentes no município por intermédio de quadras e ginásios de esportes que se encontram, estando apenas algumas dessas quadras em bom estado de funcionamento e de conservação. Buscamos saber se os bairros analisados possuíam quadras de esporte para desenvolvimento dessa atividade, percebemos que apenas 47% destes bairros têm quadras esportivas e apenas 30% estão em bom estado de funcionamento (Gráficos 44 e 45).

**Gráfico 44** - Presença de quadras e/ou ginásios de esportes nos bairros



Fonte: Autora (2019).

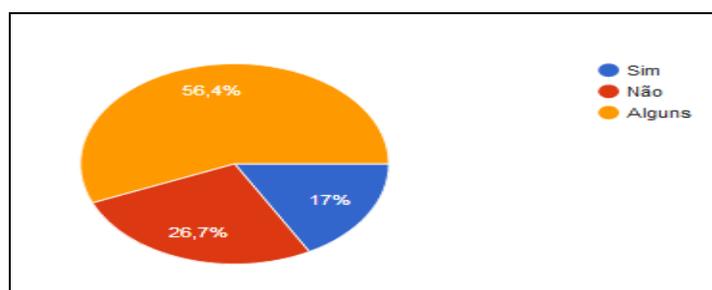
**Gráfico 45** - Estado de conservação das quadras e/ou ginásios de esportes dos bairros



Fonte: Autora (2019).

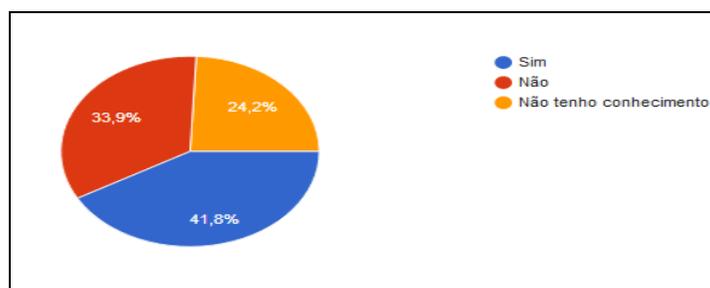
No entanto, 88% dos moradores afirmaram que há quadras esportivas e ginásios de esportes no município de Porto Nacional e 64% consideram que apenas algumas quadras esportivas estão em bom estado de conservação (Gráfico 46).

**Gráfico 46** - Estado de conservação das quadras e/ou ginásios de esportes do município



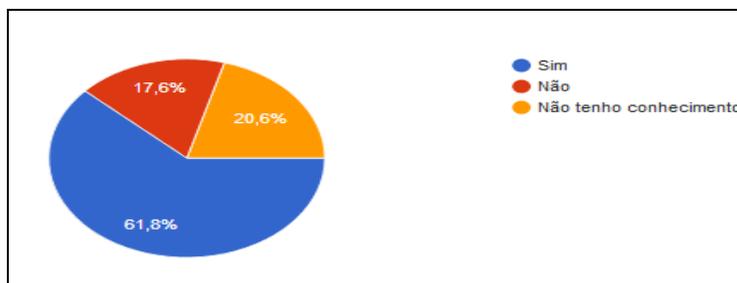
Fonte: Autora (2019).

Ao investigar os moradores, se o município possui programas esportivos oferecidos à população como forma de inclusão social; 41% dos entrevistados disseram que o município possui essa ação de prática de esporte como maneira de inclusão social. No entanto, essa ação é desconhecida por 24% dos entrevistados, os quais afirmam não a conhecer (Gráfico 47).

**Gráfico 47** - Presença de programas esportivos no município

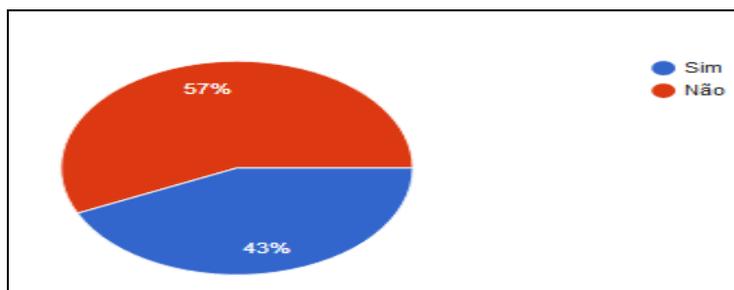
Fonte: Autora (2019).

A existência da prática esportiva desenvolvida para pessoas idosas foi outro questionamento, que buscamos junto à população de Porto Nacional. Percebemos um melhor conhecimento desse serviço por parte dos entrevistados, sendo que 62% dos moradores, atestam que o município oferece atividades esportivas para as pessoas idosas (Gráfico 48).

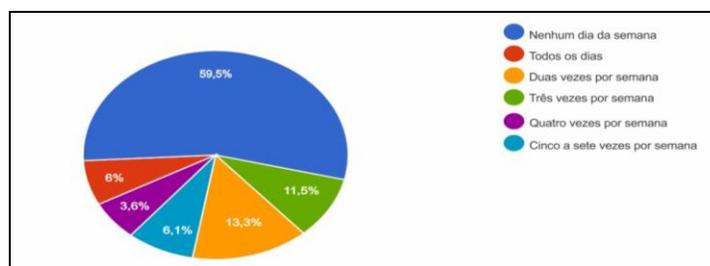
**Gráfico 48** - Existência de práticas esportivas voltadas para pessoas idosas

Fonte: Autora (2019).

Voltamos às perguntas para a prática esportiva pessoal, em que buscamos saber se as pessoas realizavam alguma atividade física durante a semana. Percebemos que, mais da metade dos moradores pesquisados, ou seja, 57% não praticam nenhuma atividade física, não fazem nenhuma caminhada por lazer, assim como não praticam nenhuma atividade aeróbica. Seja ela voltada para o lazer ou para cuidados físicos, como nadar, pedalar ou dançar (Gráficos 49 e 50).

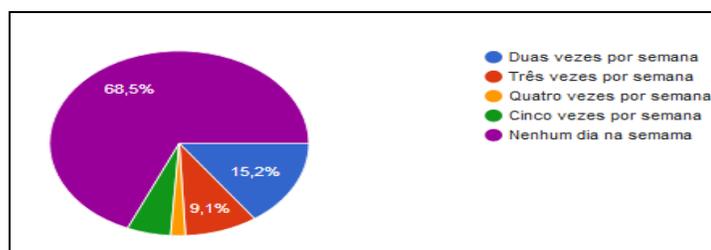
**Gráfico 49** - Presença de atividade física na vida dos moradores

Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 50** - Frequência de atividade física praticada pelos moradores

Fonte: Autora (2019).

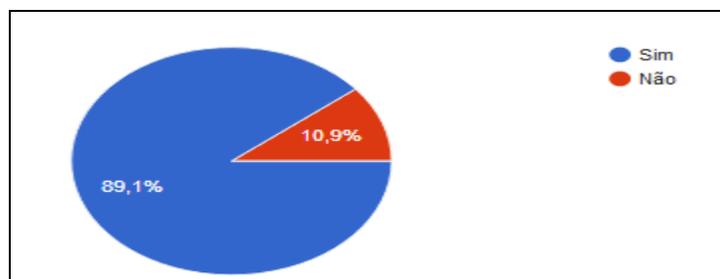
As pessoas com menor renda familiar alegam não ter tempo para essas atividades, pois o trabalho demanda todo o seu tempo e a sua disposição, declarando que chegam exaustos ao final do dia. Todavia, 43% dos entrevistados que se dedica a alguma atividade física, destes 15,2% dispõem de duas vezes por semana e 9,1% realizam atividade física três vezes na semana, demonstrando estarem conscientes da importância dessas práticas, para o bem estar físico e mental (Gráfico 51).

**Gráfico 51** - Frequência de atividades físicas relacionadas ao lazer

Fonte: Autora (2019).

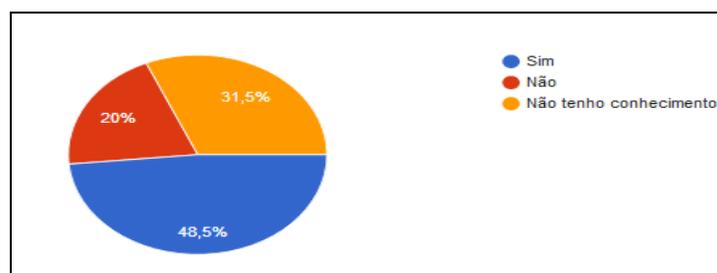
O lazer é outra área ligada à qualidade de vida que poucos têm acesso. Dos entrevistados, 89% relatam ter conhecimento apenas da Avenida Beira Rio como única área pública de lazer em Porto Nacional, desses apenas 48% afirmam que esta área está em bom estado de conservação. Questionamos se o município propicia aos moradores alguma política de incentivo, para a população frequentar essa área de lazer, assim 33% dos entrevistados relataram que não recebem nenhum incentivo do poder público municipal, acompanhado de 40% que não têm conhecimento dessa informação. Sendo que 74% desses moradores não frequentam esse local, mesmo não possuindo uma área de lazer em seu bairro (Gráficos 52 a 55).

**Gráfico 52** - Presença de área de lazer no município

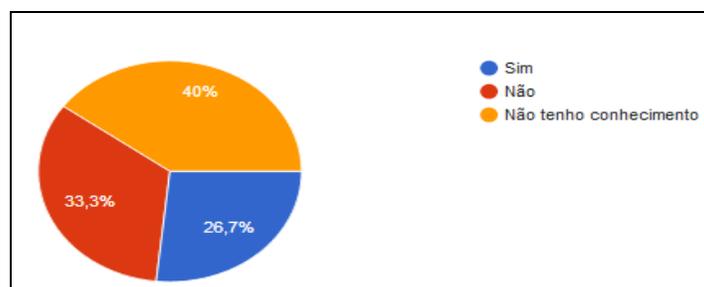


Fonte: Autora (2019).

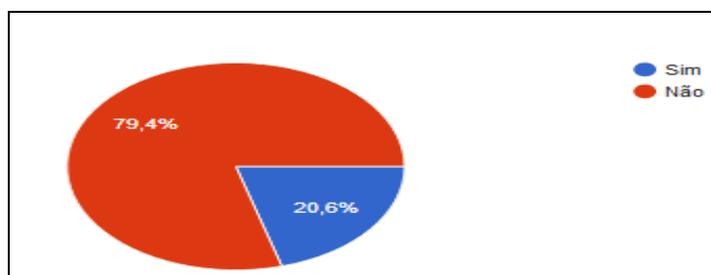
**Gráfico 53** - Estado de conservação da área de lazer



Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 54** - Existência de política pública de incentivo do uso do espaço de lazer

Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 55** - Presença de área de lazer nos bairros

Fonte: Autora (2019).

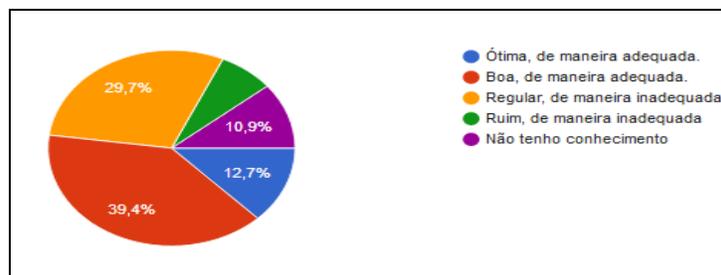
Dirigimo-nos a área da saúde, que foi a área de atuação do poder público que mais teve destaque de forma negativa por parte dos entrevistados. A primeira questão relacionada à área da saúde levada aos moradores foi se o município oferece os mesmos atendimentos à saúde. Desses 97% declararam receber atendimento à saúde, oferecido pelo poder público municipal.

Dentre os 165 entrevistados, 82 % disseram que recebem atendimento no posto de saúde, presente no bairro onde moram ou em bairro vizinho.

Analisamos a qualidade do atendimento oferecido pelos postos de saúde os quais frequentam. Destes 39% declararam receber um atendimento bom, sendo realizados de maneira adequada, 30% recebem um atendimento regular de maneira inadequada, seguidos de 13% que consideram ótimo esse atendimento e

7% consideram o atendimento ruim. (Gráficos 56). Também, 11% dos entrevistados responderam não ter conhecimento da qualidade do atendimento das Unidades Básicas de Saúde por utilizarem somente a rede de saúde privada, não frequentam os postos de saúde municipais.

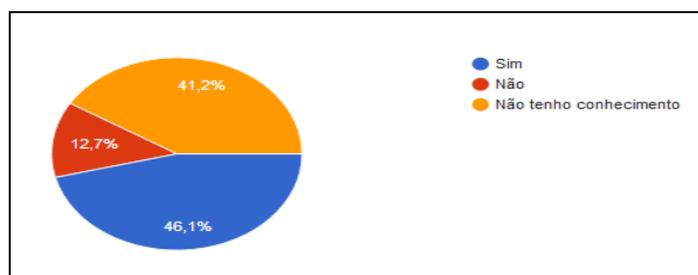
**Gráfico 56** - Análise da qualidade do atendimento nos Postos de Saúde



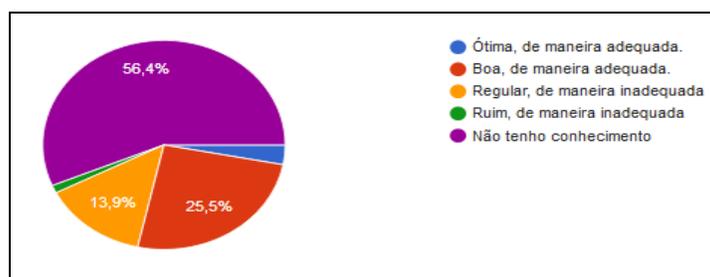
Fonte: Autora (2019).

Os moradores que residem no bairro Vila Nova nos relataram o fechamento da Unidade Básica de Saúde que se fazia presente em seu bairro, sendo considerado por eles como um problema que enfrentam atualmente. Após o fechamento dessa Unidade Básica, os moradores tiveram que se direcionar para o Posto de Saúde mais próximo a eles, localizado no bairro Guaxupé. Atualmente, eles enfrentam a superlotação dessa Unidade Básica de Saúde, aumentando o tempo para atendimento e diminuindo a sua qualidade, além de enfrentarem dificuldades em relação ao acesso à saúde, pois são obrigados a percorrerem uma distância bem maior, que antes não havia.

Questionamos se o posto de saúde o qual frequentam oferece atendimento de planejamento familiar aos moradores, 46% disse que sim, sendo que destes 25% consideram esse serviço de boa qualidade, ao contrário de 56% dos entrevistados dizerem não ter conhecimento desse atendimento (Gráfico 57 e 58).

**Gráfico 57** - Existência de planejamento familiar nos Postos de Saúde

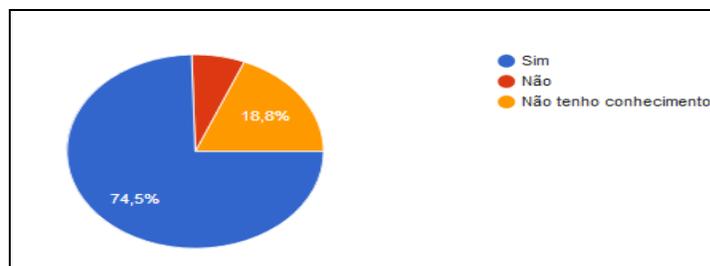
Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 58** - Qualidade do atendimento do planejamento familiar nos Postos de Saúde

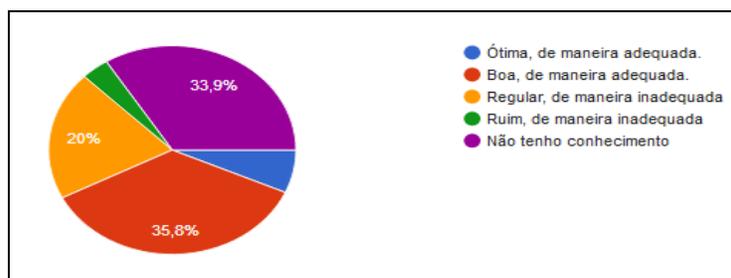
Fonte: Autora (2019).

Esse serviço de planejamento familiar é oferecido às mães e principalmente as mães que se encontram gestantes. Acreditamos que esta porcentagem que disseram que não recebem esses serviços são pessoas do sexo masculino e aqueles que não se enquadram dentro do perfil citado a cima.

Outro serviço avaliado é o de controle epidemiológico no município, ou seja, controle de vetores e de doenças de veiculação hídrica. Dos entrevistados 74% afirmam receber esse serviço do município, destes 36% julgam ser um serviço de boa qualidade e realizado de maneira adequada. No entanto, 34% não têm conhecimento da existência desse serviço no município (Gráficos 59 e 60).

**Gráfico 59** - Presença de serviços de controle de doenças epidemiológicas

Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 60** - Qualidade do serviço de controle de doenças epidemiológicas

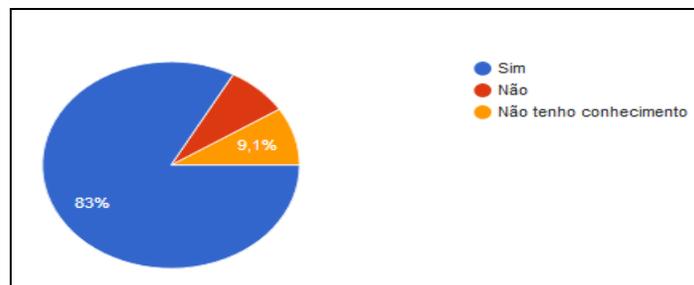
Fonte: Autora (2019).

Avaliamos ainda dentro da área da saúde, a existência do serviço odontológico, voltado para a saúde bucal do indivíduo. Sabemos que uma boa saúde bucal mantém a autoestima da pessoa e abre portas para a vida profissional e pessoal, estando vinculada à saúde de maneira geral.

Perguntamos aos moradores se o município de Porto Nacional possui serviços ativos de atendimento odontológico oferecidos de maneira pública à população, 83% nos afirmaram que sim. Destes, somente 8,6% conceitua esse serviço de ótima qualidade, seguido de 32,7% que avaliam a qualidade desse serviço bom, de maneira adequada, 21,8 % o consideram regular de maneira inadequada, seguidos de 10% que o consideram ruim, nos relatando a grande dificuldade e tempo de espera de conseguir uma vaga para ser atendido. Dos indivíduos entrevistados, 28% não têm conhecimento da qualidade do

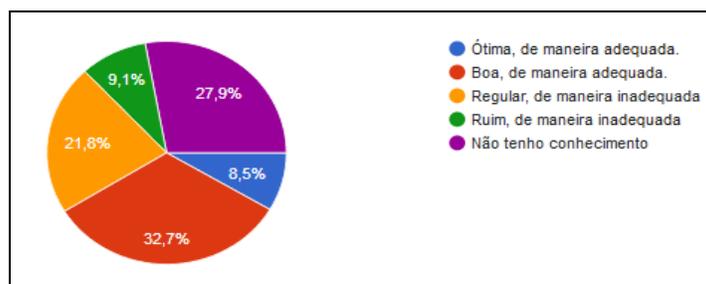
atendimento relacionado aos serviços odontológicos, pois não utilizam estes serviços da rede municipal (Gráficos 61 e 62).

**Gráfico 61** - Presença de serviço odontológico no município



Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 62** - Qualidade dos serviços odontológicos oferecidos à população



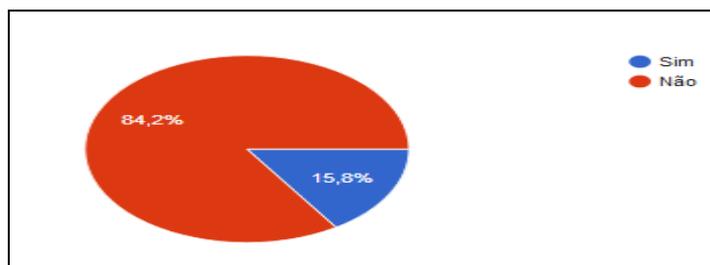
Fonte: Autora (2019).

A educação é um direito constitucional e fundamental do ser humano, com esse pensamento avaliamos a qualidade da educação das escolas municipais na percepção dos seus moradores.

Percebemos que 84% dos moradores entrevistados não possuem dificuldade para acessar a educação do município, e ao questionarmos sobre a qualidade do ensino das escolas municipais, 37% as consideram de boa qualidade, seguidos de 31% que as classificam regular, 10% que dizem ser ótimo o ensino educacional municipal e apenas de 8% classificam a educação municipal ruim. Dos entrevistados 14% não têm conhecimento da qualidade da educação do município, pois não possui ninguém da família que utilizem esses serviços e por

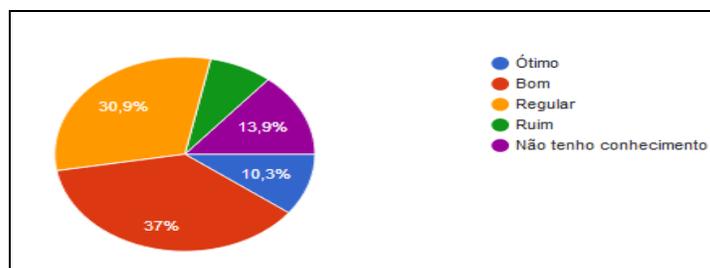
eles frequentarem a rede particular de ensino e educação (Gráficos 63 e 64).

**Gráfico 63** - Dificuldade em acessar a educação municipal



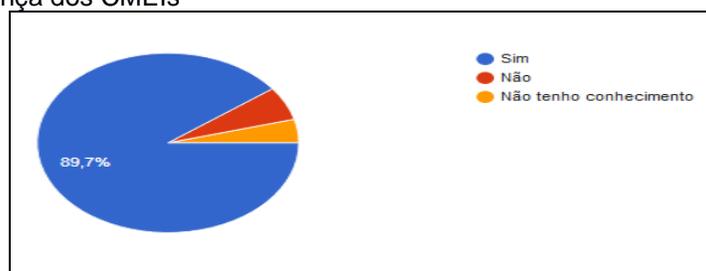
Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 64** - Análise da qualidade do ensino à educação municipal

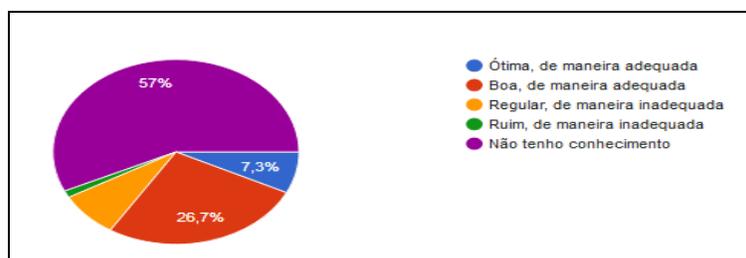


Fonte: Autora (2019).

Direcionando o olhar para a educação Infantil, questionamos se o município oferece serviço de atendimento dos Centros de Atendimento de Educação Infantil (CMEI) e 90% afirmaram que sim, porém apenas 10% fazem uso dos serviços da CMEI. Destes 27% consideram esses serviços de boa qualidade, 8% o consideram regular e apenas 1% classifica-o ruim. Somam 57% dos entrevistados que não têm conhecimento do atendimento dos serviços do CMEI por não fazerem uso desse serviço (Gráficos 65 a 66).

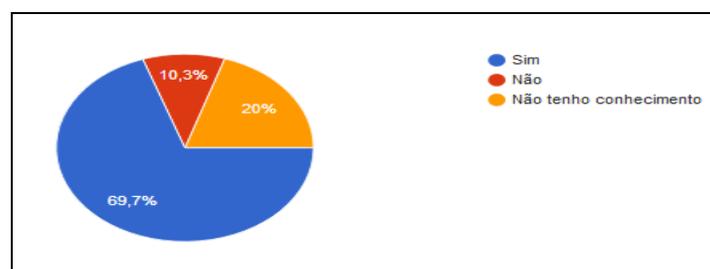
**Gráfico 65** - Presença dos CMEIs

Fonte: Autora (2019).

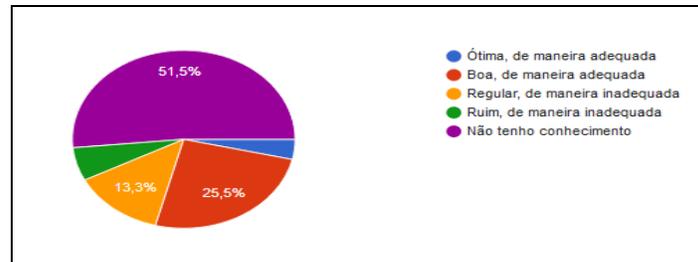
**Gráfico 66** - Qualidade dos serviços oferecidos pelos CMEI

Fonte: Autora (2019).

Analisando a área de assistência social, verificamos que 69,7 % atestam que o município de Porto Nacional oferece esses serviços aos moradores locais. No entanto, somente 25,5% dos entrevistados já fizeram uso desses serviços, considerando-o de boa qualidade, 13,3% classificam-no como regular, 6,1% consideram ruim e 3,6% afirmam ser de ótima qualidade esses serviços. Totalizam 51,5% dos entrevistados que não conseguem avaliar a qualidade do atendimento da assistência social, por não terem conhecimento (Gráficos 67 a 68).

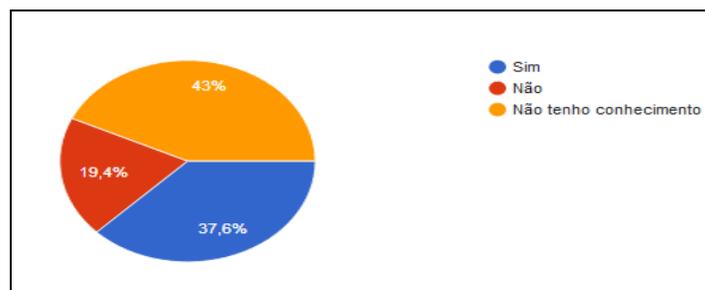
**Gráfico 67** - Presença de serviço de Assistência Social

Fonte: Autora (2019).

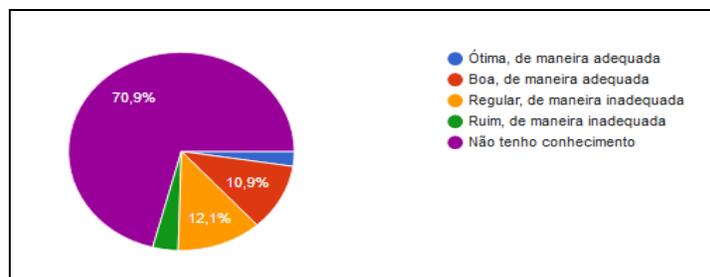
**Gráfico 68-** Avaliação da qualidade dos serviços de Assistência Social

Fonte: Da autora (2019).

Ainda dentro dos serviços da assistência social, procuramos saber se o município oferece atendimento a crianças e adolescentes em alguma situação de risco, como violência física e/ou emocional. Constatamos que a maioria dos entrevistados não tem conhecimento desse serviço, seja negando a presença desse serviço ou não tendo conhecimento de sua existência, apesar de 37 % afirmarem que esse atendimento se faz presente no município, porém não conseguem afirmar claramente a qualidade de seu atendimento por não fazerem uso desse serviço (Gráficos 69 e 70).

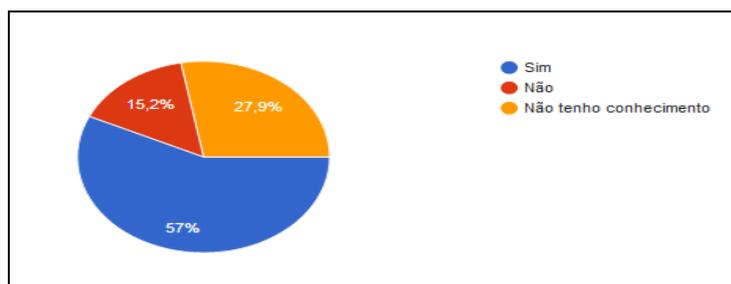
**Gráfico 69** - Existência de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco

Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 70** - Qualidade do atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco

Fonte: Autora (2019).

Investigamos se o município oferece atendimento a pessoas especiais (com alguma deficiência física ou mental), 57% dos entrevistados declararam que sim e 22% consideram o atendimento de boa qualidade, enquanto 7% afirmam ser um serviço regular de maneira adequada, e 5% o classificam como ótimo, todavia 66% dos moradores não conseguem avaliar a qualidade do atendimento por não terem conhecimento desse serviço (Gráfico 71).

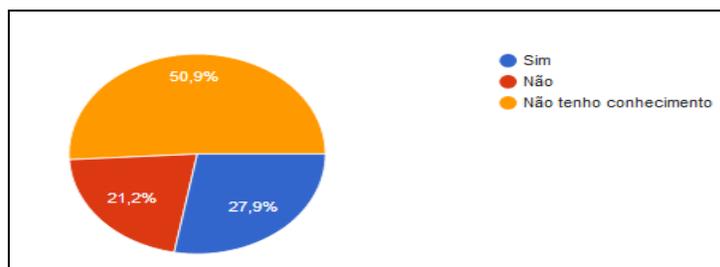
**Gráficos 71** - Presença de atendimento a pessoas especiais

Fonte: Autora (2019).

Em relação à existência de um espaço para atendimento a pessoas carentes, somente 28% declaram que o município oferece local para diferentes tipos de atendimento a pessoas carentes, nomeando como Centro de Referência a Assistência Social- CRAS. Mais da metade dos entrevistados não possuem conhecimento desse atendimento. Sendo que 10% dos entrevistados conseguem classificar como bom a qualidade do seu atendimento, pois 79% não utilizam esse

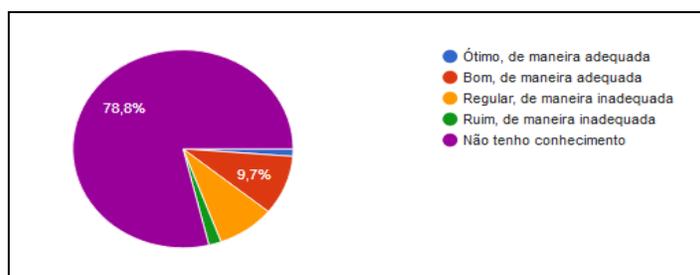
serviço, e nem possuem um familiar que também faz uso desse serviço, não sabendo avaliá-lo (Gráficos 72 e 73).

**Gráfico 72** - Presença de atendimento a pessoas carentes



Fonte: Autora (2019).

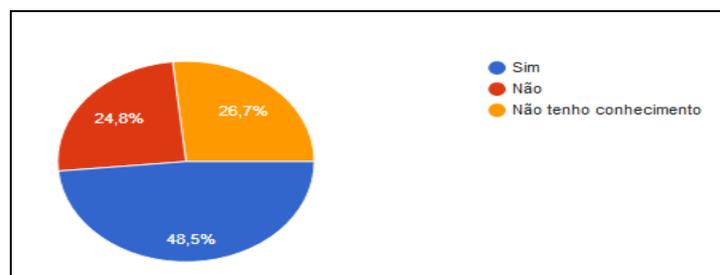
**Gráfico 73** - Qualidade do atendimento a pessoas carentes



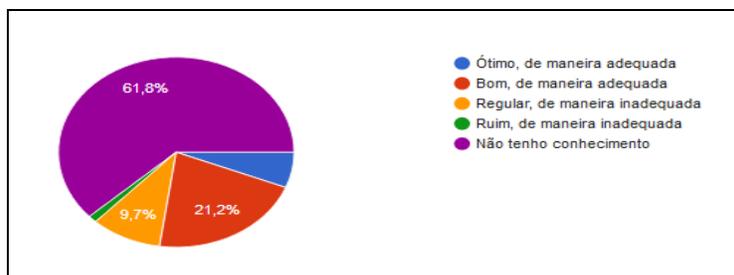
Fonte: Autora (2019).

Buscamos saber se o município oferece cursos profissionalizantes aos moradores locais e 48% afirmam receber esse serviço do município, sendo considerado de boa qualidade por 21% dos entrevistados, porém 62% desconhecem a qualidade de seu atendimento por não utilizarem esses serviços (Gráfico 74 e 75).

**Gráfico 74** - Presença do serviço de cursos profissionalizantes



Fonte: Autora (2019).

**Gráfico 75** - Avaliação da qualidade dos cursos profissionalizantes

Fonte: Autora (2019).

Migramos para a área da segurança pública que foi o segundo maior problema apontado pelos entrevistados. Sabemos que de acordo com o artigo 144 da Constituição Federal:

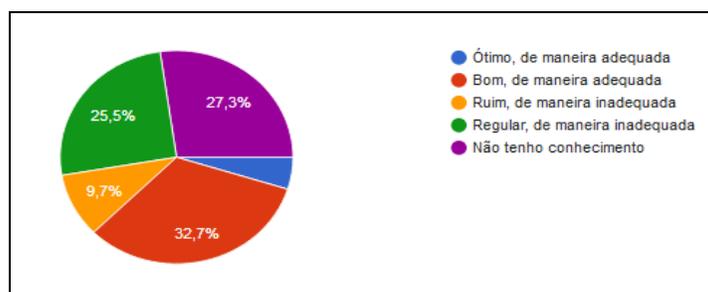
A segurança pública é dever do Estado brasileiro, direito e responsabilidade de todos. Ou seja, é uma responsabilidade compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal.

No entanto, o governo municipal pode elaborar e desenvolver diferentes ações de prevenção à violência, por meio da instalação dos equipamentos públicos, como iluminação e câmeras. Também pode criar guardas municipais para a proteção de bens, serviços e instalações, inibindo dessa forma o avanço da criminalidade local.

Seguindo esse pensamento investigamos se existem delegacias ou postos policiais para atender a comunidade local, 92% apontaram que sim. Mesmo sabendo que a segurança não é de responsabilidade somente do Poder Municipal, mas como também do Estado.

Ao avaliarmos a qualidade do seu atendimento, 33% o consideram de boa qualidade, 25,5% considera esse serviço regular e 9,7% considera-o ruim, sendo realizado de maneira inadequada. (Gráficos 76). Todavia 86% dos entrevistados avaliam como insuficiente a quantidade de Postos Policiais para atender a população local

### Gráficos 76 - Presença de Postos Polícias

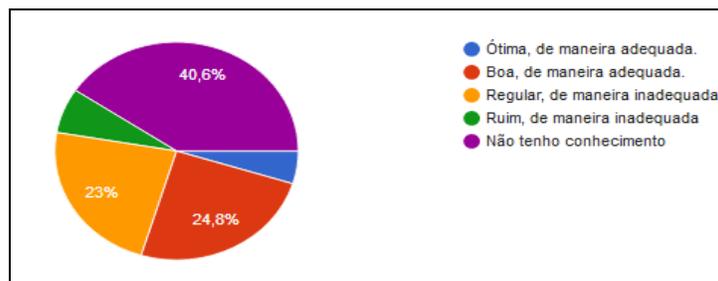


Fonte: Autora (2019).

Do total de moradores pesquisados, 86% afirmam que há delegacia da mulher e 87,3% disseram que se faz presente no município um local que combate incêndio.

Analisamos se a população tem conhecimento sobre a presença de guarda metropolitana no município local. 86% afirmaram que sim, destes, 25 % avaliam essa atuação como de boa qualidade, seguido de 23% que consideram a atuação de maneira regular e 41% não souberam avaliar por não terem conhecimento do serviço da guarda metropolitana (Gráfico 77).

### Gráfico 77 - Avaliação da qualidade da atuação da guarda metropolitana



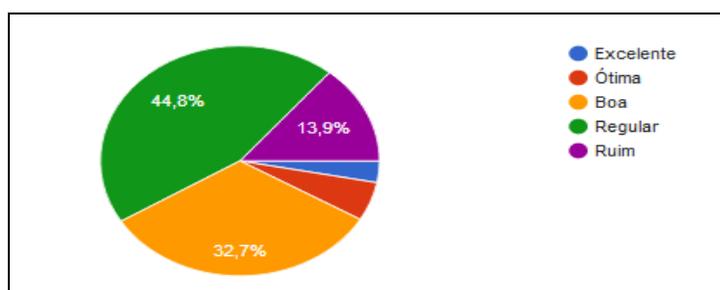
Fonte: Autora (2019).

Após uma análise de diferentes áreas de atuação do poder público municipal, indagamos como cada indivíduo avalia a qualidade de sua vida em relação aos serviços públicos municipais que lhe são oferecidos.

Sabemos que esses serviços não chegam a toda a população e quando chegam não são oferecidos de maneira igualitária, portanto enfatizamos para cada morador entrevistado apontar como está a qualidade de sua vida em relação aos serviços públicos municipais apontados.

Dos moradores analisados, 45% classificam a qualidade de sua vida regular; 33% consideram-na boa; aproximadamente 14% classificam-na como ruim; e apenas 5% disseram possuir uma ótima qualidade de vida, acompanhados de 3% que a considera excelente (Gráfico 78).

**Gráfico 78** - Análise da qualidade de vida dos moradores de Porto Nacional, em relação aos serviços públicos municipais



Fonte: Autora (2019).

#### **5.4 Atuação do Poder Público Municipal: O que falam os governantes**

Houve a visitação às Secretarias Municipais de Porto Nacional, com o intuito de confrontar as informações apresentadas pelos moradores nas diferentes áreas pesquisadas. Além de adquirirmos maiores informações sobre a atuação do Poder Público Municipal, principalmente nas áreas não contempladas pelo Índice de Bem Estar Urbano (IBEU). Pois são as que não obtivemos dados concretos como a área da saúde, educação, assistência social, esporte, lazer e segurança, visto que essas áreas haviam sido analisadas por meio das informações adquiridas dos moradores.

##### *SAÚDE*

A Secretária de Saúde nos informou que o município oferece serviço de saúde à população, por intermédio de 14 Unidades Básicas de Saúde (UBS), todas se fazem presentes na área urbana de Porto Nacional, localizadas nos bairros (Alto da Colina, Imperial, Brigadeiro Eduardo Gomes, Vila Operária, Jardim Brasília, Novo Planalto, Centro, Jardim Municipal, Jardim querido, Vila Nova, Guaxupé e Nova Capital) incluindo o Distrito de Pinheirópolis e Luzimangues.

As UBS oferecem atendimento para 20 pessoas por dia, além de 10 vagas para atendimento espontâneo - considerado casos extras, que possam surgir. Além de ofertar atendimento especializado com psicólogos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais uma vez na semana.

Fomos informados que todas as UBS ofertam atendimento voltado para a saúde bucal, com exceção da UBS do centro da cidade, que não possui atendimento à saúde bucal devido à presença de um Centro de Especialidades Odontológicas Municipal, que também oferta diferentes especialidades na área da saúde bucal.

O município também oferta à população duas farmácias básicas, uma

localizada no Centro da Cidade e a outra no Distrito de Luzimangues.

O serviço de planejamento familiar também se faz presente nas UBS mediante aos procedimentos cirúrgicos de laqueadura e vasectomia, para mulheres e homens, que buscam por estes serviços. A prevenção da gestação se faz por meio de orientações da utilização dos métodos contraceptivos, bem como a oferta destes para quem tem interesse em adquiri-los.

O município conta com uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), localizada no bairro Nova Capital, disponibilizando à população atendimento 24h. Próximo a UPA, faz-se presente um Centro de Especialidades Médicas (CEMI), em que recebem pessoas as quais necessitam de um atendimento médico especializado, oriundas de encaminhamentos feitos pelas Unidades Básicas de Saúde do município e de municípios vizinhos. Integrado ao CEMI temos também o Serviço de Assistência Especializada (SAE), responsável pelo diagnóstico e tratamento de doenças como Tuberculose, hanseníase e doenças sexualmente transmissíveis.

Pertencente à área da saúde municipal, temos a Vigilância Sanitária, localizada no centro da cidade. Este setor que engloba a vigilância ambiental e a vigilância epidemiológica, responsável pela promoção e prevenção de inúmeras doenças, como a Leishmaniose, dengue, zika, meningite, chicungunha, varicela entre outras.

A vigilância epidemiológica, a qual faz parte da pesquisa, trabalha em parceria com as escolas municipais e Faculdade ITPAC, realizando palestras educativas e informativas, tendo como objetivo proporcionar conhecimento e prevenção de quaisquer mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde do indivíduo.

### *ASSISTÊNCIA SOCIAL*

Na área da Assistência Social, fomos informados que os habitantes do município recebem diferentes serviços vinculados à assistência social. Esses

serviços são oferecidos aos moradores após realização de uma análise para a confirmação de suas necessidades. Os serviços disponíveis à população são: auxílio funeral, auxílio a enxoval, aquisição de passagens e entrega de cestas básicas a pessoas carentes financeiramente.

A Secretaria de Assistência Social atua em parceria com o Conselho Tutelar Municipal e Conselho de Justiça, ofertando atendimento a crianças e adolescentes que se encontram em alguma situação de risco, quer envolvendo membros da família ou qualquer indivíduo. Esse serviço voltado para crianças que se encontram em alguma situação de risco tem como sede um local denominado Tia Messias, com capacidade de acolher 20 crianças entre 0 e 18 anos. A Secretária de Assistência Social justifica que não é feita a divulgação deste local devido orientações recebidas da Secretária de Justiça, que os orienta a manter o sigilo dos menores que se encontram envolvidos em alguma situação de risco físico e psicológico.

O município oferta atendimento a pessoas especiais e pessoas carentes por intermédio dos Centros de Referência a Assistência Social (CRAS), localizados nos bairros Brigadeiro Eduardo Gomes e no bairro da Vila Nova, além de um núcleo presente no Distrito de Luzimangues e um núcleo presente no Distrito de Pinheirópolis. Esses centros e núcleos de atendimento estão capacitados com assistentes sociais e psicólogos, ambos responsáveis por subsidiar as necessidades de pessoas vulneráveis a diversos fatores sociais, atendendo todas as faixas etárias, principalmente crianças entre 0 e 6 anos e idosos.

O município, ainda, possui convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, sendo uma associação que trata a deficiência além de promover o bem estar e o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Mediante questionamentos sobre a oferta de cursos profissionalizantes aos moradores, informaram que esse serviço faz parte da Secretaria de Assistência Social, porém encontra-se suspenso e não tem previsão de quando será oferecido novamente à população.

## *ESPORTE*

Em visita a Secretaria de Esporte, obtive o conhecimento se os bairros possuem quadras ou ginásios esportivos e nos informaram que somente em 08 bairros do município fazem-se presentes quadras esportivas. São eles: Jardim Querido, Jardim Brasília, Padre Luso, Novo Planalto, Parque da Liberdade, Nova Capital, Vila Nova, Centro. A quadra esportiva no bairro Nova Capital encontra-se em processo de finalização e é a única quadra esportiva coberta do município,

O município diz incentivar os moradores à prática esportiva, ofertando três profissionais formados em educação física para atuarem na Avenida Beira Rio (Orla de Porto Nacional). Esses profissionais estão disponíveis aos moradores durante todos os dias da semana nos turnos matutino e vespertino, com exceção de sábado e domingo, acompanhando e orientando os moradores participantes à realização de atividades físicas ao ar livre, de maneira adequada.

Outra forma de atuação esportiva é a parceria que o município realiza com o SESI, através da escolinha de iniciação ao futebol, atendendo atualmente em média de 300 crianças. Essas escolinhas se fazem presentes nos bairros Jardim Municipal, Planalto, São Francisco e distrito de Luzimangues.

Atualmente, faz-se ativa em Porto Nacional a prática esportiva de canoagem, desenvolvida no lago em uma área pertencente ao perímetro urbano municipal em parceria com a associação dos canoeiros, proporcionando atualmente atendimento a cinquenta jovens de diferentes faixas etárias.

Pensando nos idosos, o município oferece algumas atividades físicas voltadas para a terceira idade, atividades voltadas para a dança acompanhada de ginástica localizada. Desenvolvidas nos bairros Jardim Querido e Nova Capital.

## *LAZER*

Pensando no lazer, constatamos que o município não oferece áreas

específicas de lazer nos bairros, essa área está concentrada na orla localizada na Avenida Beira Rio, próxima ao centro da cidade. Diariamente nos horários das 17:00 às 21:00 uma via da avenida que dá acesso a orla é fechada para dar maior segurança aos moradores que frequentam este espaço. Trata-se de um espaço com brinquedos interativos, disponíveis às crianças, área de skate e patinação, quadras esportivas, academia ao ar livre e áreas gramadas para recreação.

### *EDUCAÇÃO*

Na área da educação, analisamos o Índice de Educação Básica – IDEB do município que nos apresentou no ano de 2017 uma nota de 5.2 para as séries iniciais, superando a meta municipal que era de 5.1.

Atualmente, o censo escolar municipal da Educação Infantil e Ensino Fundamental na 1ª fase é de 4.523 alunos. Esses se fazem presentes em 10 escolas municipais, localizadas nos bairros do Planalto, Jardim Brasília, São Francisco, Vila Nova, Jardim Querido, Brigadeiro Eduardo Gomes, Centro, Jardim Municipal e Alto da Colina e 07 Centros Municipais de Educação Infantil- CMEI, atuante nos bairros Tropical Palmas, Vila Nova, Jardim Querido, Planalto, Brigadeiro Eduardo Gomes e Alto da Colina. Atualmente, o município atua na área da educação com 258 professores.

### *SEGURANÇA*

Na área da segurança pública, o município disponibiliza à população os serviços relacionados à defesa civil. Criada desde 2016, mas se fazendo ativa somente no ano de 2018, a Secretaria Municipal da Defesa Civil é composta hoje por dez brigadistas. Todos com o intuito de atuar em casos de enchentes, prevenção e combate a incêndio. Além de periciar áreas impróprias para ocupação por parte dos moradores presentes na zona urbana e na zona rural, pertencentes ao município.

Temos também a presença da guarda metropolitana no município, sendo esta dividida para atuar no trânsito local e de maneira operacional. A partir do ano de 2010, o trânsito foi municipalizado, a guarda passou a atuar no trânsito, sendo composta por cinco pessoas. Desses, dois guardas fazem a fiscalização do trânsito por meio de uma viatura e os demais são responsáveis pela educação no trânsito por meio de palestras desenvolvidas em escolas e demais órgãos que os solicitarem.

A guarda metropolitana direcionada para a parte operacional é composta por 06 integrantes que se dividem em três viaturas, esses fazem o patrulhamento da cidade, além dos órgãos públicos e privados.

Informaram-nos que o município ainda não implantou o serviço de convocação da Guarda Metropolitana Municipal (Disk 153), pois ainda estão no período de estruturação, além de estarem desprovidos de armamentos para atuação. Devido à ausência desses serviços, foi disponibilizado apenas para a polícia militar local e os órgãos municipais o telefone fixo do setor.

A guarda metropolitana também possui uma banda musical disponível à população, e estão com um projeto social em fase de implantação para atender crianças e adolescentes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos podem pensar que analisar a qualidade de vida é um estudo considerado complexo, devido à existência de diferentes maneiras de realização dessa análise e inúmeros indicadores que possam ser utilizados. No entanto, essa análise é bastante relevante para uma melhoria na vida do ser humano, pois devido ao crescimento da população nas cidades e, conseqüentemente, à presença de diferentes crises nas áreas urbanas, precisamos identificar quais os déficits estruturais, sociais e ambientais contidos no espaço urbano, para que possamos propor possíveis soluções aos problemas que interferem no bem estar do indivíduo. As transformações desenvolvidas nas cidades refletem diretamente na vida das pessoas, e na forma que elas se apropriam dos lugares em que habitam (CARLOS, 2007).

Porém, não se trata mais de uma análise individual, considerando as condições de vida pessoal e suas particularidades, mas sim de uma análise do espaço urbano, bem como dos serviços que o poder público oferece à população. Para isso, o estudo sobre qualidade de vida passou a ser mensurado e avaliado de maneira coletiva, mediante a um conhecimento do espaço no qual o ser humano encontra-se inserido, relacionando diretamente na forma de sua sustentabilidade.

Para que haja uma qualidade de vida, faz-se necessária uma atuação por parte do poder público, oferecendo serviços de qualidade e de maneira igualitária, ou com menores escalas de desigualdades em todo espaço urbano, para que essas ações influenciem de maneira positiva na qualidade de vida da população.

Ao visitar os bairros do município de Porto Nacional, percebemos uma desigualdade de atuação das diferentes áreas de serviços coletivos aplicados no espaço urbano da cidade.

Nos últimos anos do século XXI o capital imobiliário e o de construção tomaram grande parte do solo urbano de Porto Nacional. Essa valorização vem de

parte da sociedade, sendo essa sociedade responsável por parte do desenvolvimento do município. Atualmente, considerado por investidores, empresários e políticos como valorização imobiliária, mas visto por alguns especialistas em desenvolvimento urbano como forma de empobrecimento da cidade, por se tratar de uma desigualdade entre áreas urbanas municipais.

Durante o período em que realizamos as entrevistas, presenciamos bairros com uma boa infraestrutura, como o bairro Aeroporto, Beira Rio e Jardim América -loteamento particular - contradizendo com outros bairros desprovidos de total infraestrutura, sendo o caso do Parque do Trevo, Guaxupé e Padre Luso. Os moradores desses bairros não possuem as ruas pavimentadas, logradouros, rede de esgoto, iluminação pública entre outros serviços considerados essenciais para o bem estar humano.

Ademais, encontramos os demais bairros assistidos de pavimentação e com condições habitacionais consideradas. Sendo que apenas uma minoria dos entrevistados considerou ruim o seu domicílio, assim como o bairro em que residem.

Em relação às condições ambientais, percebemos uma arborização reduzida no município, os bairros são desprovidos de áreas verdes e qualquer política ambiental. Em contato com a Secretaria do Meio Ambiente, fomos informados que existe um Conselho Municipal do Meio Ambiente e que a secretaria trabalha com emissão de pareceres ambientais, fiscalização e monitoramento ambiental. Além de realização de fórum e palestras nas escolas. Porém, os moradores não identificam ações ambientais presentes nos bairros em que residem.

A área da saúde foi o serviço com maior índice de reclamação, sendo considerado pelos moradores como o principal problema no município. Ao entrevistar a população e em seguida visitar a Secretaria Municipal de Saúde e as unidades básicas de saúde do município, percebemos que o município oferece sim a todos os moradores os serviços ligados à saúde, porém esses serviços não chegam para todos com uma qualidade necessária. Muitas vezes a demora e a

burocracia de atendimento tornam-se a principal queixa de quem utiliza esses serviços. Muitos atendimentos são iniciados e o tratamento não é concluído, devido à inexistência de um acompanhamento por parte do serviço público.

Os moradores relataram que possuem muita dificuldade para acessarem atendimentos com médicos especialistas e, quando conseguem esse atendimento, são encaminhados para realizarem exames agendados com um prazo longo de espera, recebendo os resultados em prazos mais longos ainda. Em muitos casos, tratam-se de pessoas desprovidas de meios de locomoção, sem condições físicas e emocionais para continuarem a busca pelo tratamento, levando-os a desistirem e chegando a óbito em casos mais graves.

Outro fator constatado é que muitos moradores se encontram imobilizados em seus bairros devido à ausência do serviço de transporte público no município. Os moradores apontaram a dificuldade de mobilidade no perímetro urbano, principalmente, por aqueles que se encontram em bairros periféricos e que não possuem meio de locomoção particular, fazendo com que as pessoas vivam imobilizadas dentro dos seus bairros pobres do ponto de vista de equipamentos e serviços coletivos. O que Milton Santos considera como o “exílio à periferia”.

A área de lazer não é um fator assistido pelo Poder Público Municipal, pois os bairros são desabastecidos de qualquer estrutura de lazer. Houve atenção voltada a alguns moradores, pelo fato de desconhecerem a existência de qualquer lazer oferecido pelo município; tendo assim, moradores que nunca frequentaram a Avenida Beira Rio, sendo considerado o único espaço de lazer público municipal. A falta de conhecimento desse espaço justifica-se pela grande distância que os moradores de bairros mais periféricos encontram-se da Avenida Beira Rio e por não existir transporte público para facilitar a população frequentar e utilizar esse espaço, ocasionando a exclusão do lazer por parte do poder público a essa parcela da população.

Constata-se que, a Avenida Beira Rio é uma área frequentada por moradores que habitam em bairros mais próximos a ela e/ou por aqueles que possuem meios de locomoção, que facilitem seu acesso. Sendo que, quem

frequenta esta área consegue afirmar que ela está em bom estado de conservação e limpa.

Percebemos que alguns serviços foram apontados de maneira positiva e homogêneos entre os entrevistados dos diferentes bairros em que visitamos como a coleta de lixo, educação, habitação e assistência social. Nas demais áreas de atuação do Poder Público Municipal como saúde, lazer, esporte, segurança e saneamento básico, os dados se divergem.

Podemos detectar que os moradores de bairros mais centrais apresentam opiniões divergentes a bairros periféricos. Como por exemplo, o Esporte, o lazer e serviços de saneamento básicos são evidenciados de forma positiva por moradores de regiões centrais ou que habitam em suas proximidades. Isso ocorre por se tratar de regiões que encontram mais assistidas pelo poder público, além de presenciarem e frequentarem a Avenida Beira Rio, um espaço voltado para o lazer e práticas esportivas municipais. Para os habitantes de bairros circundantes, a área de esporte e o lazer não foram apontados como serviços ligados à qualidade de vida, por não fazerem parte de suas atividades e hábitos praticados. Os perfis desses moradores são de cidadãos que recebem até um salário mínimo e com baixo nível de escolaridade.

A saúde e a segurança são apontadas de maneira negativa e de forma equilibrada entre os entrevistados. Moradores de regiões periféricas citaram além da saúde e segurança, os serviços de saneamento básico, áreas consideradas por eles as mais agravantes e que influenciam diretamente em suas qualidades de vida. Vale ressaltar aqui, que a segurança é uma área de responsabilidade do Poder Público Federal, Estadual e Municipal.

Mediante esta pesquisa, percebemos que o poder público atua no município de Porto Nacional nas diferentes áreas estudadas: habitação, coleta de lixo, saúde, saneamento básico, educação, segurança, assistência social, esporte e lazer. Todavia, percebemos uma desigualdade de atuação entre bairros e áreas de serviços oferecidos. É preciso que o poder público volte suas ações para os bairros periféricos, em que se encontram uma grande parcela da população, e que

estão sedentos por diferentes serviços coletivos necessários para o bem estar de vida.

Diante de todas as informações relacionadas acima, diagnosticamos que cerca de 50% dos entrevistados consideram regular a qualidade de sua vida em relação aos serviços públicos que lhes são oferecidos, mesmo reconhecendo que se faz necessária a melhoria da atuação do Poder Público Municipal.

Para que isso ocorra, faz-se necessário o desenvolvimento de muitas ações. Há como recomendações algumas possíveis ações a serem implantadas no município:

- ✓ Criar um espaço de debate democrático para dar maior visibilidade aos conflitos e necessidades dos bairros.
- ✓ Formação de espaço e pessoas para ações integradas entre as diferentes áreas de atuação no município.
- ✓ Informatização e integração dos sistemas de saúde entre os diferentes órgãos municipais que atuam nessa área, para que possa haver um acompanhamento dos casos atendidos, e assim obter um melhor controle e qualidade dos diferentes serviços ofertados, aumentando a eficácia dos serviços e controle do atendimento.
- ✓ Desenvolver ações voltadas para o lazer e esporte nos bairros, como prevenção a doenças físicas e emocionais, além de integração dos jovens à sociedade.
- ✓ Formular políticas de curto, médio e longo prazo, para serem desenvolvidas no espaço urbano municipal.

Não se faz necessária somente a distribuição destes serviços nas áreas construídas do espaço urbano, mas uma distribuição igualitária e de qualidade, para que possa chegar a todos os moradores e assim influenciar de maneira positiva na vida de cada morador que ali se encontra.

Maricato (2011) afirma a importância de a cidade ser um espaço que deve ser beneficiado por todos, não somente para aqueles que se encontra em uma área privilegiada. Para que isso ocorra, os serviços oferecidos pelo poder público

devem ser mais bem distribuídos. A autora ainda afirma que não se deve apenas distribuir renda para assegurar a justiça social, deve-se garantir a justiça urbana distribuindo renda de maneira neutra e democrática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 27-55.

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. In: **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR. Publicação semestral da Anpur (maio/novembro), Número 1, Campinas, 1999.

AMORIM FILHO, O.B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 2, n. 5, p. 5-34. 1984.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: **Anais do Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, n. 8, p. 1-22, Ouro Preto, ABEP, 2002. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_MIG\\_ST25\\_Amorim\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST25_Amorim_texto.pdf)>. Acesso em: 31 de Agosto. 2017.

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.v.1, p. 1-34. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/capitulo1\\_evolucao.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/cidadesmediabrasileiras/capitulo1_evolucao.pdf)>. Acesso em: 31 de Agosto. 2017.

BRASIL, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2000). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www2.ibge.gov.br/pub/censos/censodemografico2000>.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.292p.

BRASIL, MMA (Ministério do Meio Ambiente), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), CONSÓRCIO PARCERIA 21 (2000). **Cidades Sustentáveis**. Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira. Brasília, MMA.

BRASIL, MCidades (Ministério das Cidades), PNSN (Pesquisa Nacional de Saneamento Básico). Rio de Janeiro. IBGE 2008.

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. A miséria do mundo In: BORDIEU, Pierre (Org.)

- com contribuições de A. Accardo.../ et.al./ 6. Ed. -. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- CARLEY, M. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CARLOS, A. F. A. O Meio Ambiente Urbano e o Discurso Ecológico. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 08, p. 75-78, 1994.
- \_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. FFLCH. São Paulo, 2007.123p.
- CHAFFUN, N. Dinâmica global e desafio urbano. In: BONDUKI, N. (org.). **Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo, Studio Nobel.1997.
- COBB, C. Imagery and Indicators, in: McGillivray, A. (Ed.) **Accounting for Change, Papers from an international seminar at Toynbee Hall**. New Economics Foundation, London. 1995
- COIMBRA, S. de A.A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo, CETESB/ASCETESB, 1985.
- DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo, Boitempo. 2006.
- DAVIDOVICH, F. Brasil metropolitano e Brasil urbano não-metropolitano: alguma questões. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53(2), p. 127-133. 1991.
- DIENER, E. Subjective Well-being. *Psychological Bulletin*, 95 (3), 542-575, 1984. In Luiza Santos Moreira da Costal; Carlos Américo Alves Pereirall **Bem-Estar Subjetivo: aspectos conceituais Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Vol. 59, núm. 1, 2007, pp. 72-80 Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil.
- EGLER, C. **Referenciais para os estudos da rede urbana do Brasil e da América do Sul**. Ipea, 2008.
- FERNANDEZ, F. A. dos S. **O poema imperfeito: crônicas de Biologia, conservação da natureza, e seus heróis**. 2. Ed. Curitiba: UFPR, 2004.
- FORATTINI, P. O. **Qualidade de vida e meio urbano**. A cidade de São Paulo, Brasil. *Rev. Saúde públ.*, São Paulo, 25: 75-86, 1991.
- GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. **Environmental Modelling & Assessment**, v.1, p.101-117, 1996.

GUIMARÃES, J.R.; JANNUZZI, P.M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. In: **Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu (MG): ABEP, 2004, p. 18.

GUIMARÃES, S. T. L. Nas Trilhas da Qualidade: algumas idéias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida. **Revista GEOSUL**, UFSC, Florianópolis, n.40, julho-dezembro de 2005, p. 7-26.

GOUVEIA, N. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. **Rev. Saúde e Sociedade**. 1999.

HAMMOND, A., et al. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington, D.C.: World Resources Institut, 1995.

HERCULANO, S. C. Qualidade de Vida e Riscos Ambientais. In: **Niterói: A qualidade de vida e seus indicadores**. Niterói: Eduff, 2000.334p.

HOGAN, D. J. (1995). A qualidade ambiental urbana: oportunidades para um novo salto. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KRAN,F; FERREIRA, F.M. **Qualidade de vida na cidade de palmas – TO: uma Análise através de indicadores habitacionais e Ambientais urbanos**. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012.

LEE, Y.J. **Subjective quality of life measurement in Taipei**. **Building and Environment**. No. 43 (7), p. 1205-1215, 2008.

LEFÈBVRE, Henri. (tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marlena Jamu). **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 180p

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991a.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Editora Ótica. São Paulo.1991b.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

LIMA, Cristina A. **A ocupação da área de mananciais na Região Metropolitana**

**de Curitiba: do planejamento à gestão ambiental urbana-metropolitana.** Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentado a Universidade Federal do Paraná, 2000.

LOMBARDO, M. A. **Ilhas de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1985. 244p

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2007.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo, Hucitec. 1996.

MARICATO; E. **Nossas cidades estão ficando inviáveis.** Revista Desafios do Desenvolvimento. V 8, n.66..Entrevista a Gilberto Maringoni, outubro de 2011.

MONTEIRO, C. A. de F. Teoria e clima urbano: um projeto e seus caminhos. In: MONTEIRO, C. A. de F.; MENDONÇA, F. (org.). **Clima urbano.** São Paulo: Contexto, 2003.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et alii. **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo, Hucitec.1994

MOREIRA, Maria Suely. **Passivo Ambiental: O conceito em debate.** Disponível em: <<http://www.indg.com.br/iso14000/texto3.asp>>. Acessado em 03 de Fevereiro 2018.

NAHAS, M.I.P. Metodologia de Construção de Índices e Indicadores Sociais, como instrumentos balizadores da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte (MG). In: **Seminário sobre indicadores de sustentabilidade,** 2000, Campinas, SP: Unicamp, 2000, p. 465-487.

NAHAS, M. I. P. **Bases teóricas, metodologia de elaboração e aplicabilidade de indicadores intra-urbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades: o caso de Belo Horizonte.** São Carlos, 2002. 373p.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** 2. ed. Londrina: Midiograf, 2001.

Nahas, Maria Inês Pedrosa. **Banco de Metodologias de Sistemas de Indicadores.** BRASIL. Ministério das Cidades. 2ª Conferência Nacional das Cidades: Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento do Índice de Qualidade de Vida Urbana. 2005.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina, Editora Mediograf, 4ª edição, 2006.

OLIVEIRA, A.F.; **A Produção social do Espaço**, Rev. Cultura e Liberdade. Goiânia, ano 2, n.2, p.61 a 70, abr. 2002.

PEREIRA, E.F.; TEIXEIRA, C.S.; SANTOS, A. **Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação**. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional**. Porto Nacional: Prefeitura Municipal de Porto Nacional, [2013]. 1CD-ROM.

RESENDE, U.P. **Qualidade de vida, meio ambiente urbano e especulação imobiliária: um estudo sobre a implantação do parque cascável, na região sul de Goiânia**. II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade, UFG / IESA / NUPEAT - Goiânia, maio de 2011.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. **IBEU - Índice de Bem Estar Urbano**. Ed. Rio de Janeiro. Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. **IBEU MUNICIPAL- ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**, Ed. Rio de Janeiro. Letra Capital, 2106.

RODRIGUES, Z.M.R. **Sistema de indicadores e desigualdade socioambiental intra-urbana**, São Luiz (MA). 2010. Tese de Doutorado em Geografia apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo, SP: 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVEIRA, M.L. **Globalização, trabalho, cidades médias**. GeoUERJ, Rio de Janeiro, nº 11, p. 11-17. 2002.

SANTOS, L. D. e Martins, I. (2002): **A Qualidade de Vida Urbana – o caso da cidade do Porto**. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Working Paper, nº 16, 21 de 22.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, A. (Org.). **Qualidade da Vida Urbana**. Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, L. B. **A hipérbole mercantil da expansão urbana e suas implicações ambientais**. Rev. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 159-180, dez. 2015.

VEENHOVEN, R. The Study of Life Satisfaction. In W.E. Saris, R. Veenhoven, A.C. Scherpenzeel, & B. Bunting (Eds.), **A Comparative Study of Satisfaction With Life in Europe** (pp 11-48). Eötvös: University Press.1996.

VEENHOVEN, R. The four qualities of life: Ordering concepts and measures of the good life. **Journal of Happiness Studies**, 1, 1-39.2000.

VEIGA, J. E. Problemas do uso ingênuo do IDH-M. Valor, 14.1.2003. In: GUIMARÃES, J.R.; JANNUZZI, P.M. IDH, **indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas**. Revista Brasileira Estudos urbanos e regionais v. 7 , n. 1. 2005.

VITTE, C.C.S. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e cidade. In: VITTE, CCCS; KEINERT, TMM (Org) **Qualidade de vida e planejamento e gestão urbana:discussões teóricas-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertran do Brasil, 2009, p.89-110.

WONG, C. **Indicators for Urban and regional Planning**. The interplay of policy and methods. London: Routledge, 2006.

## 8 APÊNDICE

### ESPAÇO URBANO E QUALIDADE DE VIDA NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL- TOCANTINS

**1 Qual o seu sexo?**

- ( ) Feminino  
( ) Masculino

**2 Qual a sua cor ou raça?**

- ( ) Branca  
( ) Preta  
( ) Parda  
( ) Amarela  
( ) Indígena

**3 Qual a sua idade?**  
  
-----**4 Qual o seu nível de Escolaridade?**

- ( ) Analfabeto  
( ) Ensino fundamental incompleto  
( ) Ensino fundamental completo  
( ) Ensino médio incompleto  
( ) Ensino médio completo  
( ) Ensino superior incompleto  
( ) Ensino superior completo  
( ) Pós-graduação

**5 Você está empregado?**

- ( ) Sim  
( ) Não

**6 Qual é o nível da renda da sua família?**

- ( ) Até um salário mínimo
- ( ) Entre um e dois salários mínimos
- ( ) Entre três e cinco salários mínimos
- ( ) Entre cinco e dez salários mínimos
- ( ) Acima de 10 salários mínimos

**7 Em qual bairro você mora?**

-----

**8 BEM-ESTAR URBANO. Como você avalia as condições urbanas do seu bairro?**

- ( ) Ótimo
- ( ) Bom
- ( ) Regular
- ( ) Ruim

**9 BEM-ESTAR URBANO. Como você avalia as condições urbanas do município de Porto Nacional?**

- ( ) Ótimo
- ( ) Bom
- ( ) Regular
- ( ) Ruim

**10 BEM-ESTAR URBANO. Qual é o principal problema urbano existente no município de Porto Nacional?**

- ( ) Habitação
- ( ) Coleta e armazenamento do lixo
- ( ) Saúde pública
- ( ) Saneamento Básico
- ( ) Educação
- ( ) Segurança
- ( ) Assistência Social
- ( ) Esporte
- ( ) Lazer

**11 BEM-ESTAR URBANO. Qual é o melhor atributo urbano existente no município de Porto Nacional?**

- ( ) Habitação
- ( ) Coleta e armazenamento do lixo
- ( ) Saúde pública
- ( ) Saneamento Básico
- ( ) Educação
- ( ) Segurança
- ( ) Assistência Social
- ( ) Esporte
- ( ) Lazer

**12 BEM-ESTAR URBANO. Como as condições urbanas do seu bairro influenciam no seu bem-estar?**

- ( ) Ótimas, pois atende todas as minhas necessidades
- ( ) Razoáveis, pois considero carente o meu bairro
- ( ) Ruins, pois não atende as minhas necessidades

**13 BEM-ESTAR URBANO. Como as condições urbanas do município de Porto Nacional influenciam no seu bem-estar?**

- ( ) Ótimas, pois atende todas as minhas necessidades
- ( ) Razoáveis, pois considero carente o meu bairro
- ( ) Ruins, pois não atende as minhas necessidades

**14 MOBILIDADE URBANA. Quanto tempo de deslocamento de casa para o trabalho você utiliza?(Empregado) Ou de casa para a escola/Universidade? (estudante)**

- ( ) Até 15 minutos
- ( ) Até 30 minutos
- ( ) Até 1 hora
- ( ) Mais que 1 hora

**15 MOBILIDADE URBANA. Qual o meio de locomoção você utiliza?**

- ( ) Carro
- ( ) Moto

- ( ) Ônibus
- ( ) Bicicleta
- ( ) A pé

**16 MOBILIDADE URBANA. Como você considera as condições urbanas de deslocamento (ou locomoção) que você realiza?**

- ( ) Ótimo
- ( ) Bom
- ( ) Regular
- ( ) Ruim

**17 MOBILIDADE URBANA. O município oferece serviço de transporte interurbano (ônibus)?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**18 MOBILIDADE URBANA. Se sim, você utiliza esse meio de transporte?**

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) O município não oferece esse serviço

**19 CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS. A rua da sua casa é arborizada?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**20 CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS. A arborização existente é capaz de propiciar um “clima” mais agradável (ameno)?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**21 CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS. Há presença de praças, jardins ou área verde em seu bairro?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**22 CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS. Há presença de praças, jardins ou área verde em**

**seu município?**

( ) Sim

( ) Não

**23 CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS. Há serviço de varrição ou roçagem na rua de sua casa?**

( ) Sim

( ) Não

**24 CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS. Há coleta de lixo em sua rua?**

( ) Sim

( ) Não

**25 CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS. Se sim, com qual frequência é feita essa coleta de lixo?**

( ) Uma vez por semana

( ) Duas vezes por semana

( ) Três vezes por semana

( ) Uma vez a cada quinze dias

**26 CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS. É comum a presença de lixo acumulado na rua em que você mora?**

( ) Sim

( ) Não

**27 CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS. Como você avalia o modo como é feita a coleta de lixo no seu domicílio?**

( ) Ótima, de maneira adequada

( ) Boa, de maneira adequada

( ) Regular, de maneira inadequada

( ) Ruim, de maneira inadequada

**28 . SANEAMENTO BÁSICO. Há presença de esgoto a céu aberto em sua rua?**

Sim

Não

**29 SANEAMENTO BÁSICO. É comum a existência de esgoto a céu aberto da rua de sua casa?**

Sim

Não

**30 SANEAMENTO BÁSICO. Sua residência possui ligação à rede de esgoto?**

Sim

Não

**31 SANEAMENTO BÁSICO. Se sim, você avalia que seja necessário melhorar a coleta de esgoto no seu domicílio?**

Sim

Não

Minha residência não é ligada a rede de esgoto

**32 SANEAMENTO BÁSICO. Qual é a origem da água que chega ao seu domicílio?**

Poço

Cisterna

Encanada

**33 SANEAMENTO BÁSICO. Como você avalia a qualidade da água que você utiliza no seu domicílio?**

Ótimo

Bom

Regular

Ruim

**34 CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS. Quantas pessoas residem no mesmo domicílio**

**que você, incluindo você?**

- Duas
- Três
- Quatro
- Cinco vezes ou mais

**35 CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS. Quantos cômodos existem no seu domicílio?**

- Três
- Quatro
- Cinco
- Mais de cinco

**36 CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS. Quantos banheiros existem dentro do seu domicílio?**

- Nenhum
- Um
- Dois
- Três
- Mais de três

**37 CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS. Qual o tipo de revestimento existente nas paredes do seu domicílio?**

- Madeira
- Alvenaria
- Tijolos sem reboco
- com reboco

**38 CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS. Como você avalia as condições de habitação do domicílio em que você mora?**

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

**39 CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS. Como você avalia as condições de habitação do bairro em que você mora?**

- ( ) Ótimo
- ( ) Bom
- ( ) Regular
- ( ) Ruim

**40 INFRAESTRUTURA URBANO. Seu domicílio está ligado à rede de energia elétrica?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**41 INFRAESTRUTURA URBANA. Existe iluminação pública na rua onde você mora?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**42 INFRAESTRUTURA URBANA. Como você avalia as condições de iluminação pública na rua onde você mora?**

- ( ) Ótimo
- ( ) Bom
- ( ) Regular
- ( ) Ruim

**43 INFRAESTRUTURA URBANA. A iluminação pública existente na rua onde você mora proporciona segurança para quem passa?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**44 INFRAESTRUTURA URBANA. A rua em que você mora é pavimentada?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**45 INFRAESTRUTURA URBANA. Se sim, quais são as condições dessa pavimentação?**

- ( ) Ótimo
- ( ) Bom
- ( ) Regular

Ruim

Minha rua não é pavimentada

**46 INFRAESTRUTURA URBANA. Existe pavimentação em todo o bairro que você mora?**

Sim

Não

**47 INFRAESTRUTURA URBANA. Quais são as condições de pavimentação existente no seu bairro?**

Ótimo

Bom

Regular

Ruim

**48 INFRAESTRUTURA URBANA. Há calçada na rua em que você mora?**

Sim

Não

**49 INFRAESTRUTURA URBANA. Se sim, a calçada existente possibilita a circulação de pessoas sobre elas?**

Sim

Não

Não há calçada em minha rua

**50 INFRAESTRUTURA URBANA. As calçadas e passeios urbanos são limpos e estão em bom estado de conservação?**

Sim

Não

**51 INFRAESTRUTURA URBANA. Na rua em que você mora, há meio-fio?**

Sim

Não

**52 INFRAESTRUTURA URBANA. Na rua em que você mora, há bueiro?**

Sim

Não

**53 INFRAESTRUTURA URBANA. No bairro em que você mora, há rampa para cadeirantes?**

Sim

Não

**54 INFRAESTRUTURA URBANA. Há identificação do endereço na rua onde mora?**

Sim

Não

**55 ESPORTE. No município em que você mora há presença de áreas específicas para a prática de esportes, como quadras, praças de esportes, ginásios esportivos?**

Sim

Não

**56 ESPORTE. Se sim, os espaços existentes em seu município estão em bom estado de funcionamento?**

Sim

Não

Alguns

**57 ESPORTE. Existe algum complexo esportivo ou quadra esportiva em seu bairro?**

Sim

Não

**58 ESPORTE. Se sim, os espaços existentes em seu bairro estão em bom estado de funcionamento?**

Sim

Não

Não há nenhum espaço esportivo em meu bairro

**59 ESPORTE. No município em que você mora há programas oficiais e não oficiais de**

**incentivo ao esporte como forma de inclusão social?**

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

**60 ESPORTE. Você pratica alguma atividade física?**

- Sim
- Não

**61 ESPORTE. Quantos dias, por semana, você caminha por lazer, por prazer ou como forma de exercício?**

- Nenhum dia da semana
- Todos os dias da semana
- Duas vezes por semana
- Três vezes por semana
- Quatro vezes por semana
- Cinco a sete vezes por semana

**62 ESPORTE. Quantos dias, por semana, você realiza atividades moderadas, como por exemplo, pedalar, nadar, dançar, fazer ginástica aeróbica leve ou qualquer atividade que fez aumentar moderadamente sua respiração ou batimentos do coração? (por favor, não inclua caminhada).**

- Nenhum dia da semana
- Todos os dias da semana
- Duas vezes por semana
- Três vezes por semana
- Quatro vezes por semana
- Cinco vezes por semana

**63 ESPORTE. No município em que você mora há existência de programas e/ou atividades específicas para pessoas idosas?**

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

**64 LAZER. Existe alguma área/parque ou equipamento de lazer em seu bairro?**

( ) Sim

( ) Não

**65 LAZER. Se sim, o espaço de lazer está em boas condições de uso? (Área limpa e equipamentos em bom estado de funcionamento).**

( ) Sim

( ) Não

( ) Não tenho conhecimento

**66 LAZER. Existe alguma área/parque ou equipamento de lazer em seu município?**

( ) Sim

( ) Não

**67 LAZER. Se sim, o espaço de lazer está em boas condições de uso? (Área limpa e equipamentos em bom estado de funcionamento)**

( ) Sim

( ) Não

( ) Não tenho conhecimento

**68 LAZER. Existe políticas de Incentivo para o uso desse(s) espaço(s) públicos de lazer?**

( ) Sim

( ) Não

( ) Não tenho conhecimento

**69 LAZER. Você frequenta essa área/parque ou equipamentos de lazer do seu bairro/município?**

( ) Sim

( ) Não

**70 LAZER. Se sim, com qual frequência?**

( ) Uma vez por semana

( ) Duas vezes por semana

( ) Três vezes por semana

( ) Quatro vezes por semana ou mais

( ) Não frequente

**71 SAÚDE. O município que você mora lhe oferece atendimento a saúde?**

( ) Sim

( ) Não

**72 SAÚDE. Existe Posto de Saúde em seu Bairro?**

( ) Sim

( ) Não

**73 SAÚDE. Se sim, esse atendimento é considerado de qualidade?**

( ) Ótima, de maneira adequada

( ) Boa, de maneira adequada

( ) Regular, de maneira inadequada

( ) Ruim, de maneira inadequada

( ) Não tenho conhecimento

**74 SAÚDE. Nos postos de saúde do seu bairro há existência de políticas públicas ativas de planejamento familiar de acesso à população no município em que você mora?**

( ) Sim

( ) Não

( ) Não tenho conhecimento

**75 SAÚDE. Se sim, como você a considera?**

( ) Ótima, de maneira adequada

( ) Boa, de maneira adequada

( ) Regular, de maneira inadequada

( ) Ruim, de maneira inadequada

( ) Não tenho conhecimento

**76 SAÚDE. No município em que você mora possui existência de serviços ativos de controle epidemiológico, controle de vetores e de doenças de veiculação hídrica?**

( ) Sim

( ) Não

( ) Não tenho conhecimento

**77 SAÚDE. Se sim, como você a considera?**

- Ótima, de maneira adequada
- Boa, de maneira adequada
- Regular, de maneira inadequada
- Ruim, de maneira inadequada
- Não tenho conhecimento

**78 SAÚDE. No município em que você mora possui serviços ativos Odontológicos disponível a população?**

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

**79 SAÚDE. Se sim, como você considerada esse atendimento?**

- Ótima, de maneira adequada
- Boa, de maneira adequada
- Regular, de maneira inadequada
- Ruim, de maneira inadequada
- Não tenho conhecimento

**80 EDUCAÇÃO. Como você considera o ensino oferecido pelas escolas do seu município?**

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Não tenho conhecimento

**81 EDUCAÇÃO. Você possui alguma dificuldade de acesso aos serviços de educação do seu Município?**

- Sim
- Não

**82 EDUCAÇÃO. Existe em seu Município Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI)?**

- Sim

Não

Não tenho conhecimento

**83 EDUCAÇÃO. Você utiliza os serviços do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do seu município?**

Sim

Não

**84 EDUCAÇÃO. Se sim, como você considera a qualidade de serviço oferecido pelo Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do seu município?**

Ótima, de maneira adequada

Boa, de maneira adequada

Regular, de maneira inadequada

Ruim, de maneira inadequada

Não tenho conhecimento

**85 ASSISTÊNCIA SOCIAL. O Município de Porto Nacional oferece serviço de assistência social aos moradores local?**

Sim

Não

Não tenho conhecimento

**86 ASSISTÊNCIA SOCIAL. Se sim, você já fez uso desses serviços?**

Sim

Não

**87 ASSISTÊNCIA SOCIAL. Como você considera o serviço de assistência social oferecido pelo seu município?**

Ótima, de maneira adequada

Boa, de maneira adequada

Regular, de maneira inadequada

Ruim, de maneira inadequada

Não tenho conhecimento

**88 ASSISTÊNCIA SOCIAL. Existe em seu município atendimento a crianças e adolescentes**

**em situação de risco?**

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Não tenho conhecimento

**89 ASSISTÊNCIA SOCIAL. Se sim, como você considera o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco?**

- ( ) Ótima, de maneira adequada
- ( ) Boa, de maneira adequada
- ( ) Regular, de maneira inadequada
- ( ) Ruim, de maneira inadequada
- ( ) Não tenho conhecimento

**90 ASSISTÊNCIA SOCIAL. Em seu município, existe um espaço para atendimento a pessoas especiais?**

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Não tenho conhecimento

**91 ASSISTÊNCIA SOCIAL. Se sim, como você avalia a qualidade de atendimento desse espaço?**

- ( ) Ótima, de maneira adequada
- ( ) Boa, de maneira adequada
- ( ) Regular, de maneira inadequada
- ( ) Ruim, de maneira inadequada
- ( ) Não tenho conhecimento

**92 ASSISTÊNCIA SOCIAL. Existe um espaço para atendimento a pessoas carentes?**

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Não tenho conhecimento

**93 ASSISTÊNCIA SOCIAL. Se sim, como você avalia a qualidade de atendimento desse espaço?**

- ( ) Ótima, de maneira adequada

- ( ) Boa, de maneira adequada
- ( ) Regular, de maneira inadequada
- ( ) Ruim, de maneira inadequada
- ( ) Não tenho conhecimento

**94 ASSISTÊNCIA SOCIAL. Existe em seu município um espaço que ofereça cursos profissionalizantes para os moradores?**

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Não tenho conhecimento

**95 ASSISTÊNCIA SOCIAL. Se sim, como você avalia a qualidade de atendimento desse espaço?**

- ( ) Ótima, de maneira adequada
- ( ) Boa, de maneira adequada
- ( ) Regular, de maneira inadequada
- ( ) Ruim, de maneira inadequada
- ( ) Não tenho conhecimento

**96 SEGURANÇA. Em seu município, existe Postos Policiais de atendimento a comunidade?**

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Não tenho conhecimento

**97 SEGURANÇA. Se sim, como você considera a qualidade de seu atendimento?**

- ( ) Ótima, de maneira adequada
- ( ) Boa, de maneira adequada
- ( ) Regular, de maneira inadequada
- ( ) Ruim, de maneira inadequada
- ( ) Não tenho conhecimento

**98 SEGURANÇA. Você considera a quantidade de Postos Policias existentes suficientes para atender toda a comunidade de seu município?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**99 SEGURANÇA. O seu município possui delegacia de atendimento à mulher?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**100 SEGURANÇA. Em seu município, há atendimento da defesa civil incluindo sistema de combate a incêndio?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**101 SEGURANÇA. Em seu município, há atendimento da guarda metropolitana?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**102 SEGURANÇA. Se sim, como você considera a atuação da guarda metropolitana?**

- ( ) Ótima, de maneira adequada.
- ( ) Boa, de maneira adequada.
- ( ) Regular, de maneira inadequada.
- ( ) Ruim, de maneira inadequada.
- ( ) Não tenho conhecimento

**103 Como você avalia a sua qualidade de vida em relação aos serviços coletivos que chegam até você, oferecidos pelo poder público?**

- ( ) Excelente
- ( ) Ótima
- ( ) Boa
- ( ) Regular
- ( ) Ruim

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Rua 03, Quadra 17, Lote 11, s/nº, Jardim dos Ipês | 77500-000 | Porto Nacional - TO

(63) 3363-9440 | [www.uft.edu.br/ppgg](http://www.uft.edu.br/ppgg) | [pposmgeo@mail.uft.edu.br](mailto:pposmgeo@mail.uft.edu.br)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a)----- para participar da Pesquisa O Espaço Urbano e a Qualidade de vida- a Cidade de Porto Nacional-Tocantins, sob a responsabilidade do pesquisador Perla Cruz do Nascimento, a qual pretende Analisar a qualidade de vida da população de Porto Nacional – Tocantins, por intermédio do Indicador de Bem Estar Urbano- IBEU e por meio de uma pesquisa qualitativa aplicada à população do município de Porto Nacional.

Sua participação é voluntária e dar-se-á por meio pessoal, telefone e-mail. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para diagnosticar quais os problemas urbanos que afetam a qualidade de vida da população de Porto Nacional.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) -----desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) -----não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável no endereço, Rua 5 quadra 5 lote 6 n° 735, setor Porto Real ou pelo telefone (63) 98452-5234, (email), [perlaventurini@hotmail.com](mailto:perlaventurini@hotmail.com)

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo sr. (a), ficando uma via com cada um de nós.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

\_\_\_\_\_, \_\_, de \_\_\_ de 2018.